

**II Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades
(Versão Preliminar)**

Niterói, Outubro de 2015

Comissão da Verdade em Niterói

Iná Meirelles (Presidente)

Eduardo Victor Viga Beniacar

Rogério Dutra dos Santos

Rodrigo Mondego

Pery Monroi

Vereador Leonardo Soares Giordano

Vereador Gezivaldo Ribeiro de Freitas (Renatinho)

Coordenador Executivo:

Fábio Lima

Equipe de Pesquisa:

Gabriel Cerqueira (Pesquisador)

Francisco Julião Marins Bedê

Sumário

Apresentação.....	3
Introdução.....	4
Capítulo I.....	10
Capítulo II.....	31
Capítulo III.....	59
Capítulo IV.....	80
Anexos.....	130

Apresentação

Este documento é uma versão preliminar do II relatório parcial sobre as violações aos direitos humanos decorrentes a movimentação golpista de 64 na cidade de Niterói, capital do antigo de Estado do Rio de Janeiro, ainda a ser apresentado em evento específico, encerra a segunda fase do nosso cronograma de pesquisa.¹

O Ginásio do Caio Martins surge como primeiro estádio prisão da América Latina e também como centro de uma política repressiva aplicada no estado do Rio de Janeiro em consequência do golpe de estado de primeiro de abril de 1964. Com as galerias e celas do DOPS do Rio e da Guanabara, bem como as centenas de presos políticos que ocupavam as dependências da PMERJ espalhadas pelo estado, a solução encontrada para suprir a demanda de prisões preventivas de subversivos em abril de 1964 foi a ocupação do Ginásio do Caio Martins, em Niterói. A situação de superlotação era tamanha que inclusive a Secretária Estadual de Justiça do Estado da Guanabara foi utilizada para apreender os inimigos da revolução. Além do Caio Martins, estão contemplados aqui à pesquisa acerca da participação política dos Operários Navais na vida da cidade de Niterói, na conjuntura do golpe, a inserção estratégica do Centro de Armamento da Marinha na estrutura de Repressão e a investigação acerca das violações ocorridas na Ilha das Flores e os grupos políticos que lá estiveram.

¹ Esta versão preliminar teve por objetivo subsidiar a elaboração do Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro.

Introdução

Niterói apresenta-se no contexto nacional como cenário de experiências de repressão e resistências singulares, de maneira que se faz necessário recontar a história da ditadura a partir desses episódios, como um exercício para reificar e esclarecer fatos eclipsados, a exemplo dos presos no estádio do Caio Martins em março de 1964, fato que faz cair por terra o mito de que a ditadura só começou a perseguir e torturar seus opositores a partir do AI-5.

Na ocasião, a verdade encoberta pelo silenciamento de operários navais, ferroviários, camponeses e toda a sorte de trabalhadores sindicalizados vem à tona em Niterói: já nos primeiros dias após o golpe, a ditadura orquestrou na cidade uma gigantesca operação da qual pouco se tem notícia, o objetivo era prender e interrogar os mais de mil brasileiros, tendo como foco principal as organizações dos trabalhadores.

O Sindicato dos Operários Navais de Niterói e São Gonçalo, por exemplo, foi atingido de pronto, e ganha relevância fundamental em nossa pesquisa por ser uma das principais organizações do Pacto Unidade e Ação (entre marítimos, ferroviários e rodoviários). Comunistas apoiadores de Jango foram encarcerados no primeiro estádio presídio das Américas, de lá eram levados, um a um, para serem torturados em interrogatórios no DOPS e no Centro de Armamento da Marinha (CAM). Não surpreende que a cidade tenha sido alvo de tamanha repressão em tão pouco tempo: em Niterói foi fundado o antigo PCB, de forte presença na cidade.

“De fato, os trabalhadores da indústria naval vinham gradativamente ampliando seus direitos que, em junho de 1963, o Contrato Coletivo de Trabalho estabelecido consolidaria como válidos até que o golpe militar de 1964 agisse violentamente sobre a categoria e suas organizações. As principais conquistas dessa época foram: o quadro de carreiras – indicando as etapas da progressão profissional e o salário-base de cada nível; a elevação das taxas de insalubridade a níveis de 35% do salário-base; o pagamento de horas extras a níveis de 100% do valor da hora normal de trabalho; a abolição do trabalho normal

aos sábados e aos domingos e a limitação da jornada normal de trabalho a quarenta horas; a jornada de trabalho diária extraordinária (nos fins de semana e feriados) limitada a oito horas; as férias de trinta dias”. (PESSANHA, 1997)

Já em 1955, a incendiária Revolta das Barcas ateou fogo até mesmo na casa do dono da concessão. A tradição de resistência também deixou marca na história da luta armada. Foi em Niterói que surgiu o primeiro grupamento guerrilheiro do país. Dissidentes de um PCB dilacerado pela repressão, muitos jovens do Partidão se reúnem para fundar o primeiro MR8, e daqui partem para a guerrilha rural em Santa Catarina.

Março de 1964 foi o mês em que as greves explodiram no país, insufladas pelo comício do Presidente João Goulart na central do Brasil. As *reformas de base* estavam em pauta e o movimento sindical compreendeu a necessidade do embate com as forças do capital. Em 31 de março explodia a greve geral dos comerciários de Caxias, com apoio irrestrito dos estudantes secundaristas. A greve lutava pelo reconhecimento da semana inglesa aos sábados, isto é, pela jornada de trabalho de oito horas de segunda a sexta e de quatro horas na manhã de sábado, totalizando 44 horas semanais. Os funcionários da empresa Sul Fluminense, por sua vez, reivindicavam o pagamento atrasado do mês de março, e ameaçavam deflagrar a greve caso o dinheiro não fosse liberado. Com a greve, o Estaleiro ficaria parado. Na sede do Sindicato dos Operários Navais, a voz era claramente política, de greve geral. Seguindo a orientação do sindicato sediado em Niterói, os estaleiros Cruzeiro do Sul, Cia. Comércio e Navegação, CACREN, Saneamento, Tecnal, Literage, Cometa e outros paralisaram as suas atividades. (A Tribuna, 01 abr 1964).

Se o cenário político nacional durante o governo João Goulart era polarizado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, de um lado, e a União Democrática Nacional, de outro, no antigo estado do Rio de Janeiro uma estranha aliança entre o PTB e UDN levou Badger da Silveira ao Palácio do Ingá em 1963 – eleição extemporânea em decorrência da morte de seu irmão e ex-governador Roberto da Silveira em um trágico acidente de helicóptero. A polarização da política local se dava em torno das disputas entre o PTB da família Silveira e o PSD de Amaral Peixoto (Amaralismo). Quando Jango foi derrubado, Badger da Silveira era o único governador petebista no país. Paradoxalmente, é sob a insígnia da Secretária Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro que se forja o primeiro estádio-presídio da América Latina, no Caio Martins. O

governador petebista levava a cabo a prisão de cerca de mil pessoas consideradas subversivos pela *revolução*. O mais irônico é que de uma pequena lista com os principais subversivos de Niterói, produzida no DOPS-RJ, constava o nome do próprio Badger.

Badger foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro no estado do Rio, criado em mil novecentos e quarenta e cinco. Exerceu também os cargos de delegado de polícia, secretário de Estado e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Foi vereador em Resende, no Sul do estado, e, após a morte de seu irmão, foi eleito governador do antigo estado do Rio em mil novecentos e sessenta e dois, a época separado do Estado da Guanabara, com apoio de João Goulart. Ao lado de Miguel Arraes e Leonel Brizola, Badger completava a diminuta lista dos governadores de estado presentes no Comício da Central de treze de março de sessenta e quatro, quando Jango anunciara a intenção de realizar as reformas de base. Ao lado de Arraes e Brizola, Badger completa também a lista de governadores de estado cassados após golpe de estado de sessenta e quatro.

O ocaso de sua figura em memória coletiva, sobretudo quando comparado com as presenças marcantes dos outros dois governadores, não se deve apenas ao eclipsamento histórico vivido por Niterói com a fusão dos dois estados ou, anteriormente, pelo papel protagonista da Guanabara no cenário político nacional frente ao Rio de Janeiro. Como Arraes e Brizola, Silveira foi nome persistente na cena local por gerações, mesmo passados 50 anos de sua deposição, e mesmo que nunca tenha *voltado com o irmão do Henfil*. Eduardo Campos é neto de Arraes, *Brizola Neto de Brizola*, Jorge Roberto Silveira é filho de Roberto Silveira, mas nunca foi sobrinho de Badger. As contradições da história do *tio* de Jorge Roberto são significantes para percebermos os riscos e os acertos do conceito de ditadura-civil militar cunhado pelo professor Daniel Aarão Reis Filho.

“Como já ocorreu muitas vezes na história, ao virar as costas para o passado ditatorial e empreender a construção de uma alternativa, grande parte da sociedade brasileira preferiu demonizar a ditadura vigente nos anos anteriores e celebrar novos valores – democráticos. Tais valores, aliás, segundo diferentes, mas convergentes, versões, nunca teriam sido revogados da consciência nacional. O país fora, pura e simplesmente, subjogado e

reprimido por um regime ditatorial denunciado agora como uma espécie de força estranha e externa. Como uma chapa de metal pesado, caída sobre vontades e pensamentos que aspiravam à liberdade.

Assim, em vez de abrir amplo debate sobre as bases sociais da ditadura, escolheu-se um outro caminho, mais tranquilo e seguro, avaliado politicamente mais eficaz, o de valorizar versões memoriais apaziguadoras onde todos possam encontrar um lugar.” (REIS FILHO, 2014)

É o deputado federal fluminense Bocayuva Cunha (PTB-RJ) quem interrompe Auro de Moura Andrade quando ele abria a sessão do Congresso Nacional em primeiro de abril de sessenta e quatro para declarar vaga a presidência da República. Antes que Áureo de Moura proferisse o histórico discurso para referendar o movimento golpista, Bocayuva solicitava uma questão de ordem para informar em plenário que o governador do Rio de Janeiro havia sido detido por oficiais da Marinha. Minutos depois, Mazzili era proclamado presidente na vacância de Jango. Dois dias depois, Badger da Silveira estava de volta ao Palácio do Ingá, ao lado de Hugo Campello de Sá, o empossando como novo secretário de segurança, para anunciar a exoneração de todos os comunistas e subversivos dos quadros burocráticos do governo do estado do Rio.

Neste mesmo dia, Hugo Campello de Sá, o recém empossado secretário de segurança, adentrou a sala da presidência da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro para prender o deputado estadual do partidão Afonso Celso Nogueira Monteiro, que usava a legenda do PSB nas disputas eleitorais. Afonsinho, como era conhecido, subira a tribuna da câmara no dia 2 de abril para denunciar a farsa da vacância declarada por Áureo de Moura Andrade, afirmando que o presidente se encontrava no Rio Grande do Sul, ao lado das tropas legalistas, pronto para se defender do golpe em marcha. Do plenário, saiu em direção a escadaria da atual a Câmara de Vereadores de Niterói e conclamou as centenas de operários navais que ali se reuniam a cerrar fileiras em defesa do governo constitucionalmente eleito. Quando as tropas militares chegaram para dissuadir a manifestação, Afonso Celso sacou uma pequena *garrucha* do paletó e deu dois tiros para cima. Em seguida, refugiou-se na sala da presidência da casa, de onde seria retirado apenas no dia seguinte pelo secretário de estado que Badger empossara. Fora levado ao Dops de Niterói, aonde aos poucos se avolumavam operários navais,

camponeses, advogados, sindicalistas, médicos e todos os acusados de subversão e de comunismo. Em poucos dias, as dependências do DOPS estavam lotadas e navios começaram a ser usados como prisão. Sem mais espaços para aprisionar tantos *comunistas e subversivos* na capital do estado do Rio, sob a batuta do trabalhista Badger da Silveira, Niterói inaugurou o primeiro estádio prisão da América Latina, em área nobre e central da cidade: o ginásio do Caio Martins. Exatamente um mês após o golpe de sessenta e quatro, em primeiro de março, Badger fora deposto pela Assembleia Estadual. Castelo Branco nomeou o irmão de Alberto Torres, dono do diário O Fluminense, ainda hoje o principal jornal impresso do estado (fora da cidade do Rio de Janeiro, antiga Guanabara), o general udenista Paulo Torres, como governador do estado.

Capítulo I: O Estádio Caio Martins

Exemplo da ação do aparato repressivo em Niterói, o Estádio Caio Martins, foi usado como prisão imediatamente após o golpe. Na cidade, marcada pela atividade sindicalista, tamanho foi o número de detidos naquele período, que o Estado lançou mão de espaços alternativos para alocar os milhares de presos¹. Foi o primeiro estádio/prisão de que se tem notícia, expediente posteriormente utilizado no Chile, em 1973. O jornal O Fluminense dia 23 de abril de 1964, noticiava em uma de suas colunas, a chamada: “Presos vão para o Caio Martins”. Segundo a notícia, a medida, anunciada pelo Major Jairo Lery dos Santos, recém empossado chefe da Divisão de Polícia Política e Social (DPS), visava encaminhá-los para “um alojamento mais amplo”, com “melhores condições de higiene”, com a alegação de que não havia mais espaço nas prisões e delegacias, todas superlotadas por lideranças intelectuais e políticas de Niterói, que, depois pegos em suas casas e locais de trabalho, foram transferidas algemadas e debaixo de agressões físicas e verbais para o Estádio. (Figura 1²).

Em edição de 24 de abril de 1964, o jornal A Tribuna também apresenta um dos primeiros registros de utilização do Caio Martins como prisão. Na capa e página 5 do jornal no dia 24/04/64 o Secretário de Segurança, Coronel Hugo Sá Campelo, em uma tentativa de amenizar a violência das prisões, acaba por mencionar, numa das primeiras vezes, a utilização, não só do estádio como Prisão, mas também do Centro de Armamento da Marinha. Campelo afirma que todos os presos estão sendo bem assistidos, “não só assistência ao presos comunistas, mas também aos ladrões [...] Os presos estão tendo assistência de todos os médicos do Estado, tomam banho diários e recebem uma alimentação sadia. Estão divididos entre a Polícia Militar, o Ginásio Caio Martins e Centro de Armamento da Marinha, além dos que aguardam interrogatório na própria Secretaria de Segurança Pública.” (A Tribuna, 24/04/64, página 5. Ver Anexo I).

Consta, em depoimentos, que o número de presos ultrapassou chegou a mais de 1000. Não obstante, a pesquisa documental realizada no fundo Polícia Política, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) – onde encontram-se, hoje, a documentação produzida e arquivada dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado – dá conta de, no mínimo, 339 presos. (Ver no Anexo II, Listagem completa de Presos confirmados no Caio Martins)

Ao nos depararmos com uma rica documentação específica sobre o Caio Martins enquanto prisão, pudemos traçar algumas linhas gerais sobre seu uso. Primeiramente, fica claro que o presídio Caio Martins tinha presos não apenas de Niterói e São Gonçalo, mas de todo o Estado do Rio de Janeiro.

Figura 1:



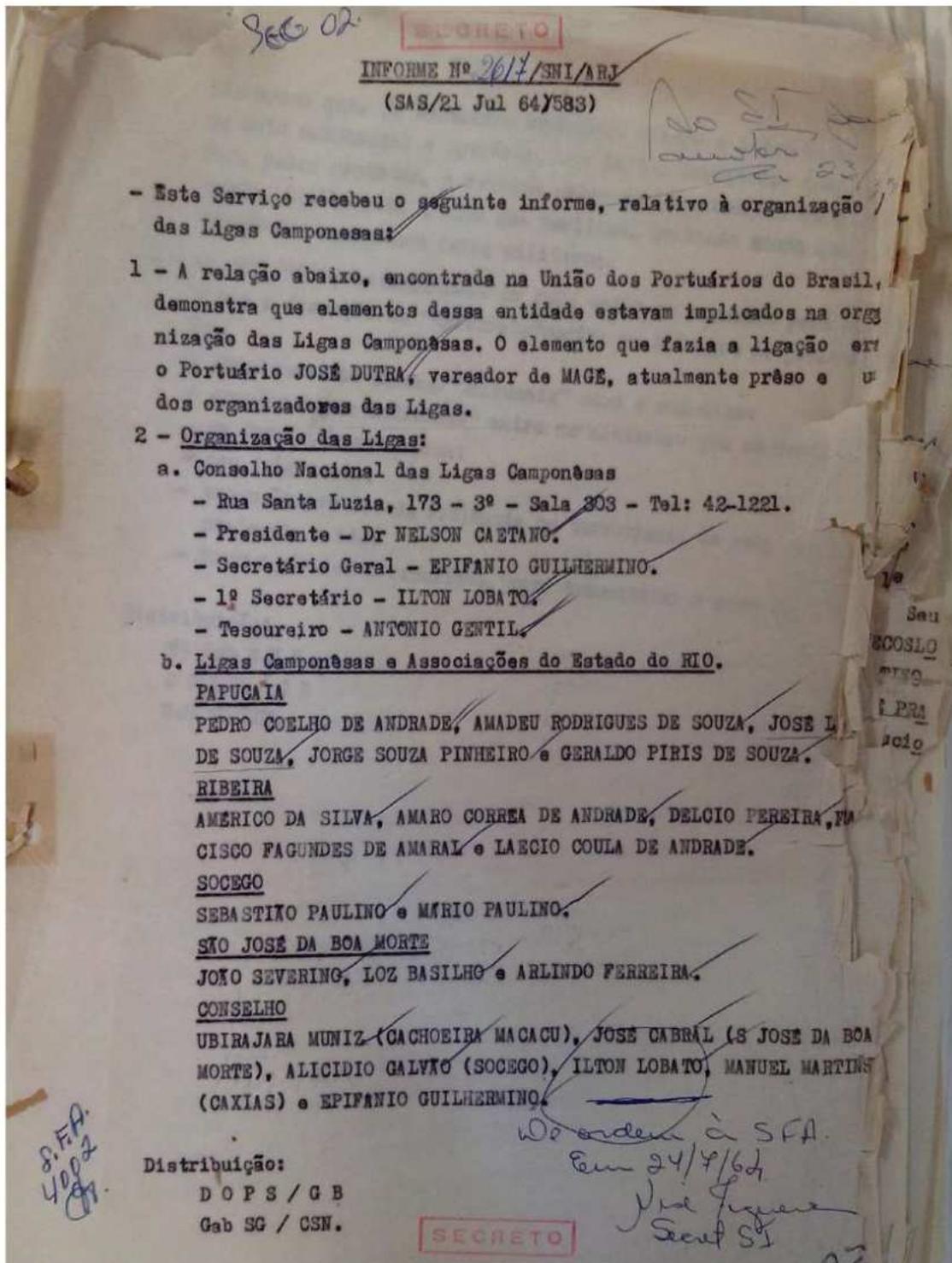
Encontramos registros de presos vindos de Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Cantagalo, Itaboraí, Itaperuna, Magé, Nova Friburgo, São João de Meriti, Silva Jardim, Rio Bonito, Teresópolis, Três Rios, Trajano de Moraes, entre outros. (Ver Tabela 1).

Tabela 1:

Localidades	
Niterói	18
São Gonçalo	9
Cabo Frio	6
Cachoeiras de Macacu	9
Cantagalo	2
Caxias	7
Itaboraí	2
Itaperuna	1
Magé	1
Nova Friburgo	5
São João de Meriti	2
Sapucaia e Carmo	1
Silva Jardim e Rio Bonito	3
Teresópolis	2
Três Rios	1
Trajano de Moraes	5
Total	74

Podemos citar, a título de exemplo, um grupo de camponeses vindos de Cachoeiras de Macacu, indiciados na alvorada da ditadura por ocupações de terras na região de Papucaia. Arlindo Ferreira, Dêlcio Pereira e Alfredo Alves Barbosa, três lavradores, foram detidos inicialmente em Cachoeiras de Macacu, para, em no mês de maio serem enviados para o Caio Martins, onde estiveram presos até meados de Julho. Na imagem que se segue (Figura 2) apresentamos um informe do SNI (nº2617/SNI/ARJ de 21 de julho de 1964) que registra seus nomes como acusados das ocupações e como tendo ligação com as Ligas Camponesas. Ao final, no Anexo III, expomos o dossiê enviado ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, em maio de 1964, Major Paulo Biar de Souza, acerca das atividades políticas dos camponeses em Cachoeiras de Macacu.

Figura 2: Informe 2617/SNI/ARJ



Observamos também, dada a conjuntura com as perseguições políticas à trabalhadores organizados ocorrida após o golpe de abril de 1964, que várias são as categorias profissionais que passaram pelos corredores do Caio Martins. Bancários,

Ferrovários, Camponeses, Operários Navais, presos na alvorada da ditadura, estiveram presos por lá (Ver Tabela 2).

Tabela 2:

Profissão					
Operários Navais	25	Jornalista	3	Corretor de Imóveis	1
Advogados	14	Médico	12	Estivador	1
Contador	5	Piloto	1	Fundidor	1
Coronel Reformado	1	Bancário	1	Industrial	2
Dentista	2	Professor	4	Inspetor de bondes	1
Engenheiro	6	Serviço de Almoxarifado	1	Lavrador	2
Ex-deputado		Prefeito de Teresópolis Flávio Bortoluzzi	1	Mecânico	1
Francisco Alves da Costa	1	Caldereiro	1	Motorista	2
Farmacêutico	1	Comerciante	1	Soldador	1
Funcionário Público	3			Total	84

Seguindo essa linha, além do caso dos Operários Navais, o mais marcante relativo à cidade de Niterói (e que merece um capítulo à parte), registramos a presença de outras categorias sindicalizadas, como os Bancários, na figura de Afonso Cascon, bancário do Banco do Brasil, demitido após 31 de março e preso sob suspeita de “atividades subversivas”. Cascon aparece em vários dossies relativos à atividade sindical no Estado do Rio, e por sua militância no Sindicato dos Bancários amargou a prisão nos corredores e arquivancadas do Caio Martins As Figuras 3 e 4, registram a atuação de Afonso Cascon como bancário e sua demissão conforme Ato Institucional. Na primeira temos um informe do próprio presidente Banco do Brasil, Antônio Cruz Saldanha, anunciando ao então diretor da Divisão de Polícia Política e Social do Departamento Estadual de Segurança Pública da Guanabara, Cecil de Borer, sua lista de demissões. Registramos ainda, a menção ao nome de Aluísio Palhano Pedreira Ferreira na lista de demissões. Aluísio consta como um dos desaparecidos na vasta lista de mortos e desaparecidos durante a Ditadura militar.

Figura: 3

Banco do Brasil S.A.

Of. PRESI/CESIN-64/1.326

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1964

Handwritten signature and date: 3/10/64

Senhor Diretor,

Em atenção ao pedido de Vossa Senhoria, encaminha -
mos-lhe, anexa, a relação dos funcionários deste Estabelecimento de
mitidos, por indicação desta Comissão, em consonância com as Leis
Trabalhistas e de conformidade com o Ato Institucional, Art. 7º ,
§ 1º.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vos -
sa Senhoria os protestos de nossa elevada estima e distinta consi-
deração.

BANCO DO BRASIL S.A.
Comissão Especial de Inquérito

Handwritten signature of Antônio Cruz Salgueira
Antônio Cruz Salgueira
Presidente

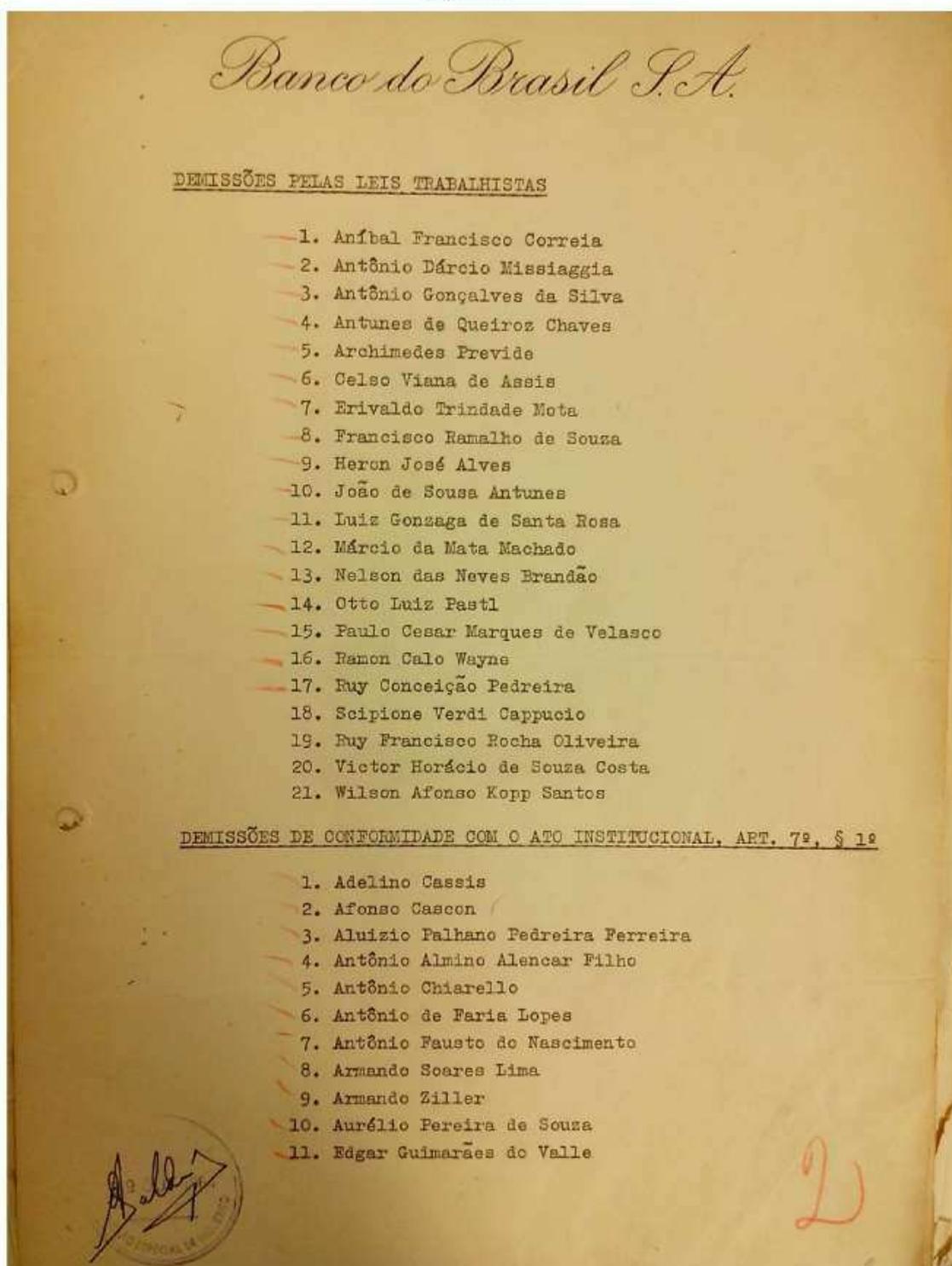
A Sua Senhoria o Doutor Cecil Borer
DD. Diretor da Divisão de Polícia Política e Social do Departamen-
to Estadual de Segurança Pública.

6294

09/3989/12

Handwritten number 3

Figura 4:



Por fim, registramos aqui, através das suas fichas de prontuários, a prisão trabalhadores do setor ferroviário também no Estádio Caio Martins. (Figuras 5 e 6)

Figura 5: Prontuário de Antonio Lopes da Silva

13-1-75.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PLANILHA DE REGISTRO

Prontuário N.º _____

Nome ANTONIO LOPES DA SILVA

Nacionalidade BRASILEIRA

Naturalidade D.FED.-(ATUAL ESTADO DA GUANABARA)

Filho de FRANCISCO LOPES DA SILVA

e de FRANCISCA CÍCERO LOPES

Idade 31 anos. Nascido em 5 de OUTUBRO de 1932

Estado Civil CASADO Instrução PRIMÁRIA

Profissão FERROVIÁRIO

Residência RUA "O" - Q. 4 - C/10 - GUADALUPE

Motivo _____

Notas Cromáticas

BRANCA Cabelos CASTANHOS

Olhos CASTANHOS Elgode SIM

Barba SIM Como usa RASPADA

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1,75 m. Pêso: 70 kg

Fronto: Altura _____ Inclinação _____

Largura _____ Sobrancelhas _____

Palpebras _____

Nariz: dorso _____

Base _____

Boca _____ Lábios _____ Queixo N.º 3117 Orelhas _____

Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens _____

Assinatura do Identificado

Antonio Lopes da Silva

Identificado em 7 de maio de 1967

Judalino Villa
Identificador

Fotografia tirada em _____ de _____

D. F. S. P.
D. F. S. P.
N.º 3117
GRUPO

Figura 6: Prontuário de Haroldo Siervo

PLANILHA DE REGISTRO

F.S.

Nome HAROLDO SIERVO CARDOSO

Prontuário N.º

Nacionalidade BRASILEIRA

Naturalidade ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Filho de JOÃO JOSÉ CARDOSO FILHO

e de BRÍGIDA SIERVO CARDOSO

Idade 30 anos, Nasceu em 11 de ABRIL de 1930

Estado Civil CASADO Instrução SECUNDÁRIA

Profissão **PIRROVÁRIO**

Residência RUA DELFIM MOREIRA Nº 2-CACH. DE MAGACU

Motivo

Notas Cromáticas

Cópis Cabelos

Oíhas Bigode

Barba Como usa

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1, m

Fronte: Altura Inclinação

Largura Sobrancelhas

Pálpebras

Nariz: dorso

Base

Lábios

Queixo

Orelhas

Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens

Assinatura do Identificado

Identificado em 7 de 7 de 1964

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

REGISTRO N.º

SEÇÃO MÃO ESQUERDA

SEÇÃO MÃO DIREITA

POLEGAR

ÍNDI

SÉRIE

4921

1964

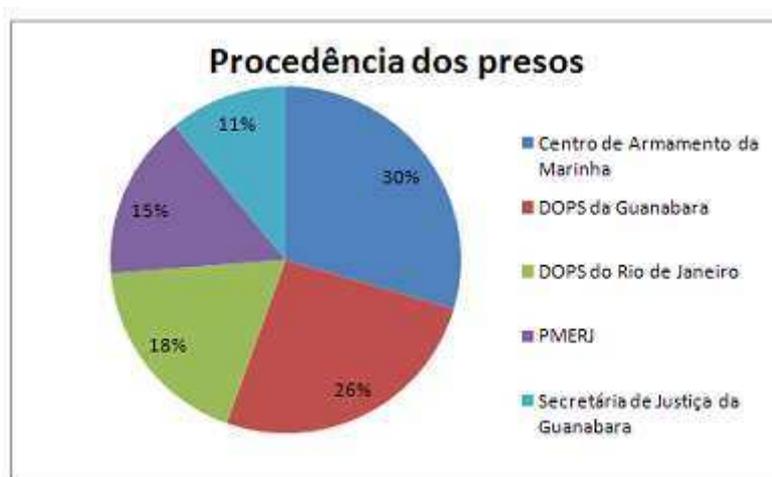
Fotografia tirada em




Utilizamos tais casos de moto a ilustrar o caráter plural dos presos. Tais fatos, acima apresentados, nos leva, a pensar, dada a pluralidade dos presos, que o Caio Martins funcionou como um grande centro de triagem, de onde os presos de outras unidades prisionais ou que estavam sob inquérito a partir de outra instituição eram detidos. (Ver Figura 7) E de onde eram sacados para prestar depoimentos em outros

estabelecimentos da estrutura repressiva, notadamente o DOPS-RJ, localizado na Avenida Amaral Peixoto, do DOPS da Guanabara, situado na Rua da Relação e o Centro de Armamento da Marinha (CAM), na Ponta de Areia. Eram nestes locais que, no correr dos interrogatórios, os presos, não raro, sofriam torturas. Sabemos que, dos 339 presos confirmados do Caio Martins, pelo menos 89 estiveram no CAM, 54 no DOPS-RJ e outros 78 no DOPS da Rua da Relação. Além disso, constam presos enviados de outras instituições. (Ver Figura 7 e Gráfico 1).

Gráfico 1:



pessoas que estavam presas no Ginásio Caio Martins. A lista foi apresentada, em conjunto, pelos delegados da Ordem Política Social, designados para investigar a situação de cada um dos acusados. (Figura 8) Em 26 do mesmo mês, A Tribuna informou que o DOPS liberou 62 presos que estavam no Ginásio do Caio Martins aguardando o término de seus inquéritos. No dia 02 de junho, a página 6 da edição do dia do mesmo periódico, informou novamente sobre a liberação dos presos, em sua maioria sem nota de culpa, nos vários depósitos de Niterói, a maior parte no Caio Martins. As liberações começaram a se processar numa média de 10 a 15 por dia, chegando a uma lista de 62 presos foi encaminhada ao Secretário de Segurança Pública, sendo assim, postos em liberdade dentro de 24 horas, dependendo apenas da decisão do Major Paulo Biar. Os nomes dos presos não foram divulgados pelas autoridades policiais. Também no CAM (Centro de Armamento da Marinha) ocorre o processo de inquérito administrativo-policial dos milhares de trabalhadores que tiveram participação em movimentos grevistas. (Figura 9).

Ainda no dia 05 de junho, sabemos que a Polícia Fluminense libertou no dia anterior, 04, 110 presos políticos que estavam no Caio Martins, desde os primeiros dias do golpe civil-militar. O chefe da Polícia concedeu liberdade somente aos presos que possuíam mais de 50 dias de detenção e cuja prisão preventiva dependia da Justiça. Foram libertados, em Niterói, 42 presos, numa lista que continha os nomes de Paulo Cesar Pimentel (médico), Tarso de Moura (professor do Liceu Nilo Peçanha), Manoel Martins (advogado sindical), Irênio de Mattos (ex-executor do Plano Agrário) e o engenheiro do SERVE João Quevedo. Sendo os demais operários de diversas categorias. Foram conduzidas para o Interior 68 presos, que serão liberados pelos respectivos delegados. O DOPS forneceu á imprensa a seguinte relação de presos liberados: Niterói – 42; Nova Friburgo – 14; Cantagalo – 1; Nova Iguaçu – 4; Caxias – 7; São João de Meriti – 3; Miguel Pereira – 1; Itaboraí – 8; Rio Bonito - 6; Araruama – 1; Cabo Frio – 3; Macaé – 6; Campos – 5; Magé – 3. A Tribuna informou que chegou no dia anterior, 04, mais presos á Niterói, entre eles o Delegado da Polícia Hélio Estrela, que foi encaminhado ao Caio Martins, e o Padre Aníbal que há vários dias estava detido na Guanabara e encaminhado ao DOPS (Figura 10)

Essas notícias d'A Tribuna são confirmadas pelos registro documentais encontrados nos arquivos do DOPS, no APERJ. Dentre os muitos registro de liberação, expomos dois, de 9 e 26 de junho de 1964, mostrando bem o paulatino esvaziamento do Caio Martins, enquanto presidio, ao longo do mês de junho (Figuras 11 e 12)

Figura 8:

Polícia Liberta Presos e Esposas Fazem Passeata

O Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio, assinou, na tarde de ontem, o "alvará de soltura", para um grupo de 48 presos, que se achavam recolhidos ao Círculo de Caio Martins, sob suspeita de exercer atividades subversivas.

A lista de inocentes foi apresentada, em conjunto, pelos delegados da Ordem Política Social, designados para investigar a situação de cada um dos acusados.

PASSEATA

Ao mesmo tempo, em que o Chefe de Polícia, concedia liberdade aos detidos na gestão relâmpago do Cel. Sá Campello, cerca de 80 mulheres, calculadamente, esposas e filhas de presos políticos, tentaram organizar uma passeata — que seria chamada "passeata da fome" — a fim de fazer apêlo ao Governador Paulo Torres, no sentido de que fossem libertados os seus esposos, irmãos e parentes. Aconselhadas, preferiram ir ao Gabinete do Major Paulo Biar, que através de seus assessores, prometeu fazer justiça com relação a situação de cada um dos detidos.

APELO AOS PATRÕES

Através da imprensa, os oficiais de Gabinete da SSP, faz apêlo aos industriais e patrões de modo em geral, que tenham empregados detidos, para que não suspendam os pagamentos salariais dos mesmos, até que a Justiça se pronuncie. Afirmaram os assessores do Major Biar, que dezenas de homens acusados de exercerem atividades subversivas, estão sendo postos em liberdade, já que nada consta contra eles. Daí, o apêlo, para que não tomem medidas punitivas sem que antes tenham conhecimento da situação de cada um dos seus empregados, que por razões diversas, se acham sob investigação policial.

Concluido Sistema Distribuidor Boa Vista-São Fidelis

O sr. Emygdio Maia Santos, presidente da Empresa Ibero-Americana, informou que a eletrificação do sistema de distribuição renovador da linha de Boa Vista-São Fidelis.

Por outro lado, aquela fonte disse restar, apenas, a subestação rebaixadora, que depende do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para sua localização definitiva.



Figuras 9 e 10:

Figura 11:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA
DEPARTAMENTO DE POLICIA SOCIAL

*liberizaçã
7/6/64*

*A. Prado
Taurino
le*

"RELAÇÃO DOS DETIDOS, QUE PODERÃO SER LIBERADOS DE ACÔRDO COM A
ORDEM DE V.S.A., POR TEREM ATINGIDO MAIS DE 50 DIAS.

- 1) ROBERTO PAIVA MUNIZ
- 2) FRANCISCO DE SOUZA
- 3) ROBERTO SENNA PEÇANHA
- 4) STAVIO FERREIRA DE AZEVEDO

"RELAÇÃO DOS ELEMENTOS DETIDOS, PARA SEREM LIBERADOS CONFORME
AUTO DE SINDICÂNCIA, DE ACÔRDO COM ORDENS DE V.S.A.

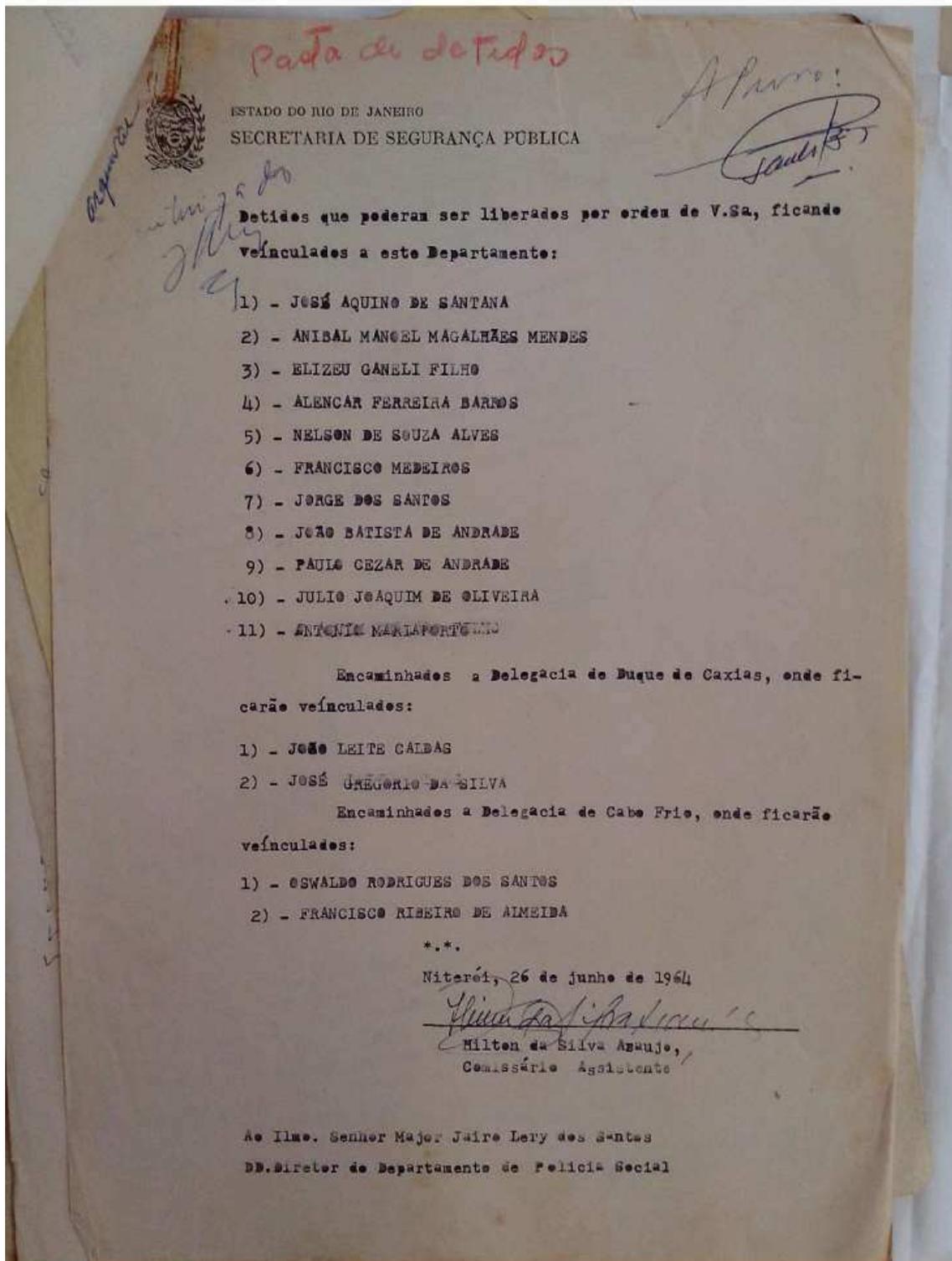
- 1) MARIO RIBEIRO SERAFIM
- 2) JOSÉ CABRAL
- 3) JOSÉ NUNES - ~~...~~

NITERÓI, 9 DE JUNHO DE 1964

Hilton da Silva Araujo

HILTON DA SILVA ARAUJO
COMISSÁRIO ASSISTENTE:

Figura 12:



Sabemos que, até o momento, as forças armadas mantêm a versão de que o Caio Martins não foi utilizado como presídio. Sendo assim, a pesquisa realizada pela Comissão da Verdade em Niterói desfaz essa tese. No organograma (Organograma 1) a

seguir explicitamos a cadeia hierárquica que comandou o presídio Caio Martins. Embora comandando pelas forças armadas, notadamente o exército, o presídio Caio Martins esteve sempre ligado ao Departamento de Ordem Política e Social e à Secretaria Estadual de Segurança Pública, como fica claro nos cabeçalhos da documentação já apresentada. Na imagem acima, por exemplo, (Figura 12) fica explícita utilização do estádio como um presídio do Estado do Rio de Janeiro. Os pedidos de liberação são sempre encaminhados ao diretor do DOPS, Major Jairo Lery dos Santos e, em última instância, como fica claro nas notícias d'A Tribuna, ao Secretário de Segurança Pública do Estado.

Na documentação a seguir, vê-se que o Caio Martins teve, pelo menos, três diretores responsáveis. Dois deles, ao menos eram militares: o 1º tenente Rafael Pereira Serieiro (Figura 13) e o Capitão Homero Barreto (Figura 14). Também esteve, por um tempo, a frente do presídio o Comissário Domingos da Veiga Fernandes (Figura 15)

Por fim, cumpre notar que o caso específico do Caio Martins não tem uma importância grande apenas para as cidades de Niterói e São Gonçalo. Além de ser o primeiro estádio a ser usado como presídio que se tem conhecimento na era moderna, a situação específica de seu uso condensa as características da repressão e perseguição políticas ocorridas após o golpe de 1964. Os presos no estádio, para além de suas filiações político-partidárias, compõe, majoritariamente, setores dos trabalhadores organizados de todo o Estado do Rio. Não é a toa que o caso mais expressivo que envolve o Caio Martins esteja referido aos Operários Navais. Se é correto pensar que o golpe de 1964 foi uma articulação de forças conservadoras para atacar o desenvolvimento social pretendido com o trabalhismo e que foi um golpe, num primeiro momento, direcionado a acabar com as organizações de trabalhadores, podemos, sem medo de incorrer em exageros, afirmar que a história do Caio Martins tem uma importância para além de Niterói e São Gonçalo. É um caso que condensa em si elementos que trazem reflexões sobre a conjuntura do Golpe de maneira ampla.

Figura 13:

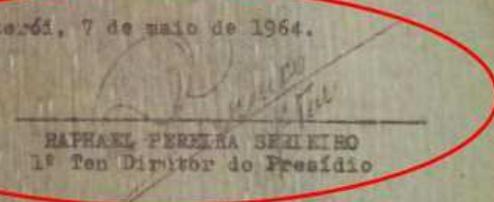
PRESÍDIO CAIO MARQUES

MOVIMENTO GERAL DE PRÊSOS NESTE GINÁSIO DESDE O DIA 20 ABR ATÉ A PRESENTE DATA:-

Total de prêcos que já transitarão neste presídio.....	337
Total recolhido em prisão comum.....	293
Total recolhido em prisão especial.....	44
Total de prêcos comuns já encaminhados à D P S	43
Total de prêcos especiais já encaminhados à D P S.....	5
Total de prêcos que já prestaram depoimento.....	173
Total de prêcos que já prestaram depoimento e continuam recolhidos a este presídio.....	152
.. sendo: .. prêcos comuns.....	138
.. prêcos especiais.....	14
Total de prêcos comuns a serem inquiridos.....	112
Total de prêcos especiais a serem inquiridos.....	25
Total de prêcos existentes na presente data:.....	289
.. sendo: .. prêcos comuns.....	250
.. prêcos especiais.....	39

. . . X X X . . .

Niterói, 7 de maio de 1964.



RAPHAEL PEREIRA SEMKERO
1º Ten Diretor do Presídio

DAL/.

Figura 14:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA SOCIAL
DELEGACIA DE POLÍCIA SOCIAL

Mem.

Niterói, 19 de maio de 1.964

Sr. Capitão:

A fim de ser recolhido nesse
presídio, na Seção Especial, encaminhe-lhe o Pro-
fessor JORGE GANDRA MENDES, que permanecerá à dis-
posição desta Delegacia.

*Recem
Em 19/5/64
Ato de J. Ten. da Div. de Dir.*

Saudações

[Handwritten signature]

Wilson da Silva Jardim

Delegado

Ilmo. Sr. Capitão HOMERO BARRETO

DD. Diretor de Presídio de Estado Cade Martins

Figura 15:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA SOCIAL
DELEGACIA DE POLÍCIA SOCIAL

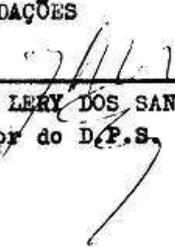
Memo.S/n.

Niterói, 6 de maio de 1964.

Senhor Diretor.

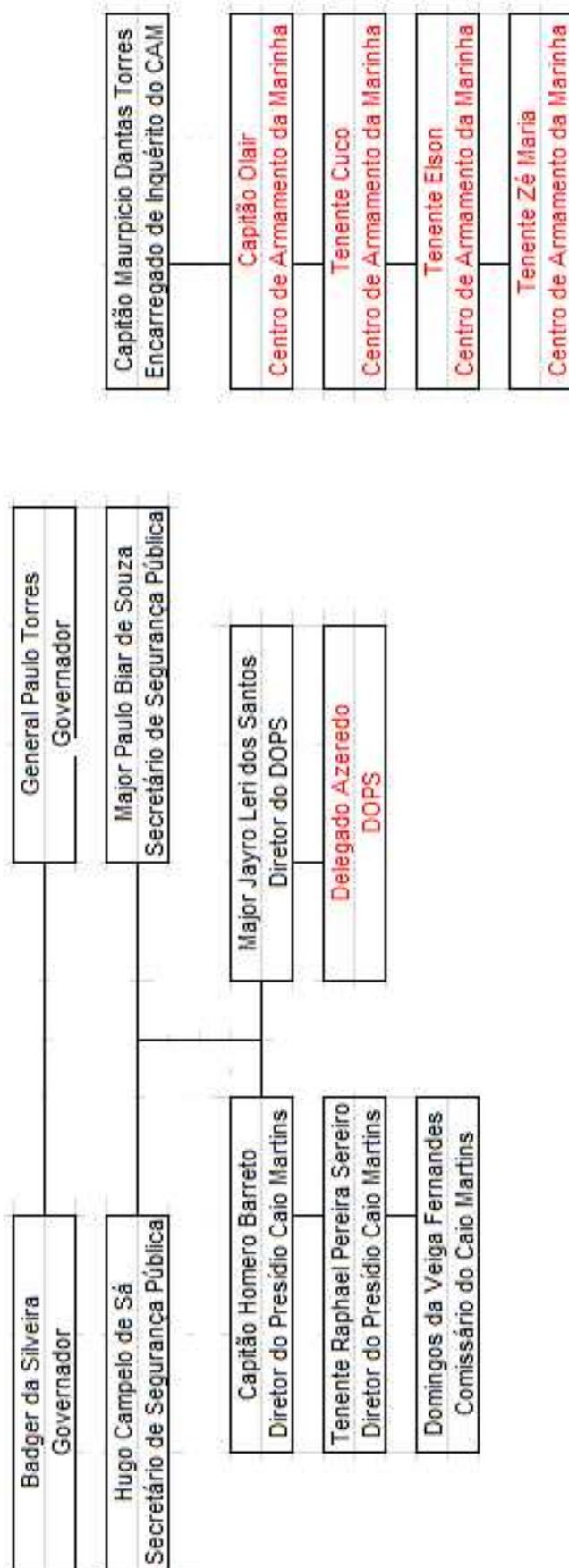
Pelo presente autorizo ao portador a retirar desse PRESIDIO o prêso NILTON TELXEIRA BASTOS, o qual deverá ser encaminhado ao Quartel da ID/1, onde o mesmo deverá prestar depoimento.

SAUDAÇÕES


Major JAIRO LERY DOS SANTOS
Diretor do D.P.S.

Aos Senhor Comissário
DOMINGOS DA VEIGA FERNANDES.
Encarregado do Prisdio do Estadio Caio Martins
NESTA

Organograma 1: Cadeia hierárquica da estrutura repressiva na conjuntura do Golpe de 1964, em Niterói



Capítulo II: Niterói, o Golpe e a repressão aos trabalhadores: os Operários Navais.

Categoria profissional mais antiga do Brasil, os trabalhadores da indústria naval tem sua trajetória marcada por forte tradição de lutas políticas e sindicais. Com um longo histórico de perseguições políticas e autoritarismo sofridos, aliados às duras condições de trabalho e controle fabril, surpreende o esforço desses trabalhadores em preservar sua posição de referência em termos de identidade profissional e política (PESSANHA, 1997, p. 131). O processo histórico que os leva à posição de setor de ponta no sindicalismo nacional da década de 1950 até às vésperas do golpe (conta, ainda hoje, com certo protagonismo local e regional) não é simples e deve ser brevemente mencionado.

Segundo Elina Pessanha a indústria naval brasileira é a mais antiga atividade industrial do Brasil (PESSANHA, 1997), datando de 1531, fundação do primeiro estaleiro, na Urca. O impulso determinante para essa atividade ocorre em 1816, após o decreto real que restringe a navegação de cabotagem a embarcações brasileira. A primeira companhia nacional de navegação (ainda à vapor) é criada após ato legal de 1888, que regulamenta o transporte interno e transoceânico, distribuindo concessões. Datam desse período as Companhias de Comercio e navegação do Amazonas (de propriedade dos Barão de Mauá), a Companhia Transoceânica Nacional, subvencionada pelo Lloyd Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira.

O primeiro grande estaleiro privado do país instala-se justamente em Niterói, no século XIX, também de propriedade do Barão de Mauá, a Companhia de Fundação e Estaleiros da Ponta d'Areia. Em 1905 este estaleiro se tornará a Companhia de Comércio e Navegação. A expansão da atividade industrial naval foi tão rápida que em 1907 já haviam 11 novos estaleiros do Brasil (PESSANHA, 1997, p. 138). Ressalta-se aqui a posição central da cidade de Niterói nesse processo. Um dos maiores conjuntos industriais, a Companhia Nacional de Navegação Costeira instalara-se na Ilha do Viana.

Do ponto de vista da organização e das lutas sindicais, inúmeras greves e mobilização foram realizadas no início do século XX. Nas contas da pesquisadora Elina Pessanha, 111 entre 1900 e 1910, e 258 entre 1910 e 1920 (idem, p. 139)

[...] importante destacar as de 1905 e 1908, dos trabalhadores das docas de Santos; a greve geral do Rio de Janeiro, de 1903; a greve dos catraqueiros e marinheiros, em Fortaleza, no ano de 1904; a greve de 1907, em São Paulo, no Rio de Janeiro, e em outros estados, pela jornada

de oito horas de trabalho; a greve dos marítimos do Lloyd Brasileiro, em Recife, e também dos foguistas dos navios da Companhia Pernambucana, em 1909. No Rio, trabalhadores ligados à navegação fazem greves ou paralizações em 1903, 1905 e 1906. (idem, p. 140)

O debate acerca de uma organização própria para os trabalhadores ligados à navegação ao à indústria naval, remonta ao I Congresso Operário Brasileiro, em 1906. Com a participação, dentre outras organização, do Centro Operário Fluminense, de Niterói e da Liga dos Carpinteiros e Calafates Navais do Rio de Janeiro, surge a ideia inicial da formação da Federação Marítima. A categoria dos marítimos englobava, nesse momento, trabalhadores portuários, operários de estaleiros e os trabalhadores dos arsenais. A Federação Marítima abarcaria, portanto, todos os setores que trabalhavam nas grandes indústrias ligadas às atividades navais, especialmente as de comércio marítimo, como o Lloyd Brasileiro e os estaleiros (idem, p. 141).

Em 1913, 7 anos depois, o II Congresso Operário anota a presença do Centro de Trabalhadores do Mar, da Bahia, a União de Estivadores e a Sociedade União dos Trabalhadores de Estiva, do Rio Grande de Sul, o Sindicato dos Estivadores, de Alagoas. São associações de trabalhadores por ofício ou sindicatos por localidade (ibidem). O núcleo dos operários navais enquanto congregação dos trabalhadores em construção e reparo naval das baías da Guanabara e Jacuecanga só se institucionalizaria em 1942, com sede em Niterói, depois de um longo processo histórico e político que incluem a retração da indústria naval no período da I Guerra Mundial, as primeiras perseguições e deportações sistemáticas de líderes operários, a fundação do Partido Comunista Brasileiro³, a Revolução de 1930 e a constituição de 1934, o controle sindical do Estado Novo. O sistema de “sindicato único”⁴, que se impõe no pós-1930, permitindo a formação de um sindicato apenas por setor, por localidade e a necessidade de organização na luta, diante das mudanças velozes que ocorrem no primeiro Governo de Getúlio Vargas forçam aos sindicatos de ofícios e sindicatos por localidade a se reunir em sindicatos de indústria ou categoria econômica, movimento do qual não escapam os operários navais (idem, p. 145). Do ponto de vista político, o PCB, em especial, exercerá papel determinante na organização sindical no Brasil nos anos subsequentes.

Com o decorrer do tempo, o Partido Comunista no Brasil, ele foi se aproximando, foi chegando, a essa categoria, né? Foi aproximando... e foi

conseguindo muitos adeptos. Porque a ideia era de tirar os operários daquela escravidão. E aí se discutia muito, como sair daquilo e tal... E achávamos que a coisa mais importante, que deveria existir entre os trabalhadores, chamava-se unidade de ação. Era preciso unir os trabalhadores para que eles não ficassem como uma caixa de fósforo entornada no chão, que quebra palito por palito (...) Então, o Partido Comunista tinha ideia de organizar os trabalhadores, e os trabalhadores foram se organizando.⁵

Já na década de 1950, os operários navais realizam uma mobilização sem precedentes para a categoria. A Greve Geral dos Marítimos de 1953, no dia seguinte à reforma ministerial que levou ao Ministério do Trabalho, o então deputado federal, João Goulart. Com um memorial de 25 reivindicações (idem, p. 146), a greve geral lançou de vez as bases para o protagonismo político dos operários navais. Em depoimento à Comissão da Verdade em Niterói, Jayme Navas, ex-operário naval, narra como, antes dos operários navais aderirem ao Partido Comunista, o sindicato estava “na mão de pelegos” e, portanto, desmobilizado. O processo de organização dos operários navais, refletiu para todo o movimento dos marítimos e, dessa forma, o Partido Comunista também foi se aproximando dessas outras categorias. Nesse interim, iniciou-se o movimento que culminou na famosa greve geral.

Foi uma greve espetacular. Foi a primeira grande derrota que os governos sofreram por uma categoria. Nunca tinha se visto isso. Isso aconteceu no Brasil e em toda a América Latina, não tinha nada. Isso teve... como que acendeu um farol. A luta dos marítimos foi como que um farol pra América Latina. Iluminou um caminho a seguir. [...] Começamos a fazer um trabalho de organizar os trabalhadores, de conscientizar os trabalhadores e de politizar os trabalhadores, que eram muito ignorantes nessas condições. Nós achávamos... nós achávamos, e com toda razão, que os operários tinham sim, deviam sim, se envolver profundamente nos problemas políticos do país.⁶

Jayme Navas explica que, após 1953, “aqueles pelegos foram expulsos dali pra fora”, e mudou-se a direção do sindicato. Nessas transformações, o sindicato dos operários navais, para que tivesse uma maneira ágil de mexer com todos os estaleiros, criou os Conselhos Sindicais, que existiam em cada empresa e eram compostos por trabalhadores de cada setor, eleitos pelos próprios trabalhadores. Irineu José de Souza,

presidente do Sindicato dos Operários Navais no ano da greve atesta o caráter marcante desta para a união do setor de trabalhadores ligados à indústria naval e navegação em torno da posição de vanguarda dos operários navais.

O que de mais importante aconteceu, e acho que ninguém vai poder contestar, foi a aproximação que se fez entre o operário naval e comandante de náutica na greve de 53. Antes o comandante de náutica era uma classe privilegiada e completamente afastada dos operários navais. Nós não tínhamos acesso a eles. Nós só tivemos acesso a eles nesta greve. Havia ainda a classe dos maquinistas, que era outra classe privilegiada, também equidistante dos operários. Sem falar nos radiotelegrafistas e outros que eram considerados oficiais de náutica. Então, com essa unidade nós trouxemos para esta casa todas as categorias que tinham as suas sedes do lado de lá. Vieram todos aqui para Niterói. Aqui nós reunimos o taifeiro, o foguista, o maquinista, o rádio-telegrafista, o 37 condutor eletricista, o condutor motorista e o comandante de náutica propriamente dito. Enfim, todas essas categorias assinavam o ponto aqui. Tinha um livro de ponto aqui onde eles davam presença. A greve de 53 foi bonita por isso. Na unidade que teve. Todas as categorias estavam dentro do movimento. E isto foi um fator muito importante na unidade dos marítimos e dos operários navais.

[...]

Esta greve foi até conhecida internacionalmente. Sabe por que eu digo isto? Porque eu dei um passeio na Europa, percorri diversos países lá, e chegando em Portugal o português me disse que nós fizemos uma revolução. Eu expliquei a ele que nós participamos de uma greve; não fizemos revolução nenhuma. Mas o português não sabe discernir greve de revolução. Acham que eu fiz uma revolução. Aí eu fui obrigado a achar graça. De modo que este movimento de 1953 foi o maior e acho que não vai existir outro igual. Em 1935 tinha havido também uma greve de marítimos mas parece que não foi lá essas coisas.⁷

O período de 1953 à 1964 foi, de fato, um período de muitas lutas e conquistas para os operários navais. Ligados aos setores do estado através da estrutura sindical, a vanguarda do sindicalismo teve participação ativa na vida política e na ampliação da cidadania para as classes trabalhadoras no Brasil (PESSANHA, 1997, p. 150). A época dos operários navais, como ficou conhecido o período os trabalhadores puderam vivenciar experiências de inserção política e social mais amplas. Data desta época, por

exemplo, a construção da sede própria do sindicato com seus próprios recursos, motivo de imenso orgulho para os velhos sindicalistas. O período também foi de mobilização e agitação política. Dentre as principais conquistas destes anos estão o quadro de carreiras, com salário base de cada nível; a elevação das taxas de insalubridade à 35% do salário-base; o pagamento de horas extras à 100% do valor normal; a limitação da jornada de trabalho semanal a 40 horas; o fim do trabalho normal aos sábados; a jornada de trabalho extraordinária limitada à 8 horas nos fins de semana; as férias de 30 dias.

Outrossim, suas mobilizações extrapolaram os limites das conquistas para a própria categoria. Os operários navais se mantiveram constantemente ao lado das forças democráticas, seja no apoio à campanha da legalidade (com uma greve e 15 dias), objetivando dar garantias à posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, seja no apoio às manifestações pró reformas de base.

Diante desse processo crescente de conquistas, a tomada do poder pelos militares no golpe de 1964, representou um duro baque sobre esses trabalhadores. O golpe civil-militar representou não apenas um refluxo no processo histórico que vinha se desenhando à classe trabalhadora, mas um esforço brutal de desmantelamento daquela classe. Dos operários navais o golpe retirou quase tudo: o sindicato:

Na eclosão do golpe, na primeira noite, os militares invadiram o sindicato. [...] eu e a diretoria havíamos sido pré avisados da invasão da sede do sindicato. Isso aqui estava cheio de gente... gente nas ruas próximas... a sede cheia de gente, de trabalhadores... Mas nós tivemos que sair, com a certeza de que a intervenção aconteceria, como aconteceu.⁸

O sindicato foi depredado. O que fizeram com a nossa sede foi um vandalismo. Eles quebraram poltrona, quebraram vaso sanitário, quebraram máquina de escrever, quebraram até máquina de costura. Naquela época nós tínhamos curso de corte-costura aqui no sindicato. Quer dizer, foi uma destruição total. Mas como se isso não bastasse, eles pegaram a picareta e foram ali no assoalho do salão e picotaram aquele friso todo [...]⁹

A liberdade:

Foram na minha casa para me prender e não me encontraram. Para não perder o tempo, levaram meu pai e meu irmão como reféns. Ai eu onde estava sabia

disso. Conhecedor de que meu pai e meu irmão estavam presos na Marinha como reféns até que eu me apresentasse. [...] A prisão das pessoas leva as famílias a um profundo desespero. Porque está em mãos de militares (...) Militares perversos. E as famílias ficavam preocupadas do que estariam fazendo com os que foram presos. [...] Eu vendo o desespero do que a minha família vivia com aqueles acontecimentos, dia 11 de junho de 1964, dia da batalha naval de Riachuelo, eu me dirigi ao Centro de Armamento da Marinha, fui até a sala de estado e me apresentei (...) Eles dali me colocaram dentro dum cubículo, dentro de um cubículo [...].¹⁰

O trabalho:

Quando eclodiu o golpe militar em 1964 eu passei sofrer algumas perseguições por conta da minha ligação com o sindicato e por conta das lutas dos operários navais [...] logo mais a frente fui transferido do Lloyd para a Costeira, uma outra autarquia federal, que foi uma espécie de perseguição. E em 1967 eu fui demitido do Lloyd Brasileiro por ter sido classificado como ativista político.¹¹

Por fim, sua própria condição de operário navais, alterando significativamente a base de sua identidade política e social (PESSANHA, 1997, p. 154). Já em 1964 o Ministério do Trabalho alterou o enquadramento sindical dos trabalhadores da construção naval. Segundo Pessanha, essa era uma antiga reivindicação do empresariado (PESSANHA, 1997, p. 155). Os operário navais passaram a ser enquadrados como metalúrgicos, sendo afastados do seu sindicato e da Federação dos Marítimos. Essa mudança desencadeou um processo de derrocada das conquistas dessa categoria ocorridas na década de 1950. Durante o violento processo de desarticulação das forças do trabalho organizado, já na alvorada da ditadura, os agora (forçadamente) metalúrgicos passaram a se aproximar dos sindicatos de metalúrgicos regionais. No caso específico dos operários navais de Niterói, que lutaram ativamente contra o processo de reenquadramento e pela preservação de seu sindicato, acabaram, por fim, também se aproximando ao Sindicato dos Metalúrgicos.

Logo após o golpe militar nós fomos afastados do Sindicato dos Operários Navais pela Portaria nº 611 e mandados para o Sindicato dos Metalúrgicos. E aí começou a história da nossa filiação a este sindicato com a qual, diga-se de

passagem, eu jamais concordei. Mas chegou o momento em que a gente teve que sucumbir porque a força era maior e estava por cima. E como, afinal de contas, o trabalhador precisa de uma organização, nós começamos a filiar os nossos próprios companheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, apesar de, inicialmente, nos termos rebelado contra os companheiros que faziam este trabalho. [...] O operário naval é uma categoria mais especializada. Com todo o respeito ao companheiro metalúrgico, ele opera em uma oficina e faz coisas simples. Já o soldador de navios tem que ser altamente capacitado. Ele passa, inclusive, por uma série de exames, tem diplomas, etc.. Não é simplesmente pegar a lanternagem e derreter; precisa conhecer tudo. O maçariqueiro de navio tem que ter uma especialidade maior. E tem de viajar, pois precisa estar a bordo, fazer a prova de máquina, tudo isso. O operário naval é uma segunda força da Marinha. Era isso que éramos antes. Por isso, quando fomos deslocados para o Sindicato dos Metalúrgicos, fomos por força, mas espiritualmente continuamos aqui no nosso sindicato.¹²

A portaria 611, à que se refere o depoimento acima, é resultado do processo 149.725-64 da Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho e Previdência Social. O relator do processo afirma, em seu voto:

[...] nada justifica a pretendida situação de categoria diferenciada que se diz dar aos Operários Navais e muito menos o absurdo jurídico que se cometeu [...] subordinando o enquadramento de uma categoria econômica ao de uma categoria profissional, o que fere a sistemática de enquadramento sindical, anulando-a em seus fundamentos e propiciando situações cuja atividade preponderante, como se disse acima, é a de Transportes Marítimos e Fluviais. [...] Nestas condições meu voto é no sentido de serem revogadas as portarias ministeriais nº 96 de 18 de março de 1963 e nº 121-A de 29 de março de 1963, revigorando-se a Resolução de Comissão do Enquadramento Sindical de 15 de março de 1957, com a consequente correção do enquadramento Sindical da Indústria de Construção Naval como integrante do 14º Grupo – Industrias Metalúrgicas e de Material Elétrico, do Plano da Confederação Nacional da Indústria.¹³

Esse movimento das forças golpistas se adequa ao esforço geral de desarticular as o campo progressista ligado aos trabalhadores organizados, com o objetivo de alcançar a desejada “estabilidade social e política”, com saneamento na economia e facilitação no planejamento da administração pública, favorecendo os interesses do empresariado (PESSANHA, 2014, p. 15). O custo pesado do golpe foi sentido imediatamente sobre, não somente os operários navais, mas os trabalhadores em geral interrompendo as perspectivas de ampliação da cidadania e consolidação de direitos, tão disputadas. “O novo regime voltou as costas aos setores populares, retomando e aprofundando práticas recorrentes de violência física e simbólica contra eles” (ibidem).

Nessa conjuntura, desarticular um dos sindicatos mais combativos e que exercia forte liderança era estratégico. E foi sobre a categoria dos operários navais que o golpe de 1964 agiu de forma especialmente perversa, não apenas eliminando seu enquadramento sindical, como vimos, mas agindo diretamente sobre seus corpos. Nos meses que se seguem à março de 1964 uma verdadeira caçada às lideranças sindicais foi posta em ação. Acusados indiscriminadamente de “comunistas” e “subversivos”, como era de praxe, muitos trabalhadores foram presos e sofreram tortura física e psicológica. Os capítulos anteriores buscaram explicar as estruturas repressivas que se articularam na cidade de Niterói já no ano de 1964. Como vimos, o Estádio Caio Martins e o Centro de Armamento da Marinha foram amplamente utilizados para repressão, assim como o CENIMAR, os DOPS da Guanabara e do Rio de Janeiro, os Navios Princesa Leopoldina e Custódio de Melo, dentre outros locais. Dentre seus presos, diversos operários navais.

Veja-se o exemplo de Walter Batista, ex-operário naval, à época trabalhador na Eletrovap. Walter nos conta que, desde o dia 5 de abril de 1964, quando retornou para o setor de trabalho no dique flutuante do estaleiro via as lanchas da marinha rondando os estaleiros. Até que, no dia 7 de abril, sete dias depois do golpe, uma lancha de fuzileiros navais atracou em seu lugar de trabalho, falou com o responsável do setor que apontou aos fuzileiros “quem era o Walter”. A partir daí foi levado para a lancha juntamente com mais dois companheiros.

(...) foram falar com o responsável do dique flutuante, que eles não me conheciam, não conheciam ninguém! Só tinham apenas os nomes. Então o responsável do dique flutuante me apresentou a eles (...), me botaram diretamente no porão e entrou mais dois companheiros, o Orlando Dias e o João de Deus¹⁴.

Depois de um longo percurso (rodaram na lancha até por volta das 6 da noite, onde aportaram na Ilha de Mocanguê e na Ilha do Viana¹⁵, onde mais companheiros foram recolhidos), ele e os demais companheiros recolhidos foram levados para o CAM. De fato, nos confirmam os depoimentos, houveram várias prisões no interior dos estaleiros, invadidos por grupos de fuzileiros navais. Muitos desses presos estiveram no Estádio Caio Martins ou no Centro de Armamento da Marinha, e muitos destes foram barbaramente torturados.

As pesquisas da Comissão da Verdade em Niterói colheram diversos relatos de tortura física e psicológica empregadas contra operários navais. Construiremos, daqui em diante, a partir desses depoimentos um relato das violências empregadas contra esse importante categoria, muito representativa do mundo do trabalho nas cidades de Niterói e São Gonçalo. Um relato, no entanto, que pode se assemelhar a muitos outros de presos ou perseguidos ainda em 1964, não há motivo nenhum para acreditarmos que apenas os operários navais tenham sofrido torturas.

Benedito Joaquim dos Santos, por exemplo, à época presidente do Sindicato dos Operários Navais, nos conta que, seis dias após o golpe, é preso durante uma madrugada, juntamente com outros dirigentes sindicais, em um sítio em Itaboraí e então levado para a sede do DOPS-RJ na Avenida Ernani da Amaral Peixoto.

Nós todos fomos presos no sítio... Presos pelo DOPS, né (...) De lá fomos transferidos para a sede do DOPS, que se situava na Av. Amaral Peixoto.¹⁶

Sofre, no DOPS-RJ, sua primeira sessão de tortura, um corredor polonês.

(...) na medida que nós íamos passando para a cela, um cubículo, o pau comeu.. Fomos barbaramente espancados... De lá, no dia seguinte, fomos transferidos para o CAM.¹⁷

O CAM, como explicamos no capítulo precedente, foi, em Niterói, o espaço de tortura por excelência na alvorada da Ditadura, portanto não é de se espantar que os que lá estiveram presos tenham relatos de tortura mais intensos. Como foi o caso de Benedito, que, no CAM, passou por sessões de afogamento, espancamento (resultando em sangramento, fraturas e quebra de ossos do rosto) e queimaduras . Durante as sessões de tortura, era perguntado sobre onde estavam as armas do sindicato.

(...) tivemos a cabeça afogada num tanque de lavar roupa cheio d'água e o pau comeu, né... Colocaram várias vezes cigarro aceso nas nádegas para que nós disséssemos onde se encontravam as armas do sindicato... Fomos espancados a ponto que quebraram meu queixo e minha camisa ficou totalmente molhada de sangue, né...¹⁸

No dia seguinte, 09/04/1964, de manhã, do CAM, é levado para o Presídio Frey Caneca de lancha, juntamente com outros presos. Primeiro passaram pelo cais do Arsenal da Marinha, depois foram levados para um carro da polícia e conduzidos para o Presídio Lemos de Brito. Foi, então, internado num hospital para tratar das feridas da tortura. Após 5 ou 6 dias foi levado para cubículos individuais onde ficou mais de um mês. Benedito relata, por fim, que após essas passagens por esses locais no Rio de Janeiro, é levado para o presídio do estádio Caio Martins, localizado em Niterói.

(...) Nos conduziram para a Lemos de Brito, antiga prisão que se situava na Frey Caneca. Lá me internaram no hospital do presídio para tratar das feridas provocadas pelo cigarro aceso nas nádegas. Depois me levaram para cubículos individuais, assim como os outros presos. Após mais de um mês nesse cubículo, nos levaram para o Caio Martins.¹⁹

Como contado no Capítulo I, haviam no Caio Martins centenas de presos. Nunca é demais relembrar, Benedito ressaltou as condições desumanas do presídio, em especial a comida que era preparada de modo precário, muitas vezes estragada, fazendo com que grande parte dos presos passassem mal e apresentassem problemas fisiológicos constantemente. Vemos também em seu relato como os responsáveis pelo presídio agiam com perversidade. A ordem do exército era de que nas idas aos banheiros, cada preso tivesse acompanhando por soldado com um fuzil apontado em sua direção.

O exército coloca para nós, para cada preso, um soldado com fuzil e baioneta... nós não podíamos fechar o banheiro, nós tínhamos que ocupar o vaso sanitário de porta aberta, com o soldado com fuzil apontado para a nossa cabeça... eu e muitos outros não conseguíamos realizar nossas necessidades preocupados com os soldados muito jovens e inexperientes com os fuzis apontados...²⁰

Foi solto após um período aproximado de dois meses preso no Caio Martins, o que confirma os dados apresentados anteriormente (ver Capítulo I) acerca do período em que o estádio foi utilizado como presídio. Benedito teve que, a partir de então, se encaminhar semanalmente ao DOPS-RJ assinar seu nome para que a polícia tivesse controle sobre sua presença no município, dada a vigilância constante e a marca que os sindicalistas carregaram no período da Ditadura Militar, encontrando inúmeras dificuldades para se reestabelecerem profissionalmente. Ainda em abril de 1964 toda a diretoria do Sindicato dos Operários Navais foi presa, assim como centenas de líderes na base. A maioria foi demitida de seus empregos, deixando suas famílias na miséria.

Walter Batista (operário naval e delegado sindical à época da eclosão do golpe de 1964) em depoimento reservado à Comissão da Verdade em Niterói:

Walter inicia seu depoimento narrando sua trajetória de vida até se tornar operário naval. Conta que aos 14 anos entrou no Senai, que tinha convênio com os estaleiros, nos quais os alunos trabalhavam no estaleiro e faziam o curso durante um período de 2 anos. Em 1954 entra para o Senai e em 1956 entra de vez como trabalhador do estaleiro.

Logo que se torna operário naval conhece os conselhos sindicais e passa a atuar no PCB (aos 16 anos). Chegou a participar de mobilizações para algumas greves dentre outras mobilizações. Conheceu Benedito dos Santos, futuro presidente do sindicato, no Estaleiro Mauá Comércio e Navegação. Participaram juntos de diversas mobilizações sindicais. Conta que nesse período foi demitido após confrontar um trabalhador de cargo superior que furava uma greve. Por conta de mobilização do sindicato junto à empresa, consegue que a demissão seja desfeita e, ao invés disso, é transferido para o estaleiro Eletrovap. Isso em 1962.

Em 1963 se torna delegado sindical na Eletrovap onde passa a atuar e, na eclosão do golpe, quando houve a notícia, estava numa reunião no sindicato:

“- Após saber da notícia cada um foi para o seu destino e eu fui para casa”.

Walter conta que foi para casa por acreditar que o golpe não seria de fato efetivado e tomaria o curso que tomou:

“(...) porque a nossa tese era de que o Exército era formado por filhos de operários, e não acreditávamos que esses filhos de operários fossem contra eles. Então nós não acreditávamos que o golpe fosse para frente.”

Conta a seguir que quatro dias depois do golpe, no dia 5, retornou para o setor de trabalho no dique flutuante do estaleiro. De lá via as lanchas da marinha rondando os estaleiros. No dia 7 de abril, sete dias depois do golpe, uma lancha de fuzileiros navais atracou em seu lugar de trabalho, falou com o responsável do setor que apontou aos fuzileiros quem era o Walter. Foi levado para a lancha juntamente com mais dois companheiros.

“(...) Foram falar com o responsável do dique flutuante, que eles não me conheciam, não conheciam ninguém! Só tinham apenas os nomes. Então o responsável do dique flutuante me apresentou a eles (...), me botaram diretamente no porão e entrou mais dois companheiros, o Orlando Dias e o João de Deus.”

Rodaram na lancha até por volta das 6 da noite, onde aportaram na Ilha de Mocanguê e na Ilha do Viana, onde mais companheiros foram recolhidos. Walter relata em seguida que ele e os demais companheiros recolhidos foram levados para o CAM. Colocaram os outros companheiros num determinado compartimento, juntos, e Walter ficou isolado em outro compartimento, sozinho. Foi levado, após algumas horas, para a beira do cais onde foi interrogado a respeito de armas do sindicato. Negou conhecimento de armas. Após isso, é levado de volta para a cela durante uns 30 minutos. Depois é levado para o alto comando, onde foi colocado frente de um oficial “cheio de medalhas na roupa” e rodeado por outros fuzileiros navais. Foi perguntado novamente por armas. Disse que não havia nada a confessar e que não tinha ou sabia de armas. Diz que levou alguns tapas e agressões do gênero. Foi levado novamente para o compartimento.

“Me isolaram, me botaram sozinho em outro compartimento (...) Depois me pegaram, me botaram na beira do cais, e começaram a me interrogar. Com os fuzileiros navais na minha frente e eu de costas para o mar. Me interrogaram procurando armas, querendo saber das metralhadoras (...) Eu pensei assim ‘esses caras não sabem de nada(...) Estão querendo coisa que eu não tenho’”

Narra que, posteriormente, um carro do DOPS o recolheu do CAM e levou-o para o DOPS. Lá estavam muitos companheiros conhecidos. Destacou que um desses companheiros estava totalmente ensanguentado, havia sido torturado. Conversou com seus companheiros a respeito das coisas que haviam ocorrido. Destacou também que um dos seus companheiros tentou suicídio sem sucesso nessa noite.

“Chegou no DOPS, o DOPS estava cheio de colegas. Quando eu cheguei no DOPS, o Waldemiro Cruz, que era nosso delegado sindical, tinha sido vereador em Niterói, era operário naval, estava chegando na cela que nós estávamos todo ensanguentado (...) Quando chegou estava totalmente ensanguentado.”

Walter diz que do DOPS foi levado novamente para o CAM juntamente com os outros companheiros, onde ficaram num depósito, um galpão grande, “igual uma catacumba”. Não tinha cobertura, não tinha banheiro, não tinha nada. Eram acompanhados por fuzileiros para ir ao banheiro. Segue dizendo que do CAM foi levado para o Caio Martins. Destaca que na prisão do Caio Martins se sentiu mais à vontade, porque ali estavam muitos companheiros e, como o presídio não tinha “muito preparo”, cada um podia ficar no seu canto e podiam conversar.

“Foi uma prisão que, digamos assim, que eu me senti mais à vontade, porque ali estavam muitos companheiros. Nas outras que nós estivemos ficávamos isolados, e ali no Caio Martins nós ficamos pelos cantos ali na arena, um do lado do outro conversando (...) apesar deles terem levado também alguns marginais para o Caio Martins, mas eles ficavam separados desses criminosos por uma corda e os policiais não deixavam os marginais virem para o nosso lado.”

Depois foi novamente levado para o DOPS. “No DOPS fizeram novos interrogatórios e nos libertaram.” Walter relata então que, após esse período de prisão, mesmo libertado, tinha que retornar periodicamente no prédio da Justiça Federal para prestar depoimento. Novamente perguntado sobre armas principalmente.

“Os depoimentos que nós prestávamos também eram depoimentos coagidos. Na porta os fuzileiros navais armados, na mesa lá quem nos inqueria sentado e fuzileiros navais de um lado e do outro. E o objetivo deles sempre, comigo, era querendo as tais das armas.”

Conta que esse período pós-prisão foi seguido de grandes dificuldades materiais, pois não conseguiam emprego mais em lugar nenhum. Passou o resto do tempo desempregado durante dois anos vivendo de biscate, assim como outros companheiros, e ao conseguir um novo emprego se mudou para São Paulo. Após encerrar nesse ponto a narrativa de sua trajetória durante esse período, Walter finaliza seu depoimento abordando a profundidade das consequências do golpe, destacando invasão das forças armadas no sindicato e nas empresas ao recolher documentos dos operários. Segundo conta, destruíram e recolheram também os documentos pessoais de muitos companheiros que estavam guardados em seus armários no trabalho, o que impediu os trabalhadores de comprovar muitas coisas posteriormente, como para a Comissão de Anistia, por exemplo.

“Então isso ai nos feriu, feriu toda a família de operários navais. Estou falando família de operários navais porque era o meio que eu dividia na época, tá? E como feriu diversas famílias do povo brasileiro (...) Isso ai que aconteceu conosco, eles furtaram nossos planos e nós não tivemos condições de nos desenvolver [enquanto país].”

Célio de Souza Ribeiro (estudante e trabalhador do Lloyd Brasileiro durante a eclosão do golpe de 64):

Célio começa seu depoimento contando que era estudante, mas que militava pelo sindicato dos operários navais. Narra foi admitido no Lloyd Brasileiro em 1962 por intermédio do sindicato (Sindicato dos Operários Navais do Estado do Rio de Janeiro). Era filiado ao sindicato desde 1961 por conta de militância política. Segundo ele, quando eclode o golpe em 1964, passa a sofrer perseguições por conta de sua ligação com o sindicato e com a luta política. Foi transferido do Lloyd para a Costeira (outra autarquia federal), transferência que atribui a uma espécie de perseguição.

“Quando aconteceu o golpe em 1964, eu passei a sofrer algumas perseguições por conta da minha ligação com esse sindicato e com as lutas dos operários navais.”

Essa perseguição política culmina, segundo Célio, em 1967 com sua demissão do Lloyd Brasileiro por ter sido classificado como ativista político, como consta em seus documentos que estão tramitando na Comissão de Anistia. Destaca o drama das pessoas afetadas pelo em suas vidas e empregos durante a ditadura, pessoas que tiveram suas vidas afetadas subjetiva e materialmente e que hoje estão na velhice passando dificuldade por falta de reparações.

“O golpe militar, que agora completa 50 anos, deixou um rastro extremamente negativo na nossa nação.”

Não chegou a ser preso. Diz que sua punição foi o desemprego e a expulsão do Lloyd Brasileiro por conta de suas posições políticas.

José Gonçalves (Operário Naval) em depoimento reservado à Comissão da Verdade em Niterói

O caso de José Gonçalves é peculiar sob muitos aspectos. Operário naval, mas não sindicalista, José Gonçalves foi confundido com um homônimo seu muito procurado pelas forças da repressão e acabou sofrendo todo tipo de violência nas mãos das autoridades policiais. Inicia seu depoimento relatando sua trajetória de vida até se tornar operário naval e o período que antecedeu o golpe de 1964. Conta que nasceu na cidade de São Pedro da Aldeia, que foi alfaiate durante muitos anos e que, por problemas particulares, teve que deixar a profissão e, através do contato de amigos, ingressa no Lloyd Brasileiro e torna-se operário naval em 1962.

“Como lá não tinha minha profissão, que fui alfaiate durante muitos anos, eu ingressei na turma de Serviços Gerais, que era a turma dos sem profissão. Faz tudo que mandavam.”

Conta que no Lloyd brasileiro, como operário naval, ingressou nessa oficina de “Serviços Gerais”, que era uma das doze oficinas que haviam na empresa, sendo que cada uma dessas oficinas possuía um subdelegado. José Gonçalves diz que pelo fato de

sempre ter sido ativista e sempre ter gostado de falar, acabou por se tornar subdelegado dessa oficina no mesmo ano em que entrou (explica que subdelegado, nesse caso, era o responsável por resolver os problemas daquele respectivo setor e representar aqueles trabalhadores no diálogo com as instâncias superiores da empresa). De subdelegado, posteriormente, foi eleito delegado geral pelos trabalhadores da empresa em 1963.

“A minha função era discutir. Quando aquele subdelegado não resolvia um problema numa certa oficina dele, aí havia minha intervenção com o diretor geral da ilha, que era um general, general David Pessoa Cavalcanti... Que eu acho que foi um dos meus dedos-duros. Quando eu não resolvia com ele, eu resolvia com o diretor geral da empresa. Essa era minha função.”

José Gonçalves ressalta, questionado a respeito pelos entrevistadores e amigos, que ele era um delegado vinculado à estrutura sindical do funcionamento da empresa (delegados na base), que nenhuma relação direta tinha com a diretoria do Sindicato dos Operários Navais, a não ser como filiado desse sindicato que votava nas eleições internas, participava das assembleias, etc. Também deixa claro que não era filiado a nenhum partido, ainda que soubesse que dentro do Lloyd tinha presença e influência forte do PCB dentro do setor da empresa em que ele trabalhava. Ressalta também a força e o peso que tinha o ativismo sindical do Lloyd.

Ainda abordando esse período pré-64 da sua trajetória, o depoente narra que aquele foi um período de muitas greves. Greves feitas na busca de reivindicações ou, principalmente, do cumprimento de reivindicações.

“Nós tinha muito peso. Nós tinha peso porque nós tinha atrás de nós o sindicato. Um sindicato muito forte. A gente tinha uma retaguarda muito grande.”

No dia 7 de abril de 1964, segundo José Gonçalves, os operários navais receberam ordens de voltar ao trabalho: “- Depois do golpe, o Brasil inteiro decretou greve, e o Sindicato dos Operários Navais não foi diferente. Quando já estava consumada a coisa, nós recebemos ordens de voltar ao trabalho”. Quando a barca que levava os operários à ilha onde se localizava a empresa, conta o depoente, a ilha estava cercada de fuzileiros navais, “tinha mais fuzileiros navais que operários”.

“Os alto falantes da ilha anunciavam que ninguém trocasse de roupa e ninguém pegasse no trabalho. Só de ver aquele movimento... dava pra se ver que nós estávamos numa ilha do terror.”

José Gonçalves narra então como se procedeu a chegada dos operários na ilha nesse retorno ao trabalho após o golpe: ao lado dos armários dos operários haviam soldados com fuzil em mãos, aguardando que o dono do armário chegasse, abrisse e coloca-se tudo para fora para ser revistado, em busca de “material subversivo”. Após algum tempo, o comando militar reuniu-se com os chefes de cada setor da empresa, por volta das 10 horas.

O depoente conta que seu chefe, Waldemiro, juntamente com mais algumas pessoas, retornaram da reunião com o comando militar informando que ele seria preso. Narra então a fala de seu chefe para ele ao retornar dessa reunião:

“Gonçalves, pelo que eu ouvi do seu nome lá com os homens... eles vão te tirar as calças pela cabeça. O alvo lá é você.”

Seu chefe lhe propôs que se escondesse em um dos navios antigos da ilha, que mais tarde eles voltariam para busca-lo para que ele fugisse. José Gonçalves conta que recusou a proposta dizendo que não fugiria porque não havia porque fugir. Mesmo com apelos, manteve-se decidido quanto a não tentar uma fuga.

Por volta das 15:30, após almoçar, diz que tocou o sinal na empresa para o horário de ir embora. Diz que todos os operários tinham que passar pelas roletas apresentando sua carteira de identidade ou carteira de trabalho.

“Eu sabia que estava preso, fui um dos últimos.”

Após apresentar a carteira de trabalho, foi preso, juntamente com mais dos companheiros. Os três ficaram retidos no cais, enquanto os demais operários iam embora da ilha de barca. Narra que, após a barca sumir e se afastar da ilha, os fuzileiros navais os colocaram para dentro da empresa, dentro de um espaço amplo. Foi-lhes ordenado que se colassem de frente para a parede, joelho, barriga e queixo encostados na parede e as na cabeça.

“Fizeram um anel de meia lua de fuzileiros navais atrás da gente... Ai ouvimos quando o pelotão gritou ‘- SENTIDO!’, ‘- PREPARAR AS

ARMAS!”, ‘ - Plac-klá!’[fala fazendo gesto de fuzil sendo engatilhado]... A guarda da ilha tinha sido mandada se afastar... Acho que foi o pior momento da minha vida (...) Depois houve um silêncio, e aí que a gente foi ver que foi uma simulação desgraçada.”

A partir desse ponto, o depoente narra como os fuzileiros cortaram as fivelas de suas calças (fazendo com que ele e os dois outros operários andassem segurando as calças) e os tacaram com ponta pés dentro de um barco.

“- Isso já é noite. Nos levaram pro CAM [Centro de Armamento da Marinha]. O miserável CAM.”

No CAM, conta o depoente, ocorreu mais uma simulação de fuzilamento. Após isso, foram colocados dentro de um carro fechado que os levou para o DOPS de Niterói.

“Quando chegamos no DOPS de Niterói... parecia que era o Rei da Inglaterra ou o Fernandinho Beira-Mar que tava chegando. Tinha tanta polícia e tanto repórter.”

Foi colocado dentro de uma cela onde estava um grande número de pessoas de diversas origens: operários, camponeses, profissional liberal, artistas... Algo em torno de 200 pessoas. Narra que muitos companheiros tentaram suicídio, porque não aguentaram a pressão que ali estava colocada.

“- Água... muitos companheiros tentaram suicídio... os companheiros não aguentavam a pressão, metiam a cabeça na parede... Água de vaso era a água que nós bebiamos. Não adiantava gritar que ninguém vinha (...) Comida? Néca. Água era do vaso... o vaso era preto assim ó... fazia a necessidade, dava descarga e pegava a água com a mão que não tinha vasilha.”

O depoente segue o relato contando que, passados alguns dias preso nesse local, durante uma madrugada, um nome foi chamado de fora da cela e essa pessoa foi levada.

“Chamaram Orosvaldo dos Santos... era um líder sindical de estaleiro particular, um rapaz novo... Levaram ele pra lá. De cá da cela nós ficamos ouvindo os berros do cara... Eles ligavam a vitrola, botava alto,

num sei por que, mas dava para ouvir os berros do cara lá... Orioswaldo dos Santos... Depois trouxeram o cara, chutaram ele pra dentro da cela e tava ele lá... sangue descendo.”

Após esse momento, segue dizendo que a cela abriu e gritaram o nome de José Soares Gonçalves. Foi tirado da cela e levado para dentro de outra sala, colocado sentado numa cadeira.

“- Eu vi que tinha um revólver, um cassetete, uma tesoura e um alicate.”

Estava cercado de soldados, sentado na cadeira e segurado pelo cangote. O depoente conta que o interrogatório foi conduzido pelo **Delegado Azeredo**. O delegado fez diversos tipos de perguntas, em especial buscando saber quem eram os comunistas do Lloyd. Relata que foi-lhe colocado um papel em branco com uma caneta na sua frente e, após ameaças de espancamento, se retiraram da sala dizendo que quando voltasse queriam nomes escritos na folha. Os interrogadores retornam e o papel continua intocado. Após isso, é jogado novamente na cela.

“Muita humilhação... me jogaram na cela com um chute nas costas e eu cai encima dos meus companheiros... Não me bateram. Muita humilhação.”

No dia seguinte, segue narrando José Gonçalves, foi levado novamente para depor. Dessa vez era um delegado conhecido, o depoente fazia roupas para os filhos do interrogador quando era alfaiate, era seu vizinho. O delegado diz que foi feito um pedido por algum “doutor” que ele não recorda o nome, e que após esse depoimento ele iria embora e estaria livre... Após alguns instantes, chegam fuzileiros navais.

“O delegado disse pra mim triste: ‘- Ah, que pena Gonçalves. Vou ter que entregar você para a marinha. Se a tropa atrasa 5 minutos eu tinha saído. Lá vou eu pro CAM.”

O depoente descreve que, no CAM, foi levado para o alto de um morro, num prédio feito com muito mármore, com o chão de mármore, onde lá já estavam outros

presos. Todos os presos só de cueca. Descreve também as condições em que os presos eram mantidos nos dias (menos de mês, segundo o depoente) em que ficou nessa prisão.

“Comida (...) Chegavam dois soldados na porta do salão, metiam o pé naquele panelão e a comida espalhava pelo chão. Só cabeça de peixe... era salve-se quem puder. Os companheiros, por solidariedade, davam um pedacinho pra um, um pedacinho pra outro (...) Pra se fazer necessidades nossas, fisiológicas, era um buraco no chão [faz uma mímica como alguém que se agacha para defecar]: uma metralhadora na frente e outra nas costas. Eram ali que tinha que se fazer a necessidade fisiológica. Passamos humilhação e dificuldade.”

Após esse tempo preso no CAM, o depoente conta que foi levado para o estádio Caio Martins. Novamente destaca as condições enfrentadas no presídio.

“Era uma peneira. Época de chuva não tinha um canto que não chovesse... a gente ficava ali... A comida vinha da Polícia Militar. Quando chegava aqueles panelão de carne-seca ou bucho, já tava tudo qualhado de banha encima. Era aquilo que a gente comia.”

Nesse trecho, ainda descrevendo sua passagem pelo Caio Martins, o depoente destaca também um episódio de uma história, que segundo José Gonçalves não era somente uma história, era algo verídico, e teve especial papel dentro do presídio: o padre Wenceslau, de São Gonçalo, e um capitão da polícia militar chamado Capitão Omelo iriam invadir o Caio Martins, incendiá-lo “e matar todos os comunistas”.

“Tanto não foi mentira, que nós estávamos por conta da polícia militar. Após esse episódio, o exército colocou todos os presos no pátio, explicou essa história e dizia que a partir daquele momento eles estavam assumindo o presídio.”

Termina assim a narrativa de José Gonçalves a respeito do Caio Martins, pois algumas semanas depois, diz ele, foi solto e voltou para casa. Recebe então, alguns dias depois de ser solto, uma mensagem para que se apresentasse no CAM. No dia dez de junho, ele se apresenta acompanhado pelo irmão.

“Chegando lá encontrei um outro companheiro que também havia ido depor. O oficial que nos aguardava se virou para o meu irmão e disse: - O senhor pode ir que seu irmão está entregue.”

O depoente narra o companheiro que encontrou foi depor primeiro, e voltou rapidamente para a sala de estar onde ele estava aguardando e se despediu dizendo até amanhã.

“A guarnição que levou e trouxe ele, me levou (...) Fui levado até um corredor com uma porta, onde um oficial aguardava. Quando eu botei o pé nessa porta, que entrei... levei um pescoço... quiquei por cima de mesa, cadeira... Ai eu vi o inferno que eu tava, que eu tinha me metido.”

Nesse momento do depoimento, José Gonçalves identificam os perpetradores que estavam envolvidos nesse momento do que ele viria a passar em termos de violações: *Capitão Olair, Tenente Elson, Tenente Cuco e Tenente Zé Maria.*

“Fiquei de nove horas da manhã à nove horas da noite embaixo de tortura (...) Me botaram de costas numa mesa... um me pisou nos pés e outro me puxou por traz para me quebrar a espinha na mesa (...) Me chutavam, mas eles não davam de bico assim não, batiam de lado pra não ficar marcado. Tapa e porrada na cabeça... eu tenho problema na cabeça até hoje...”

Durante as sessões de tortura, conta o depoente, mostravam-lhes papéis com a sua assinatura, e José Gonçalves negava serem dele (sabia que eram assinaturas suas, mas temia as consequências caso confirmasse). Nesse momento, ele revela um detalhe importante a respeito do que seus perpetradores poderiam estar interessados em saber:

“Tinha um líder sindical de uma vidreira aqui de Neves, chamado José Gonçalves. Ele teve em Cuba, teve na Rússia... E o processo desse José Gonçalves foi todo parar nas minhas costas, que eu tinha ido em Cuba, que eu tinha ido na Rússia (...) Eu, orgulhosamente, digo: eu nunca disse [nunca disse durante as sessões de tortura] que havia esse homônimo meu que era líder sindical. Só dizia: - Não conheço, não sou eu.”

Por volta de 9 horas da noite, encerrada as sessões de tortura, foi colocado numa prisão. Era uma prisão na beira da praia, uma cela com grade de ferro embaixo de uma escada (o depoente oferece a informação de que, a época, houve uma reportagem no Le Monde de Paris a respeito dessa prisão no CAM).

“Aqui corria uma água [em frente à cela], passava ali embaixo, eu não sei de onde vinha nem pra onde ia. Era aquela água que eu apanhava pra molhar a boca. Que eu bebia... não sei que água era aquela. Fiquei ali 25 malditos dias, sem comer, sem beber, nada. A minha família mandava as coisas pra mim comer... frango assado, banana, laranja... eles só me davam quando estava cheio de bicho. Diziam: - Aqui, o que sua família mandou pra você comer, ó. ”

O que o salvou, relata então o depoente, foi uma prisão preventiva emitida por um juiz de Niterói, “Doutor” Alcir Moreira Cruz (juiz que segundo ele, sabia que estava para ser cassado pelo regime). Foi mandado para o presídio de Neves, em São Gonçalo.

“Ai foi meio que ir pra casa, pro meio dos companheiros. Prisão, mas no meio dos companheiros, né?”

Durante o relato de sua passagem pelo presídio de Neves, José Gonçalves conta que foi tratado com dignidade e que o responsável, Tenente Alceu, era um ser humano “muito bom”, que tratava os presos de forma digna. Conta que esse Tenente conseguiu colchão e roupa de cama para todos os presos, que deixava os familiares levarem comida... Após esse período em Neves, por volta de dois meses, todos foram transferidos para o DOPS do Rio, na Frey Caneca.

Relatando a respeito desse presídio no DOPS do Rio, o depoente conta que inicialmente estavam em condições de celas normais e boas refeições, que eram feitas em mesas para quatro pessoas. Nesse momento, conta um episódio: durante sua estada no presídio do CAM, volta e meia passava um homem patrulhando à paisana que o cumprimentava e ele respondia (mesmo sem saber quem era). E, na Frey Caneca (DOPS do Rio), veio uma pessoa sentar no seu lugar à mesa e dizer que havia uma pessoa na outra mesa que queria conversar com ele: trocaram de mesas. Na outra mesa, segundo relata, estava esse homem que passava à paisana no presídio do CAM: veio a saber que

se trava de Cabo Anselmo, que estava ali como preso. Cabo Anselmo fez perguntas a respeito de por que ele estava preso e o que tinha feito, e José Gonçalves respondeu que era líder sindical, mas relata que evitou ao máximo dar informações. Por fim se retirou da mesa e cada um voltou para sua cela. Nessa noite, ele e os companheiros que estavam presos com ele, foram mandados para uma solitária.

“A gente só sabia [o que havia lá fora] quando roncava trovoada. Não sabia se era noite ou se era dia... Quando chegamos nessa solitária, tinha uma cama patente velha e um cara dormindo nela. A gente, para nós, era um espião do governo, mas tinha uma pia, desse tamanho assim (...) ele disse assim pra gente: ‘- Companheiros, nossa inimiga tá ali ó, naquela água. Se a gente tomar aquela água, com a sede que vai dar, nós vamos morrer de barriga d’água. Só pequem a água com a mão e molhem a boa, não bebam.’ Depois ele veio a nos contar que havia sido da contra espionagem do Brasil na guerra e tava preso ali. E nós fizemos amizade ali com ele. (...) Sem comida, sem bebida sem nada... Ficamos 9 dias ali. Os companheiros tinha que cagar no chão, apanhar com a mão e jogar na pia. Ficamos ali 8 dias sem comer e sem beber.”

No nono dia, segue relatando o depoente, o carcereiro abriu a porta tacando uma roupa dentro da cela e dizendo para se prepararem que eles “iriam dar um passeio.” José Gonçalves conta que ali, entre os companheiros de cela, houve um pacto de morte: eles quatro combinaram que, não importa onde cada um deles fossem levados, onde eles fossem depor eles iriam dizer que os quatro preferiam morrer à voltar para aquela cela. O companheiro que foi levado para depor, retornou no mesmo dia, são e salvo. Perguntado como foi o depoimento, ele disse que foi um oficial, no Hospital dos Marítimos do Rio, que teria sido educado e não houve tortura. No dia seguinte, José Gonçalves e outro companheiro foram levados para depor.

“Eu tinha feito um depoimento no CAM, dessa altura [coloca a mão por sobre a mesa, indicando um documento muito grosso, com muitas páginas], que eu fiz na base de tortura. Nós reunimos nós 5 ali na cela, numa roda, para decidir se eu deveria confirmar aquele depoimento, com medo de eu confirmar e voltar para o CAM novamente. Ai os

companheiros disseram para eu confirmar o depoimento, se não estaria sujeito eu voltar para lá novamente [para tortura].”

Chegando no corredor do Hospital dos Marítimos, segundo relata, sua família lhe aguardava (não sabia como eles tinham tomado conhecimento de onde ele estaria) junto com uma guarnição de seus fuzileiros navais. Deixaram que seu irmão lhe desse um ovo para se alimentar, e nada mais.

“Sai o companheiro... e lá fui eu. Não tive contato com ele. Chegando lá, um oficial magro, loiro.”

O oficial perguntou se ele estava nervoso, ofereceu-lhe café e cigarro. Depois, iniciando o interrogatório, estava com o depoimento que José Gonçalves fez no CAM. Perguntou se ele confirmava esse depoimento. Ele disse que confirmava.

“Ele fez um pausa... e disse: - Não, senhor Gonçalves. O senhor não pode confirmar isso que está aqui. Mesmo a justiça que nós temos vai saber que isso foi feito sob tortura.”

A seguir, narra o depoente, o oficial digitou em sua frente um depoimento: “- Seu Zé, vou fazer aqui um depoimento pro senhor.” Fez um depoimento de umas 5 ou 6 linhas, ofereceu para que José Gonçalves lesse.

“Oficial, eu não assinei aquele lá... mas to confiando no senhor... O senhor pode ler para mim. Ele leu para mim... e eu peguei e assinei.”

Disse ao oficial da promessa que eles fizeram, o oficial confirmou queremos outros companheiros de José Gonçalves de fato disseram que preferiam a morte a ter que voltar para a cadeia onde estavam. Depois do interrogatório, o depoente retornou a cela até o dia seguinte, por volta das 11 horas, chegou o carcereiro, tacou roupas na cela e disse que eles não tinham permissão para falar um com o outro durante o trajeto após a saída da cela.

“Saímos em fileira... e fomos apresentados a quem? Charles Borel [Cecil de Borer, secretário de segurança do Rio de Janeiro] (...) Ai ele disse pra guarnição: - Da um passeio de lancha com eles ai.”

Foram colocados dentro de um camburão, rodando pelo Rio de Janeiro. Foram levados para o posto de salvação, na praia de Botafogo.

“Quando chegamos lá, os companheiros da DOPS tava todo lá. Cabelo penteado, barba bem feita... não deixaram a gente se aproximar deles. Só falamos de longe [acenando]... Eles entraram numa lancha... Nós tava parecendo mendigo e os outros todo arrumadinho, barba feita (...) Depois que a lancha deles saíram, sumiu, botaram a gente numa lancha, nós quatro, uma lancha aqui, de um lado e de outro, cheio de fuzileiros navais e nós no meio. (...) Quando nós chagamos em frente às barcas, nós vimos que a lancha fez isso [se virou para o lado]. Ai nós pensamos: - Ih, nós vamos para a Ilha das Flores...”

Na verdade, narra o depoente, aportaram num antigo cais na região de Neves (em São Gonçalo). Estavam retornando para o presídio de Neves. Conta que quando o Tenente Alceu [responsável pelo presídio] viu eles quatro naquele estado, gritou com a guarnição dizendo para leva-los de volta porque havia entregado homens em perfeito estado e estava recebendo de volta farrapos de gente.

“E se a gente volta?... Ai os companheiros, inclusive o deputado Afonsinho, que tava preso, Manuel Martins tava preso, um bucado de gente graúda preso, consegui dobrar o Tenente Alceu pra aceitar a gente. Porque seu ia de volta pra lá, meu filho, nós ia ser jogado no mar.”

Após entrarem no presídio Caio Martins, José Gonçalves conta que o Tenente Alceu enviou soldados para as casas de cada um deles para que trouxessem comida, roupa e mandou trazer soldados barbeiros para cortar o cabelo e fazer a barca: “- Ai viramos gente.” Conta também que teve autorização para ir no aniversário da mãe escoltado e depois retornar à noite. Diz que dia 13 de dezembro, o mesmo juiz que lhe deu a prisão preventiva que o tirou do CAM, Doutor Alcir Moreira Cruz, decretou a liberdade deles.

“- Ai, companheiro, terminou a minha via-crúcis.”

Finalizando, o depoente, ainda ressalta que tinha que ir na DOPS todo dia assinar seu nome durante seis meses. Não podia sair da cidade. Teve seu emprego caçado, não tinha como conseguir emprego porque sua carteira ficava marcada. Conta que ainda teve um contato, conseguido pelo seu irmão, de exílio na embaixada da Bolívia, mas acabou desistindo porque, ao chegar na casa do embaixador, o portão estava trancado, ao contrário do combinado, o que achou suspeito, resolvendo assim ir embora.

Pelos depoimentos, observamos como O Sindicato dos Operários Navais de Niterói e São Gonçalo, foi atingido de pronto. Membros do PCB apoiadores de Jango foram encarcerados no primeiro estádio presídio das Américas, de lá eram levados, um a um, para serem torturados em interrogatórios no DOPS e no Centro de Armamento da Marinha. Aliado a isto, estes depoimentos desfazem a tese comumente repetida de que a tortura só se iniciou no regime militar no pós-1968.

GABINETE DO MINISTRO

(*) PORTARIA DE 15 DE JUNHO DE 1964

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.136, de 12 de julho de 1961, e assim o da atribuição que lhe confere o art. 155 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 3.452, de primeiro de maio de 1964, e tendo em vista a indicação do Diretor do DNT no Processo MTPS-136.1117-64, resolve:

Nº 621 - Designar Celso Fernandes Vinicius, Professor de Prática Educativa, nível 16, referência I, do Quadro de Pessoal da Comissão do Enquadramento Sindical, para Membro da Comissão de Enquadramento Sindical, como Exerce suas atribuições, no Departamento Nacional do Trabalho, no impedimento legal de Carlos Alberto Fernandes Nemezi de Brito, durante o afastamento resultante da concessão de dois períodos de férias. - Arnaldo Lopes Susskind

PORTARIAS DE 30 DE JULHO DE 1964

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 643 - Conceder dispensa ao Oficial de Administração, nível 14, da Secretaria de Segurança Nacional, das funções de Membro da Comissão de Investigações (CI-11), criada pela Portaria Ministerial nº 200, de 27 de abril de 1964.

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 646 - Dispensar, a pedido, o Oficial de Administração, nível 14, Fernando Augusto Peixoto das Neves, Secretário da Seção de Segurança Nacional, símbolo PG-6 deste Ministério.

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social resolve:

Nº 47 - Designar, de acordo com o item II do art. 2º do Decreto nº 17.445, de 7 de dezembro de 1959, o Procurador do Trabalho Dr. Deodoro Mendes Pires Carpinheiro, para Assessor Técnico do Diretor da Seção de Segurança Nacional, sem prejuízo de suas atuais funções e sem a atribuição de substituir o titular da seção durante os seus impedimentos e ausências.

Nº 49 - Promover, de acordo com o item II do art. 2º do Decreto nº 17.445, de 7 de dezembro de 1959, o Assistente Sindical, nível 18, da Comissão Técnica de Organização Sindical, José de Castro Queiroz, para as funções de Secretário da Seção de Segurança Nacional, símbolo PG-6 deste Ministério. - Arnaldo Lopes Susskind.

PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 1964

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.136, de 12 de julho de 1961, que dispõe sobre a atribuição das ocupações de cargos em comissão e de funções gratificadas, e tendo em vista o art. 1º da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, e considerando a necessidade de ser uniformizado o horário das várias repartições, resolve:

Nº 100 - I - Determinar que as ocupações de cargos em comissão e de funções gratificadas do quadro de pessoal deste Ministério, bem como da Comissão

Nota do Spb. - Republi- cado em 13 de junho de 1964, p. 251.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Comissão do Imposto e Contribuição Sindical, no mínimo, a jornada de trabalho de 17 horas, no período de 11 às 18 horas;

II - Para as atividades de estabelecimento formadas de trabalho em horários diferentes das estabelecidas de jornada gratificada;

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 631 - Conceder dispensa ao Capitão de Fragata (Res) em reformado Mário dos Reis Pereira, das funções de Interventor no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, em virtude da ausência de tempo para outra função pública.

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, no uso do art. 133 da Lei nº 3.807, de 12 de agosto de 1950, resolve:

Nº 652 - Designar Interventor no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, o Médico, nível 18, do mesmo Instituto, Wilson Vieira Oliveira, cabendo-lhe exercer as funções necessárias para a regularização do funcionamento da Autarquia observadas as instruções que lhe forem transmitidas pelo Departamento Nacional da Previdência Social e quando for o caso, pelo Ministro de Estado. O Interventor nomeado deverá apresentar relatório das atividades, decorridos 30 (trinta) dias. - Arnaldo Lopes Susskind.

PORTARIA DE 4 DE AGOSTO DE 1964

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do Processo MTPS-195.271-63, resolve:

Nº 665 - I - Revogar a Portaria Ministerial nº 278, de 31 de agosto de 1963;

II - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, considerando que a Seção de Delegados Interventores de Membros da Junta Governativa, criada nos termos do art. 328 da Consolidação das Leis do Trabalho, candidatar-se-á a órgãos eletivos para composição das entidades sindicais que estiverem administrando; considerando, entretanto, que, mesmo inexistindo disposição legal, torna-se aconselhável a adoção de medidas no sentido de evitar que possam ser os mesmos acusados de utilizar o cargo para fins eleitorais, dada a sua situação de Delegado do Governo, resolve:

Nº 666 - Determinar aos Delegados Interventores e Membros de Junta Governativa, designados nos termos do art. 328 da Consolidação das Leis do Trabalho, que, na hipótese de desejarem candidatar-se a cargos nos órgãos de administração das entidades sindicais que estiverem dirigindo, deverão desistirem, pelo menos, 30 (trinta) dias, antes do pleito. - Arnaldo Lopes Susskind.

COMISSÃO DO ENQUADRAMENTO SINDICAL

MTPS. 149.725-64

Resolução

Visto e relatado, e por autos em que se faz menção da composição da Comissão Técnica do Rio de Janeiro

placaria a revogação das Portarias Ministeriais de número 35, de 18 de maio de 1963, e 121-A, de 29 de março de 1963, que, respectivamente, tornam em vigor as disposições da Resolução da Comissão de 15 de março de 1957, para considerar enquadrados os Operários Navais no 1º Grupo do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, e a fim de ser atendido o princípio de simetria no enquadramento sindical entre a categoria econômica Estaleiros Navais no 1º Grupo - Empresas de Navegação Marítima e Fluvial, do Plano de Confederação Nacional dos Transportes Marítimos e Fluviais, e Aéreos, resolve esta Comissão do Enquadramento Sindical, em sessão ordinária, por unanimidade de votos dos presentes, de acordo com o parecer do

relator, encaminhar o presente processo à consideração do Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, opinando pela revogação das Portarias Ministeriais nº 95, de 18 de março de 1963, e nº 121-A, de 29 de março de 1963, revogando, para que produza os devidos efeitos, a Resolução da CERS, de 15 de março de 1957. Em 3 de julho de 1964 - Manoel Nogueira de Paula - Presidente Substituto. - Nelson da Silva Lima - Relator.

RELATÓRIO

Processo MTPS. 149.725-64 - Nos presentes autos o Sindicato da Indústria da Construção Naval do Rio de Janeiro pleiteia a revogação das Portarias Ministeriais nº 95, de 18 de março de 1963 e 121-A, de 29 de março de 1963, em virtude das quais foram enquadrados respectivamente os Operários Navais no 1º Grupo - Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais e Aéreos como Estaleiros Navais no 1º Grupo - Empresas de Navegação Marítima e Fluvial, do plano da Confederação Nacional dos Transportes Marítimos e Fluviais e Aéreos.

Além o peticionário que as citadas Portarias Ministeriais contraria os princípios básicos da legislação fixados na Consolidação contida no seu art. 570 quando estabelece que:

"Os sindicatos constituir-se-ão normalmente por categorias econômicas ou profissionais na conformidade da discriminação do quadro de atividades e profissões a que se refere o artigo 577".

e, por outro lado, o art. 511, parágrafo 2º, da C.L.T., estatua:

"A similitude de condições devida origem da profissão ou trabalho em comum, em situação do emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, também a expressão racial, elementar compreendida como categoria profissional" e referindo-se a "categoria profissional diferenciada" e parágrafo 3º do citado art. 511 da C.L.T., a define como a:

"que se forma dos empregados que exercem profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional ou em consequência de condições de vida singulares".

Conseqüentemente, as situações apresentadas nos presentes autos carecem de uma solução definitiva e não se opo a necessidade de satisfazer, em dado momento, os anseios de tal ou qual corrente política ou de encontrar acomodações para dadas situações que possam vir a criar problemas para o Governo.

Assim, a solução do assunto repousa preliminarmente nas seguintes indicações:

a) cabe serem os estaleiros navais ou, para melhor dizer, a indústria da Construção Naval enquadrada em uma empresa de Navegação Marítima e Fluvial, ou seja, como integrante o conjunto dos Transportes Marítimos e Fluviais;

b) os trabalhadores em estaleiros de navegação marítima e construtores navais uma categoria profissional diferenciada;

c) O enquadramento das categorias econômicas pode ser efetuado em função das categorias profissionais;

O histórico do assunto em tela pode dar-nos uma idéia mais aproximada dos fenômenos evolutivos que deram origem à atual situação.

Primariamente, a Indústria da Construção Naval se encontra modestamente enquadrada no Grupo da Indústria da Construção Civil, sem qualquer reclamo dado que momentaneamente os estaleiros das empresas de navegação os demais inicialmente procediam a reparos, ocupando um número mínimo de trabalhadores, em sua maior parte empregados dedicando-se à construção de pequenas embarcações de madeira e reparo nas mesmas.

Entre 1953 e 1955, com desconjuncções de greves e movimentos reivindicatórios dos marítimos em cujo número se incluíam os operários navais, empregados das empresas de navegação marítima e fluvial procurou-se trazer a Indústria da Construção Naval já mais evoluída, em sua verdadeira posição no enquadramento sindical, passando ela a integrar o Grupo das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e, em consequência com tal classificação, os trabalhadores com tal situação, os trabalhadores tiveram os serviços a esta indústria tiveram os enquadramento na categoria profissional correspondente ao seja de "trabalhadores em oficinas mecânicas".

Destarte, obedecendo ao princípio normativo fixado no art. 511 parágrafo 2º da C.L.T., de que a categoria profissional decorre da situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, a categoria profissional dos Operários Navais (trabalhadores em estaleiros navais) bem como a Meslres e Encarregados de Estaleiros das Empresas de Navegação Marítima continuaram a ter o seu enquadramento no Grupo de trabalhadores marítimos e fluviais, dado prestarem serviços às empresas de navegação marítima, cujos estaleiros constituem, uma atividade subordinada à atividade principal - Transportes Marítimos - que é consequentemente preponderante, e daí ser mantido o seu enquadramento como marítimos.

Entretanto, posteriormente, verificou-se um verdadeiro fenômeno de inversão, o titular da Portaria Ministerial nº 95, de 18 de março de 1963, tornou sem efeito a Resolução da Comissão de Enquadramento Sindical de 15 de março de 1957 para reconhecer os Operários Navais na mesma categoria em que já estavam enquadrados. Após esse ato o material foi baixado outro com a Portaria nº 121-A, de 29 de março de 1963 que criou a categoria econômica Estaleiros Navais como integrante do Grupo das Empresas de Transportes Marítimos e Fluviais.

Portanto, fiborizou-se o enquadramento da categoria econômica ao da uma dada categoria profissional, contrariando todos os princípios básicos do enquadramento sindical.

Por sua vez o enquadramento da Indústria da Construção Naval no Grupo das Empresas de Navegação não se limitou de forma alguma que pela sistemática do próprio enquadra-

mento sindical, quer pela própria natureza da atividade econômica.

A construção naval é essencialmente metalúrgica e mecânica limitando-se à construção das embarcações, sem que tenha qualquer interferência nos serviços de transportes marítimos e nem ao menos possui embarcações para os seus serviços, que são realizados em terra, manter o critério adotado seria o mesmo que incluir, por exemplo, a Indústria Automotobílica, no Grupo de Transportes Rodoviários.

Por outro lado, não há como se considerar a categoria profissional dos Operários Navais como sendo uma categoria diferenciada, visto como, pelo disposto no art. 511, § 3º, da C.L.T., tal só poderia acontecer se os seus integrantes exercessem profissões ou funções diferenciadas por força do estatuto profissional ou em consequência de condições de vida singulares, o que não ocorre, porquanto, as profissões dos integrantes da mesma categoria profissional são idênticas às exercitadas pelos integrantes do grupo dos trabalhadores em indústrias, metalúrgicas mecânicas e de material elétrico.

Assim, desde que tais profissões e funções podem ser exercidas, indistintamente, em estaleiros ou oficinas mecânicas, qualquer que seja a sua finalidade não é de serem os seus integrantes considerados como diferenciados.

Ademais, pelo espírito do próprio estatuto legal a diferenciação somente

pode dizer respeito a determinada profissão em razão de estatuto profissional em condições de vida irregulares e nunca a um conjunto de profissões ou funções abrangendo desde o operário especializado até o servente.

O fato de quadro de atividades da C.L.T. ter dado à categoria profissional dos trabalhadores em estaleiros das empresas de navegação a denominação sucinta de Operários Navais não é motivo bastante para considerá-la diferenciada, pois tal somente se verificou porque esses trabalhadores exerciam sua atividade em um dos setores das referidas empresas, profundamente prejudicial para o sindicalismo brasileiro, anulando as disposições legais vigentes, com graves reflexos na própria ordem social.

Destarte nada justifica a pretendida situação de categoria diferenciada que se dá dar a dos Operários Navais e muito menos o absurdo jurídico que se cometeu na Portaria nº 121-A, subordinando o enquadramento de uma categoria econômica ad de uma categoria profissional o que fere a sistemática de enquadramento sindical, anulando-a em seus fundamentos e propiciando situações cuja atividade preponderante, como se disse acima, é a de Transportes Marítimos e Fluviais.

Por outro lado, a Portaria nº 98, apresenta a aberração de re-enquadramento na categoria dos Operários Navais na mesma categoria em que já

se achavam enquadrados, ou seja no 1º Grupo — Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, enquadramento este que a Resolução da C.E.S. de 15 de março de 1957, em nada alterou, limitando-se a definir o enquadramento dos trabalhadores que prestam serviços às empresas de Navegação e as que o fazem às empresas integrantes da categoria econômica — Indústria da Construção Metalúrgica Mecânica e de Material Elétrico.

VOTO

Nestas condições o meu voto é no sentido de serem revogadas as Portarias ministeriais nº 98 de 18 de março de 1963 e nº 121-A, de 29 de março de 1963, revigorando-se a Resolução da Comissão do Enquadramento Sindical de 15 de março de 1957, com a consequente correção do enquadramento Sindical da Indústria da Construção Naval, como integrante do 14º Grupo — Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico, do Plano da Confederação Nacional da Indústria, ficando, outrossim, enquadrados na categoria profissional — Trabalhadores em Oficinas Mecânicas, do 14º Grupo Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico, do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria os trabalhadores que prestarem serviços à categoria econômica supra referida. — Newton Lima Relator.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Serviço de Comunicações

PORTARIAS DE 5 DE AGOSTO DE 1964

O Chefe do Serviço de Comunicações, usando das atribuições que lhe confere a letra a, do art. 51, combinada com o art. 50, item I, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 47.035, de 15 de outubro de 1959, e tendo em vista o que determina o Decreto nº 51.964, de 12 de outubro de 1962, resolve:

Nº 5 — Conceder dispensa à oficial de Administração, nível 12-A, Aurora Silvestre de Faria, da função gratificada, símbolo 5-P, de Chefe da Seção de Divulgação e Expedição do Serviço de Comunicações, do Departamento de Administração, em Brasília, ressaltando a oportunidade, e excepcional dedicação e zelo com que se houve no desempenho de suas funções.

Nº 6 — Designar o Cirurgião-Dentista nível 17 Fernando Guilherme da Silva para exercer a função gratificada, símbolo 5-P, de Chefe da Seção de Divulgação e Expedição do Serviço de Comunicações, do Departamento de Administração, em Brasília. — Maria de Vellozo Ferreira, Chefe do S. C.

GABINETE DO MINISTRO

(*) PORTARIA DE 15 DE JULHO DE 1964

O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, resolve:

Nº 792-GM1 — Designar os militares abaixo para, em missão de duração prevista de 3 (três) dias, ir em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, constituindo as tripulações dos aviões PT-19 doador aquele país, fazendo jus aos Vencimentos e Vantagens previstos na Portaria nº 23, de 12 de janeiro de 1959:

Capitão-Aviador — Neri do Nascimento

1º Tenente-Aviador — Waldir Dafrayer de Oliveira

1º Tenente-Aviador — João Santos da Silva

1º Tenente-Aviador — Fernando Mendes Nogueira

(*) Republicadas por terem saído com incorreção no D.O. de 24.7.64.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

1º Sargento (Q AV) — Sarmento Socio e
1º Sargento (Q AV) — Nelson Marques. — Major-Brigadeiro-do-Ar Nelson Freire Lazenere Wanderley, Ministro da Aeronáutica.

PORTARIAS DE 17 DE JULHO DE 1964

O Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica, resolve:

Nº 797 — GM1 — De acordo com a Lei nº 4.918, de 20 de dezembro de 1961, artigo 2º do Decreto nº 47.433, de 15 de dezembro de 1959, combinado com o Decreto, nº 807, de 30 de março de 1962, mandar servir em Brasília, a contar das datas ao lado declaradas, quando se apresentarem nesta Capital, (Base Aérea de Brasília), os militares abaixo, procedentes do Estado da Guanabara:
— Cap AV — Leuzinger Marques Lima — 10.6.64;
— 3º Q RT VO — Felipe Arlomar Souza e Silva — 3.6.64.

Nº 799-GM1 — Dispensar de servir em Brasília, a contar de 9 de julho de 1964, o Q MR VA AU — Francisco Gervá Carneiro.

Nº 810-GM1 — Transferir, por necessidade do serviço, para a Escola de Aeronáutica, o Major-Aviador — Paulo Roberto Coutinho Camarinha, da Inspetoria Geral da Aeronáutica. — Major-Brigadeiro-do-Ar Nelson Freire Lazenere Wanderley, Ministro da Aeronáutica.

DIRETORIA DO PESSOAL

PORTARIAS DE 27 DE JULHO DE 1964

O Diretor Geral do Pessoal, em face do estabelecido no artigo nº 66-GM-1, de 8 de outubro de 1963,

Nº 553-SDP5 — Transfere do escritório para o Reservado remunerado, de acordo com a letra "b" do art. 12,

letra "a" do art. 14 e letra "b" do inciso I do art. 16 da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, o Terceiro Sargento (Q STA) Anaslado Jaques, com os seguintes a que fizer jus pela Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, visto haver atingido a idade limite da permanência no serviço ativo.

Nº 554-SDP5 — Promove a graduação de Segundo Sargento de acordo com o 1º do art. 51 da Lei número 2.370, de 9 de dezembro de 1954, promove a graduação de Primeiro Sargento nos termos do art. 1º da Lei nº 1.156, de 12 de julho de 1950 e, nessa graduação, com o respectivo soldo integral e as vantagens a que fizer jus pela Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, transfere para a Reserva Remunerada o Terceiro Sargento (Q STA) José Masciel Braga, de conformidade com a letra a do art. 11 da referida Lei nº 2.370, de 1954, visto haver servido em zona de guerra delimitada pelo Decreto Secreta, número 10.490-A, de 25 de setembro de 1942. — Major-Brigadeiro do Ar Armando Pardigo, Diretor-Geral do Pessoal.

Guia de Recolhimento do Imposto do Sêlo por Verba Especial
Preço: Cr\$ 2,00

A VENDA AVANÇADA Rodrigues Alves, 1 - Agência I - Ministério da Fazenda
ATENÇÃO: SE A PEDIDOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL

Capítulo III: O Centro de Armamento da Marinha

Sabemos que, nos dias que sucederam o golpe de 1964, ocorreu um número elevado de prisões políticas forçando o uso de espaços não convencionais como locais de detenção e tortura. Na cidade de Niterói o espaço mais expressivo desse momento histórico é o Estádio Caio Martins. O mesmo foi usado como prisão imediatamente após o golpe, abrigando, segundo depoimentos mais de 1000 presos²¹. Foi o primeiro estádio/prisão de que se tem notícia, expediente posteriormente utilizado no Chile, em 1973. O jornal O Fluminense dia 23 de abril de 1964, noticiava em uma de suas colunas, a chamada: “Presos vão para o Caio Martins”. Segundo a notícia, a medida, anunciada pelo Major Jairo Lery dos Santos, recém empossado chefe da Divisão de Polícia Política e Social (DPS), visava encaminhá-los para “um alojamento mais amplo”, com “melhores condições de higiene”, com a alegação de que não havia mais espaço nas prisões e delegacias, todas superlotadas por lideranças intelectuais e políticas de Niterói, que, depois pegas em suas casas e locais de trabalho, foram transferidas algemadas e debaixo de agressões físicas e verbais para o Estádio.

Não obstante, no Relatório Parcial de Pesquisa da Comissão da Verdade em Niterói, afirmamos que, dada a pluralidade dos presos, que o Caio Martins funcionou como um grande centro de triagem, de onde os presos de outras unidades prisionais ou que estavam sob inquérito a partir de outra instituição, eram detidos. Os presos eram torturados em outros espaços, dos quais destacamos o Centro de Armamento da Marinha (CAM), na Ponta de Areia. Dos 339 presos, presos confirmados do Caio Martins, pelo menos 89 estiveram no CAM, pouco mais de um quarto dos presos confirmados, somente entre abril e setembro de 1964, período de utilização do Estádio como prisão. Passada essa data não podemos fazer qualquer afirmação acerca da utilização do CAM. Nos chama a atenção o uso por pelo menos 5 meses desse espaço para a prática intensa de torturas físicas e psicológicas. Em anexo apresentamos documentos que comprovam a presença de presos no CAM e o fluxo constante no local a sugerir seu uso como local de tortura.

Aliada à documentação histórica, a Comissão da Verdade em Niterói recolheu ao menos 6 depoimentos que relatam o uso do local para fins de tortura: *Benedito Joaquim do Santos*, então presidente dos Sindicato dos Operários, esteve no Caio Martins, na sede do Departamento de Ordem Política e Social em Niterói (DOPS-RJ) e no CAM. Conta que o Centro de Armamento foi o local onde sofreu as piores torturas.

“(…) tivemos a cabeça afogada num tanque de lavar roupa cheio d’água e o pau comeu, né... Colocaram várias vezes cigarro aceso nas nádegas para que nós disséssemos onde se encontravam as armas do sindicato... Fomos espancados a ponto que quebraram meu queixo e minha camisa ficou totalmente molhada de sangue, né...”

O tipo de tortura psicológica é relatado por outro sindicalista, *Walter Batista*:

“Me isolaram, me botaram sozinho em outro compartimento (...) Depois me pegaram, me botaram na beira do cais, e começaram a me interrogar. Com os fuzileiros navais na minha frente e eu de costas para o mar”

Ao falar do local, *José Gonçalves* se refere como “O miserável CAM”. Em sua segunda passagem conta que foi levado para o alto de um morro, num prédio feito com muito mármore, com o chão de mármore, onde lá já estavam outros presos. Todos os presos só de cueca. Descreve também as condições em que os presos eram mantidos nos dias (menos de mês, segundo o depoente) em que ficou nessa prisão.

Comida (...) Chegavam dois soldados na porta do salão, metiam o pé naquele panelão e a comida espalhava pelo chão. Só cabeça de peixe... era salve-se quem puder. Os companheiros, por solidariedade, davam um pedacinho pra um, um pedacinho pra outro (...) Pra se fazer necessidades nossas, fisiológicas, era um buraco no chão [faz uma mímica como alguém que se agacha para defecar]: uma metralhadora na frente e outra nas costas. Eram ali que tinha que se fazer a necessidade fisiológica. Passamos humilhação e dificuldade.

José Gonçalves ainda teria uma terceira e pior passagem pelo CAM, da qual é capaz de identificar seus torturadores: *Capitão Olair*, *Tenente Elson*, *Tenente Cuco* e *Tenente Zé Maria*.

Fiquei de nove horas da manhã à nove horas da noite embaixo de tortura (...) Me botaram de costas numa mesa... um me pisou nos pés e outro me puxou por traz para me quebrar a espinha na mesa (...) Me chutavam, mas eles não davam de bico assim não, batiam de lado pra não ficar

marcado. Tapa e porrada na cabeça... eu tenho problema na cabeça até hoje...

Durante as sessões de tortura, conta o depoente, mostravam-lhes papéis com a sua assinatura, e José Gonçalves negava serem dele (sabia que eram assinaturas suas, mas temia as consequências caso confirmasse). Nesse momento, ele revela um detalhe importante a respeito do que seus perpetradores poderiam estar interessados em saber:

Tinha um líder sindical de uma vidreira aqui de Neves, chamado José Gonçalves. Ele teve em Cuba, teve na Rússia... E o processo desse José Gonçalves foi todo parar nas minhas costas, que eu tinha ido em Cuba, que eu tinha ido na Rússia (...) Eu, orgulhosamente, digo: eu nunca disse [nunca disse durante as sessões de tortura] que havia esse homônimo meu que era líder sindical. Só dizia: - Não conheço, não sou eu.

Por volta de 9 horas da noite, encerrada as sessões de tortura, foi colocado numa prisão. Era uma prisão na beira da praia, uma cela com grade de ferro embaixo de uma escada.

Aqui corria uma água [em frente à cela], passava ali embaixo, eu não sei de onde vinha nem pra onde ia. Era aquela água que eu apanhava pra molhar a boca. Que eu bebia... não sei que água era aquela. Fiquei ali 25 malditos dias, sem comer, sem beber, nada. A minha família mandava as coisas pra mim comer... frango assado, banana, laranja... eles só me davam quando estava cheio de bicho. Diziam: - Aqui, o que sua família mandou pra você comer, ó.

Jaime Navas, também operário naval, esteve preso por 68 dias no CAM, conta sobre suas torturas físicas e psicológicas. Conta que seu pai e seu irmão foram levados para o CAM, sendo os dois sequestrados até que o mesmo se apresentasse.

Eu vendo o desespero do que a minha família vivia com aqueles acontecimentos, dia 11 de junho de 1964, eu me dirigi ao Centro de Armamento da Marinha, fui até a sala de estado e me apresentei (...) Eles dali me colocaram dentro dum cubículo, dentro de um cubículo, para

aguardar as ordens que viriam... que o oficial do dia, que me recebeu, ia comunicar ao comando que eu me apresentei.

Jaime conta que as afirmações dos interrogadores sobre os crimes contra o Estado cometidos pelo sindicato e as perguntas a respeito de armas eram acompanhadas de golpes com a ponta da metralhadora em suas costas.

Aquelas cutucadas eram terríveis. E a mão pra cima. O tempo todo a mão pra cima. Quando eu descuidava a mão arriava um pouco, eu levava na coluna, principalmente na região lombar, rapaz... aquilo doía na sola dos pés (...) Quase quatro horas ali naquela sala respondendo à pergunta deles. E as ameaças: '- Se você não falar a verdade você vai ser fuzilado.' E [ameaças] de oficiais das nossas 'gloriosas forças armadas'.

Seu relato também da conta da insalubridade dos locais de detenção dentro do CAM

Ai me tiraram dali e me botaram de baixo de uma escada que sobe. No cantinho da escada fica um lugar onde guardam: cordas, enxadas, pás... Essas coisas. Com uma pequena grade ali pra fechar. E me botaram ali. Não dava pra ficar em pé não, muito mal (...) Isso com um fuzileiro armado que ficavam assim à distância [apontando a arma para o depoente], tomando conta, que eles me consideravam um terrorista. Eu era um terrorista pra eles. “(...) O problema ali era o sol que batia no concreto. Ah, era um inferno! Era um forno! Era de enlouquecer aquele calor ali... E você não tinha como respirar, porque tinha uma grade e a grade tinha uma tela. Tinha uma tela bem fechadinha, que você ficava ali dentro e muito mal você via do lado de fora. E aquele calor ali dentro terrível, né... Não tinha um banheiro. Não tinha nada. Tinha um belichezinho de lona muito sem vergonha, que machucava ao deitar nele e, quando a gente precisava de um banheiro, tinha que chamar... às vezes o sentinela saía de uma direção que nós pudéssemos chamar o cara... e você às vezes fazia necessidade ali. Tinha que fazer, né... Você queria beber uma água, não tinha. Você não tinha nada. Você era preso como um... nem os animais (...) Porque nem com um animal feroz se fazia

isso, com ninguém se faz aquilo, com nenhum ser vivo. Às vezes, em frente do buraco ali onde eu estava, em frente, de baixo da escada, parava um dojão duas horas da manhã, e o cara subia pra fazer o relatório lá encima. E deixava o motor ligado, com o cano de descarga jogando ali pra dentro aquele... aquela fumaça da descarga pra dentro de onde eu estava. Era um inferno! Um verdadeiro inferno!

Esses e outros relatos podem ser visto de forma mais extensa dos resumos dos depoimentos em anexo. Bem como na versão completa dos áudios. Os trechos acima, no entanto, já dão uma noção clara das barbaridades praticadas no Centro de Armamento da Marinha no ano de 1964, de modo que nós, da Comissão da Verdade em Niterói consideramos de extrema importância histórica e política a realização de um diligência das dependências do antigo CAM. Visto que o local tem sido pouco enfocado ao na bibliografia sobre espaços de prisão e tortura na ditadura, uma visita com expressos teria valor não apenas para fins de pesquisa, mas de recuperação da memória histórica da cidade de Niterói e do Estado do Rio de Janeiro.

Os depoimentos por nós coletados dão um panorama muito explícito das torturas lá realizadas e da perseguição construída desde o CAM aos trabalhadores da indústria naval.

Jayme Navas inicia seu depoimento apresentando seu nome completo, Jayme Navas da Costa, e contando ser filho de espanhóis e brasileiros descendentes de portugueses: “E toda essa mistura deu em comunista.”

Ao narrar a questão da sua trajetória e do momento que viveu, disse que essa história pode ser dividida em três momentos: “- Antes do golpe militar, durante o golpe militar e após o golpe militar. Três momentos”. Diz que a primeira coisa a ser esclarecida é antes do golpe militar. Ou seja, o porquê do golpe militar ter acontecido.

Nesse trecho do depoimento, começa abordando a questão da categoria dos operários navais anterior à ditadura. Diz que essa categoria existia desde bem antes do golpe, que abarcava basicamente todo mundo que operava com reparo e funcionamento de navios e que os operários navais tinham uma vida muito dura, muito sacrificada.

“Mas com o tempo, com o decorrer do tempo, o Partido Comunista no Brasil, ele foi se aproximando, foi chegando, a essa categoria, né? Foi aproximando... e foi conseguindo muitos adeptos. Porque a ideia era de tirar os operários daquela escravidão. E ai se discutia muito, como sair daquilo e tal... E achávamos que a coisa mais importante, que deveria existir entre os trabalhadores, chamava-se unidade de ação. Era

preciso unir os trabalhadores para que eles não ficassem como uma caixa de fósforo entornada no chão, que quebra palito por palito (...) Então, o Partido Comunista tinha ideia de organizar os trabalhadores, e os trabalhadores foram se organizando.”

Conta que antes dos operários navais aderirem ao Partido Comunista, o sindicato estava “na mão de pelegos” que não tinham nenhum interesse em mobilizar a categoria. Mas que, à medida que os operários navais foram se organizando, esse sindicato passou a refletir para todo o movimento dos marítimos e que, dessa forma, o Partido Comunista também foi se aproximando dessas outras categorias. E que, dessa forma, iniciou-se o movimento que culminou numa greve geral dos trabalhadores marítimos.

“Foi uma greve espetacular. Foi a primeira grande derrota que os governos sofreram por uma categoria. Nunca tinha se visto isso. Isso aconteceu no Brasil e em toda a América Latina, não tinha nada. Isso teve... como que acendeu um farol. A luta dos marítimos foi como que um farol pra América Latina. Iluminou um caminho a seguir.”

“Começamos a fazer um trabalho de organizar os trabalhadores, de conscientizar os trabalhadores e de politizar os trabalhadores, que eram muito ignorantes nessas condições. Nós achávamos... nós achávamos, e com toda razão, que os operários tinham sim, deviam sim, se envolver profundamente nos problemas políticos do país.”

Seguindo narrando a história da atuação da categoria e das transformações no sindicato no período pré-golpe, Jayme Navas explica que, após 53, “aqueles pelegos foram expulsos dali pra fora”, e mudou-se a direção do sindicato. Conta que, nessas transformações, o sindicato dos operários navais, para que tivesse uma maneira ágil de mexer com todos os estaleiros, criou os Conselhos Sindicais, que eram conselhos que existiam em cada empresa e que eram compostos por trabalhadores de cada setor dessa empresa que eram eleitos pelos próprios trabalhadores. Explica também que esses conselhos se reuniam periodicamente num grande Conselho Geral, que reunia-se com a direção do sindicato para debater, direção essa que era eleita dentro desse mesmo Conselho Sindical.

“Então, era uma democracia profunda. Que vinha lá dos estaleirozinhos até o pingo do sindicato, a direção do sindicato. Essa que é a democracia. Não é esse quem dá mais que eles fazem ai não...”

“Dentro desse conselho, pelo menos... eu imagino, pelo que se pode apurar... tínhamos ali nesse conselho uns 70% de comunistas. Você sentia, em cada orador, em cada fala... um amor pelas nossas empresas, um amor pelas nossas riquezas, pelo nosso povo (...) Cada um que falava, falava coisas que... de interesse geral. De interesse da

nação, que vinha beneficiar a todos os trabalhadores, a todo o povo. Com esse trabalho, o sindicato ficou uma potência de forte. Ficou uma potência.”

Narra que teve a oportunidade de ser secretário-geral do sindicato, no ano de 1963, juntamente com Benedito dos Santos (à época presidente do sindicato). E que, foi justamente nesse período, que o governo, baseado na força desse e de outros sindicatos e da organização política dos trabalhadores (“porque os outros sindicatos também foram evoluindo, o Partido foi crescendo...”), a partir de uma Frente Parlamentar nacionalista criou um projeto chamado “Reformas de Base”.

“Que era o cerne, na ocasião, da exploração aqui no país. Isso aqui era um fundo de quintal dos capitalistas internacionais. Roubavam, mas roubavam muito. Exploravam ao máximo o que podiam do país. E essas reformas de base davam alguns passos, alguns passos, no enfrentamento e liquidação nessa política de rapina do capital internacional aqui dentro.”

“Esse capital internacional, muito esperto, o que que ele fez? Ele corrompeu o que pode dentro das forças armadas. Tudo o que ele pode corromper ele corrompeu. E combinaram um golpe de Estado. Depor aquele presidente (...) Não foi por causa de comunismo, entregar país ao comunismo, não é nada disso! Foi um passo, um passo, que se deu em função de começar a tirar o país daquele domínio e que levava o nosso povo a uma extrema miséria, igual fazem na África.”

Explica que essa sua narrativa, até esse momento, tratou dar organização e do aprendizado dos trabalhadores no sindicato e a partir do Partido Comunista, e também dos motivos do golpe em decorrência das Reformas de Base propostas pelo Presidente João Goulart, que, ressalta Jayme Navas, tinha um entrosamento muito forte com os sindicatos, que por sua vez apoiavam inteiramente e estavam completamente comprometidos com a aprovação das reformas de base, através de passeatas, comícios, conversa no interior das empresas... Narra o episódio, para ilustrar, em que João Goulart foi convidado para ir ao sindicato, no que foi recebido por uma grande passeata até o sindicato dos operários navais, onde assinou um documento em favor de uma reivindicação de paridade salarial. Nesse momento, um assessor veio até o Presidente Jango avisar que Kennedy acabava de ser assassinado, foi quando João Goulart se retirou da sede do sindicato num helicóptero.

O depoente passa, então, a abordar o período do golpe e a maneira como foi vivenciado pelos operários navais e pelo sindicato. Explica que receberam notícias de que havia movimentação de tropas pelo país e que estava em curso uma tentativa de golpe, tentativa que não havia sido prevista pelos trabalhadores organizados, não

havendo nenhuma preparação prévia nesse sentido.

“Nós fazíamos todo o trabalho de luta política e não levávamos em conta que deveria ser feito um trabalho no sentido de que os trabalhadores se armassem para uma eventual necessidade de enfrentamento. Isso nunca foi feito nem nada... Confiávamos muito, confiávamos muito nas lideranças né.”

Relata que essa liderança foi desarticulada pela renúncia de João Goulart, perdendo-se então o sentido de uma resistência ao golpe.

“Tomaram o país com um tapa (...) E, isso feito, começaram a prender as pessoas que até então lutavam. Lutas feitas dentro da lei. A lei existente... Os trabalhadores nunca fizeram nada fora da lei existente. Para eles tudo que os trabalhadores faziam, em especiais os operários navais e os marítimos, eles consideram aquilo uma ação criminosa contra o Estado.”

“Então eles resolveram punir, punir aqueles que eles achavam que cometiam crimes contra o Estado: a fazer greves por salário, a fazer luta política pela melhoria das empresas, a fazer luta por uma das coisas importantíssima e que nós não abríamos mão: que era a luta do 'O petróleo é nosso' (...) Nós fazíamos uma luta titânica contra aqueles que diziam que não existia petróleo no Brasil (...) Aquela força necessária para que a Petrobrás fosse evoluindo, desenvolvendo. Para os militares que assumiram o poder, aquela luta era um grande crime.”

Na visão do depoente, grande parte da possibilidade de condenação pública dessas ações realizadas por parte dos trabalhadores, em especial dos operários navais, se deu a partir da imprensa.

“A imprensa marrom... Principalmente a Globo, a Rádio Globo... E o que existia de imprensa, condenavam nossos movimentos. Condenavam né... E levavam a que certos setores da sociedade ficassem envenenados pelo que a imprensa fazia. Porque a imprensa faz a cabeça do povo. Ela tá dentro da sua casa dia e noite. E nós não tínhamos como descaracterizar aquilo, a não ser o nosso trabalho na rua né... Ai você via, por exemplo, que setores da igreja, envenenados, saíram em solidariedade ao golpe de Estado.”

O depoente segue explicando que os operários navais, na ocasião, foram considerados os principais “insufladores” da massa e do povo por coisas que eles (os golpistas) consideravam criminosas, principalmente “O petróleo é nosso” e as lutas decorrentes desse movimento. Explica que, por conta desse protagonismo, explica-se a repressão intensa e focada na categoria.

“Presos os operários navais, ai nós podemos detalhar o que aconteceu com cada

um de nós.”

“Por exemplo, no meu caso, eu era diretor secretário-geral do sindicato dos operários navais. A menina dos olhos dos golpistas. Invadiram o sindicato, um pelotão de fuzileiros navais, invadiram o sindicato e roubaram tudo. Torneira, lâmpada, tudo que puderam. Tudo que tem num prédio, dentro de uma secretaria, eles roubaram tudo. E nós, naturalmente, diante daquele quadro, nós recuamos. E nós fomos caçados.”

Jayme narra que estava no sindicato no dia que o golpe se concretizou (primeiro de abril) Conta que a invasão do sindicato se deu nessa madrugada, do dia 31 para o dia primeiro. Os diretores estavam avisados, receberam informação, que o sindicato seria invadido e que, por conta disso, se retiraram do prédio do sindicato.

“Ai saímos do sindicato, fomos para nossas casas aguardar os acontecimentos, que era o que podia se fazer, porque não tínhamos como resistir, e eles invadiram e tomaram lá o prédio e coisa.”

“Foram na minha casa para me prender e não me encontraram. Para não perder o tempo, levaram meu pai e meu irmão como reféns. Ai eu onde estava sabia disso. Conhecedor de que meu pai e meu irmão estavam presos na Marinha como reféns até que eu me apresentasse.”

Conta que seu pai e seu irmão foram levados para o CAM, sendo os dois sequestrados até que o depoente se apresentasse.

“A prisão das pessoas leva as famílias a um profundo desespero. Porque está em mãos de militares (...) Militares perversos. E as famílias ficavam preocupadas do que estariam fazendo com os que foram presos.”

“Eu vendo o desespero do que a minha família vivia com aqueles acontecimentos, dia 11 de junho de 1964, dia da batalha naval de Riachuelo, eu me dirigi ao Centro de Armamento da Marinha, fui até a sala de estado e me apresentei (...) Eles dali me colocaram dentro dum cubículo, dentro de um cubículo, para aguardar as ordens que viriam... que o oficial do dia, que me recebeu, ia comunicar ao comando que eu me apresentei.”

O depoente relata que, após permanecer preso nesse cubículo, foi chamado para um depoimento e que “as perguntas eram simplesmente absurdas”.

“Absurdas. Para eles qualquer papeluxo bobo era documento (...) Então me fizeram perguntas, e eu dizendo: '- Eu não sei... Eu não sei... Eu nunca vi.' '- Eu não sei usar arma.' (...) 'Mas você foi que fez coquetel molotov!' [afirmação dos interrogadores] Eu digo: '- Coquetel que eu conheço é aquele que demos pro Presidente João Goulart. Eu não cuido disso. Eu cuidava dos interesses da categoria, não trato disso.’”

Jayme Navas narra que também foi interrogado sobre a existência e a localização de armas, cuja existência negou. Recordar-se de nomes de pessoas que lhe interrogaram.

“Olha, eles uma vez me chamaram para depor, isso durante o mês de junho, lá encima na sala do interrogatório. Lá estava: o Vice-almirante Maurício Dantas Torres, comandante Gusmão, Capitão Zé- Maria e outros que não lembro o nome. Eram cinco ou seis oficiais.”

O depoente conta que as afirmações dos interrogadores sobre os crimes contra o Estado cometidos pelo sindicato e as perguntas a respeito de armas eram acompanhadas de golpes com a ponta da metralhadora em suas costas.

“Aquelas cutucadas eram terríveis. E a mão pra cima. O tempo todo a mão pra cima. Quando eu descuidava a mão arriava um pouco, eu levava na coluna, principalmente na região lombar, rapaz... aquilo doía na sola dos pés (...) Quase quatro horas ali naquela sala respondendo à pergunta deles.”

“E as ameaças: '- Se você não falar a verdade você vai ser fuzilado.' E [ameaças] de oficiais das nossas 'gloriosas forças armadas'.”

O depoente segue a narrativa relatando que, após esse interrogatório, foi levado para uma nova cela.

“Ai me tiraram dali e me botaram de baixo de uma escada que sobe. No cantinho da escada fica um lugar onde guardam: cordas, enxadas, pás... Essas coisas. Com uma pequena grade ali pra fechar. E me botaram ali. Não dava pra ficar em pé não, muito mal (...) Isso com um fuzileiro armado que ficavam assim à distância [apontando a arma para o depoente], tomando conta, que eles me consideravam um terrorista. Eu era um terrorista pra eles.”

Nesse ponto, um dos integrantes da equipe da CVN presentes (Francisco Julião) pergunta se em frente a essa prisão passava um fio d'água, pois já havia presenciado o depoimento de outro operário naval (José Gonçalves) que relatava uma cela semelhante. O depoente Jayme Navas respondeu afirmando que se tratava de uma outra cela. Que esse local onde ele estivera preso, embaixo da escada, o problema não se tratava de água, mas sim do calor.

“(...) O problema ali era o sol que batia no concreto. Ah, era um inferno! Era um forno! Era de enlouquecer aquele calor ali... E você não tinha como respirar, porque tinha uma grade e a grade tinha uma tela. Tinha uma tela bem fechadinha, que você ficava ali dentro e muito mal você via do lado de fora. E aquele calor ali dentro terrível, né... Não tinha um banheiro. Não tinha nada. Tinha um belichezinho de lona muito sem

vergonha, que machucava ao deitar nele e, quando a gente precisava de um banheiro, tinha que chamar... às vezes o sentinela saía de uma direção que nós pudéssemos chamar o cara... e você às vezes fazia necessidade ali. Tinha que fazer, né... Você queria beber uma água, não tinha. Você não tinha nada. Você era preso como um... nem os animais (...) Porque nem com um animal feroz se fazia isso, com ninguém se faz aquilo, com nenhum ser vivo.”

“Às vezes, em frente do buraco ali onde eu estava, em frente, de baixo da escada, parava um dojão duas horas da manhã, e o cara subia pra fazer o relatório lá encima. E deixava o motor ligado, com o cano de descarga jogando ali pra dentro aquele... aquela fumaça da descarga pra dentro de onde eu estava. Era um inferno! Um verdadeiro inferno!”

Após relatar as condições e as situações pelos quais passou nesse primeiro local onde ficou preso, o depoente narra o momento em que é retirado desse local.

“Depois me tiraram dali. Me tiraram dali, me deram um... veio um pelotão armado, me deram uma ferramenta de cavar: '- Vão bora! Você vai sair dai agora.' Ai eu sai. Fomos e subimos por lá por trás, pro topo do morro. Dois companheiros, um o Átila e outro o Álvaro Ventura, viram quando eu passei com essa ferramenta de cavar, um enxadão. Eu não tô sabendo do que se tratava, né...”

Nesse momento, Jayme conta que ordenaram que ele cavasse um buraco ali no topo de um dos morros que havia nos arredores do CAM e que esses dois companheiros criaram uma distração em seu socorro.

“-Cava um buraco ai! (...) E digo: '- Não. Cavar um buraco pra quê?' '- Cava um buraco ou morre!' [o depoente narra as palavras do integrante do pelotão demonstrando o gesto do fuzil apontado]. '- Ta bom.' Ai de lá ele olhava e via os oficiais lá na janela, lá embaixo. Lá embaixo no alojamento dos oficiais lá. Lá na sala de comando... E lá eles estavam acompanhando, né... E ai eu fui cavando um buraco. Ai apareceu o Álvaro Ventura e Átila. E ai atrapalhou a vida deles (...) Ai eles passaram dizendo que tavam com dor de barriga [Átila e Ventura]. Pediram lá a uma outra patrulha pra levar eles. Eles queriam fazer a necessidade deles no morro... Porque queriam saber o que é que tavam fazendo comigo, eu imaginei...”

O depoente narra que foi ordenado a voltar, mas que, dessa vez, não foi mandado de volta para a cela embaixo da escada. Foi levado para um outro lugar, uma espécie de masmorra no local onde ficava o alojamento dos soldados. Conta que, nesse momento, manteve em mente que, embora estivesse preso, era inocente e que sua consciência era livre.

“Ai voltamos. Mas só que eu não voltei mais pra escada não. Eu voltei pro alojamento dos soldados. Que era um casarão com um porão assim embaixo... Mas embaixo tinha umas pedras grandes, umas pedras grandes que nascia água ali... E na frente tinha umas gradezinhas, assim mesmo, umas gradezinhas, e um belichezinho de lona também bem sem-vergonha e eu ficava ali. Mas ali tudo era lama (...) Uma masmorra, isso era uma masmorra. Ai tinha umas pedras que eu olhava assim, parecia um túnel. Ali tinha morcego, lacráia, barata, rato, nem luz tinha. De noite era um problema sério, você via o morcego voar ali dentro, você via os ratos andando. Eu matei várias lacráia passeando ali.”

“Mas de uma coisa eles não sabiam. Eles não sabiam. 'Prendam meu corpo, mas não prendam a minha consciência'. Eu, apesar de todo esse sofrimento, do pesco pra cima eu tava livre. Entendeu? Eu sofria, sofria as dores. Mas o meu pensamento me libertava por que eu sabia que não tinha cometido nenhum crime. E que tudo que eu fiz na minha vida naquele período foi em função de uma causa justa que iria beneficiar o nosso povo, entendeu?”

Narra também as condições extremas e desumanas dessa “masmorra” para onde foi mandado, não lhe sendo permitido banho, nem de água e nem de sol, e que a comida era insuficiente. Relata a situação de futuro incerto e a postura de “verdadeiros carrascos” por parte de seus captores.

“Ali não tinha banheiro, ali não tinha... ali não tinha nada. De noite era um breu, você não enxergava um palmo do nariz porque era incrustrado aquilo ali. Era um negócio feio. E eu, quando chovia... porque era época fria né, junho, julho, nesse período (...) Eu não tomava banho, nem de água, nem de sol, nem de nada. Quando chegava uma comida, às vezes chegava o almoço quatro e meia da tarde. E a janta chegava às cinco. Quer dizer, não ia comer... E as vezes uma comida que... não dava. Ai eu guardava aquela comida: '- Vou guardar esse bucadinho de comida aqui, porque amanhã pode não vir e eu vou comer esse restinho amanhã. Porque eles querem que eu morra, mas os meus ideais querem que eu viva. E eu vou comer a comida... vou guardar a comida porque eu não sei o que vai ser amanhã.' “

“Porque ali nós vivíamos no futuro incerto. Nós ali não éramos uns presos comuns não. Nós estávamos ali como vítimas de verdadeiros carrascos, entendeu? E que aplicavam torturas medievais. Deixar uma pessoa 68 dias sem tomar um banho... nem de sol, nem de água. Preso nesse buraco... Fazer necessidade onde habitava, entendeu? Isso ai é... é um crime muito mais que hediondo. Isso é... é... não tem nem qualificação. E isso estava sendo cometido pelas nossas 'gloriosas forças armadas'. Eu olhava às

vezes de onde eu estava, chegava um Almirante, todo... você não dizia o monstro que tava dentro daquela farda. E que uma vez ao passar por baixo da escada ainda perguntava: '- Esses caras ainda tão vivos?' Ministro 'Silvio Eiki' [o som do nome pronunciado, na gravação do depoimento, está parcialmente indiscernível] que falou isso.”

O depoente conta que, por vezes, era tirado dessa prisão e levado para a sala de interrogatório, local no qual era ameaçado de violência física como parte de uma tortura psicológica.

“Então, nós levamos ali aquele tempo e às vezes eles vinham me tirar dali para ir lá para a sala de interrogatório. E ali eles usavam um cacete ameaçador. Não precisava e bater. Porque aquela tortura ali era muito pior que pancada. Você tá num lugar onde você não escuta, não fala, não vê... você tá... você tá... fora do mundo. Você tá no espaço. Mas num espaço fechado, um espaço escuro, um espaço, um espaço fétido, um espaço podre. Eu adivinhava: '- Esse cara quer que eu morra. Eles querem que eu morra. Mas eu não vou morrer! Eu vou sobreviver!’”

Jayme Navas relata também que, certa vez, após passado meses nessa prisão por sua insistente sobrevivência, foi tirado dali por uma escolta de quatro soldados bem armados que o levaram para um local, uma espécie de buraco tapado por uma grade, um local onde os prisioneiros eram levados para fazer necessidades (durante os meses que ali estavam), e que esses soldados o jogaram nesse local. Relata que ali ficou, de pé e coberto por fezes até depois da altura do umbigo. Conta que, muito debilitado, foi levado dali não sabe dizer muito bem por quem. Lembra de, vagamente, estar na cama de uma enfermaria e que, quando se deu conta e acordou de fato, estava novamente preso na cela embaixo da escada.

“Chegou um dia... Eu levei meses ali dentro. Mas não chegava a notícia da minha morte. Que eles queriam que eu pegasse uma doença infectocontagiosa violenta e né... Tivesse uma febre altíssima e morresse ali mesmo. Depois diziam que eu me suicidei... Ai [um certo dia] veio uma patrulha pesada, de quatro homens muito bem armados, quatro soldados. Mas um, um deles, tava nervoso... E eu me preocupei. Quando eu vi ele nervoso eu me preocupei... Eu digo: '- Esses caras trazem ordens que tá deixando um deles muito nervoso.' (...) '- Vem! Vambora!' [diz o soldado da patrulha]. Lá pra cima, lá pra cima... Ai tinha um buraco de um metro de circunferência, com mais ou menos um metro e vinte de profundidade, onde esses presos que ele falou [“ele”, no caso, o outro depoente, Ivan Duarte], não era vinte e cinco/trinta não, tinha uns cento e poucos presos ali que vinham de outros lugares.... e eles faziam necessidade

naquele buraco. Aquele buraco tinha uma tampa de madeira afunilada com um buraco no centro. Eles iam ali e faziam necessidade dentro daquele buraco (...) E eles levaram fazendo aquilo ali uns dois meses, fazendo necessidade naquilo ali, todo mundo... E, de repente, me levaram pra lá. E, de repente, me empurraram pra dentro do buraco. E quando iam pegar a tampa pra botar encima, uns presos gritaram lá de cima gritaram: '- Ei, não faz! Ei para com isso!', coisa e tal, e evitaram que eles fizessem, porque eles deram um grito lá, eles entenderam que eles queriam botar a tampa encima e me deixar ali dentro do buraco. E eu me senti, mais ou menos, até aqui assim [o depoente faz gesto indicando a parte da barriga acima da cintura, pouco após o umbigo] afogado de fezes. Fiquei ali dentro. Depois eu... naturalmente, pelo excesso de tempo naquela... naquele cotidiano terrível, eu enfraqueci, eu senti que enfraquecia, né. Fiquei bastante debilitado. E alguém, alguém me puxou... eu não sei... Eu escutei uns gritos: '- Ei! Isso é covardia!' Escutei uns gritos, né: '- Não faz isso não!' e tal... quando eu vi eu taba dentro do serviço médico, também não vi direito... quando eu me dei por ela, eu já estava debaixo da escada outra vez. Na mesma escada onde estava antes, quando cheguei. Voltei para ali. Ai eu olhei... Eu estava totalmente fétido. Todo sujo de fezes, fezes já putrificadas pelo tempo, né..."

O depoente segue contanto que nessa cela ficou durante o inverno, e que esse período foi extremamente duro para resistir e sobreviver por conta das condições da prisão com relação ao frio e por conta de sua condição debilitada.

"E fiquei ali... fiquei ali... fui ficando, né. Fui ficando ali, aquilo foi secando, foi caindo aos pedaços, sei lá... Fui ficando. Um dia lá, eu até sou muito grato à natureza do cachorro né, me chamaram... me chamaram pra cortar o cabelo: '- Oh, você vai cortar o cabelo que você tá muito cabeludo.' Mas não era para cortar o cabelo. Eles me botaram careca. Porque careca eu ia sofrer a ação do frio de julho, que foi rigoroso. Pode perguntar à algum meteorologista, o frio de julho de 64 foi rigoroso. Ali, o CAM, fica de boca pra Barra. A Barra soprava aquela chuva rala, gelada pela madrugada, e jogava lá dentro onde eu estava, entendeu? E careca, ainda por cima! Até então o cabelo me protegia, né. Mas... eu carequinha, sem um cabelo... Eu aproveitava, me encostava na grade pra me lavar ali, que a chuva vinha, né... E me lavava ali, sei lá, ia dando meu jeito ali, de me limpar ali, que as roupas tavam tudo podres, fétidas né."

Nesse momento do depoimento, Jayme Naves relata que foi abordado pela filha do comandante do CAM, que havia ido visitar seu pai e acabou por ir falar com ele em sua cela, quando nesse contato, ofereceu-se para levar um recado de Jayme Naves para o jornal "O Correio da Manhã".

“Ai... Ai eu digo: '- É, tá difícil. Isso aqui tá muito ruim. Tá difícil de suportar.' Mas... Ai, quem chegou na porta dessa escada? A filha do comandante Aragão. Que veio visitar o pai dela, que tava preso ali na sala de Estado... ai parece que ela viu alguma coisa se mexer ali e foi ver. Ela chegou lá e ela não guentava nem chegar perto, ela não guentava chegar. Mas ela viu que se tratava de um prisioneiro, ela perguntou: '- Quem é você?' Eu digo: '- Eu sou Jayme Navas.' '- Ah, lá do sindicato? Você é do sindicato, né?' Eu digo: '- Era.' Ela diz: '- Você quer... quer dizer alguma coisa?' Eu digo: '- Quero sim. Arranja um pedaço de lápis e papel ai.' Ai eu escrevi, num pedacinho de lápis e papel, para botar no Correio da Manhã, ver se o Correio da Manhã publicava: 'Estou sendo violentamente torturado e peço aos órgãos de proteção que me tirem daqui.' 'Jayme Navas', botei embaixo. Dobrei direitinho, ela me deu uma canetinha lá e tal, ai e dobrei direitinho... Ai quando ela acabou de visitar o pai ela passou por lá: '- Escreveu?' Eu disse: '- Escrevi.' E dei a ela.”

O depoente conta que esse breve contato com a filha do comandante do CAM foi descoberto e que, apesar de negar as perguntas que lhe eram feitas no intuito de preservar a filha do comandante e também tentar não se prejudicar, mas que foi mandado de volta para a “masmorra” debaixo do alojamento dos soldados. Conta que, nesse local, foi abordado por um oficial de alta patente do Exército.

“Dias depois, ela veio me dizer: '- Olha, eu fui lá no jornal. Botei lá e pedi lá para publicar.' Ai eles descobriram: 'Ah, você tava conversando com a filha do comandante, né?!' Eu digo: '- Não, não sei quem ela é...' Aquela coisa né, não vou agora implicar a moça né, de que tava... '- Não, não sei disso, ela naturalmente passou aqui, olhou... Não, não conversei nada com ninguém não, não sei de nada.' Eles disseram: '- Tá. Então você vai voltar para onde você estava.' '- Tudo bem.' Ai fui para esse mesmo lugar, embaixo lá do alojamento, entendeu? Ai, de repente, chegou um militar do exército, de alta patente... Ele chegou na porta, olhou... Ele queria entrar, mas não podia. Eu não sentia nada, porque já estava aclimatado, mas ele não podia entrar. Ele disse: '- Como é que você está se sentindo?' Ai eu olhei para a cara dele: '- Bem. Bem' Ele até deu um ar de riso, né. Eu digo: '- Bem.' Ai... Dai uns dias... é... já estava fazendo 68 dias no CAM. 68 dias...”

A partir dessa parte do depoimento, Jayme Navas conta que, por fim, veio a ordem para que fosse levado embora do CAM. Foi ordenado que fosse levado para o depósito, feito de presídio pela Polícia Militar, localizado em Neves, na cidade de São Gonçalo.

“Ai veio uma ordem... Veio uma ordem de me levarem para o depósito aqui em

Neves (...) Era um galpão ocupado pela Polícia Militar. Esse galpão era para manter os presos ali.”

O depoente, nesse momento, conta também a respeito do período que passou no CAM visto como um todo e do sofrimento que lhe foi imputado pelos militares, militares de alta patente, através do encarceramento e da tortura.

“Esse período foi negro. Eles só soltaram meu pai e meu irmão dez dias depois que eu estava preso. Não soltaram logo que eu cheguei não. Mantiveram eles presos. Depois é que eu soube que eles tinham sido soltos (...) Ai tinha um fuzileiro naval que queria uma irmã que eu tinha... Minha irmã às vezes ia lá no portão para saber de mim e ele naquela gracinha... E chegava um recadinho, ele chegava lá e: '- Você quer dizer algo?' '- Ah, quero sim... Diz que eu tô bem, que tá tudo certinho. Já se fala em liberdade. Qualquer hora dessas eu tô em casa e tal...' Para levar uma mensagem tranquila. Mas nada, a coisa tava ameaçadora mesmo. Tava ameaçadora.”

“Eu, para ser sincero, eu nunca pensei na minha vida que tivéssemos dentro das Forças Armadas brasileiras pessoas tão perversas, tão perversas como são. Fardados e torturando as pessoas. E não eram cabos, soldados e nem sargentos não. Eram oficiais de alta patente. Esses que torturavam eram oficiais de alta patente, entendeu? (...) Eu, de uma vez, eu estava debaixo da escada quando surgiu aquela música de um cantor ai latino... que em português dizia assim: '- Vai todo mundo pra América/ Vai todo mundo pra América...' Ai eu fiquei cantando aquela música. Fiquei cantando, eu cisme e vi: '- Eu vou cantar essa música.' Que pelo menos no meu pensamento é uma música né... Ah, mas eu não dei sorte. O capitão carcereiro vinha passando na hora e me pegou cantando que 'vai todo mundo pra América'... Ih, rapaz... Ele mandou me pegar, ele me levou lá pra cima do morro. E os caras ameaçaram e 'Tac-Tac-Tac', era a metralhadora, sei lá, sem bala. Mas você tinha a impressão que ia ser metralhado, entendeu? Eles simulavam: 'É agora, é agora hein.' 'Tac!' Você... porra... aquilo era terrível... Eu paguei caro porque cantei aquele pedacinho de música que ele ouviu, né.”

“Mas, dai, viemos pra Neves... Presídio aqui [em São Gonçalo]... E aqui eu cheguei bastante... fisicamente, fisicamente, debilitado. Muito debilitado. A minha cabeça formigava muito. Tal como a perna fica dormente, o pé fica dormente, a minha cabeça, batia assim, tava tudo dormente mesmo, aquele formigamento... Ai chamaram lá um tal de um médico, tal

Ivan Duarte inicia seu depoimento esclarecendo ser natural de Niterói e que, até 1953, era trabalhador marítimo, eletricista de marinha mercante.

Ao esclarecer sua trajetória como operário naval, diz que se recorda de participar

de movimentos políticos e greves desde mesmo ano de 1953, nas greves de reivindicações não-salariais, mais propriamente políticas, como a luta contra a entrada e o domínio do capital internacional sobre o setor naval brasileiro. Lembra que nessa época foi criada a CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e também o PUA (Pacto de Unidade e Ação) entre trabalhadores marítimos, portuários e ferroviários.

“Os operários navais, uma categoria especializada e regulamentada, porque os operários navais eram enquadrados enquanto segundo grupo marítimo. E tinha que acatar um regulamento disciplinar espedido pelo Ministério da Marinha, entendeu? (...) É por isso que a represália contra os operários navais foi feita pela Marinha. Porque além de ser enquadrado como marítimo, também era da área que a Marinha era guardiã: orla, ilhas, costas...”

“Depois da greve de 53, tivemos diversos companheiros que foram punidos diretamente pelo Ministério Marinha no Artigo 343 Letra D que dizia: 'Indisciplina.'”

Conta que, depois dessa greve, após ter sido impedido de trabalhar durante alguns anos, conseguiu emprego no Estaleiro Mario Braga. Depois mudou para a Companhia Técnica de Reparações Navais, no cais do porto, e depois na Ilha da Conceição. Seguiu como militante sindicalista. Aborda também o poder e a presença do Sindicato dos Operários Navais na época: diz que, além de ser a ponta de lança do movimento sindical de modo geral em termos de organização e combatividade (e também de ajudar e encampar lutas das demais categorias), gozava de muito prestígio na política e entre os governantes por sua intervenção organizada e propositiva nos rumos na política de modo geral, indo muito além das reivindicações meramente salariais e da categoria. Gozava de prestígio também, conta, por ter uma função de bem-estar social entre os trabalhadores e as comunidades: no sindicato funcionavam salas de aula, ensino profissionalizante, atividades de lazer, etc.

Ivan, relatando a respeito dos acontecimentos na orla (enseada de São Lourenço) e no Sindicato dos Operários Navais durante o dia do golpe de 1964, conta que haviam ali, naquela região do sindicato e da enseada, milhares de operários navais que aguardavam notícias e instruções a respeito do golpe e da possibilidade de resistir. Relata que havia sido organizado, pelos operários navais, o Grupo Anti-Golpe, grupo que aguardava a orientação e armas que nunca chegaram.

“O que que aconteceu nesse meio tempo? João Goulart renunciou à resistência. Se acovardou! Isso ai nós dissemos, se acovardou e renunciou à resistência. Ai, ia lutar por que? Não tinha mais porque lutar.”

“Mesmo assim, nós criamos um grupo, entendeu? Um comando de resistência na

Ilha da Conceição. Aonde estava o Átila, eu e outros companheiros, alguns já até faleceram. E o comandante da Polícia Militar aqui, o Coronel Araquem, formamos uma comissão e fomos ao Governador Badger. Falar pra ele que era pra ele instalar o governo do Estado no interior que nós íamos resistir aqui!... Ele não quis também. Renunciou também.”

“Ai nós ficamos ali, e fomos presos lá na Ilha da Conceição pela tropa da Marinha. Fomos lá pro CAM.”

O depoente narra que essa sua prisão ocorreu em meados de abril. Relata que ficou preso 50 dias no CAM (Centro de Armamento da Marinha), que lá encontrou diversos companheiros operários navais e que muitos deles estavam sofrendo tortura.

“Fiquei 50 dias no CAM. Quem eu encontrei lá? (...) Encontrei o Jayme, encontrei o Benedito, o Emílio Bonfant, o Degenildo, que tavam presos lá também. Sofrendo torturas! O Átila inclusive ficou embaixo de uma escada... Jayme também ficou né, embaixo daquela escada... Mais de trinta dias sem tomar banho, sem comer direito, sem beber água (...) O mar invadia ali, sabe, invadia e molhava tudo. Ficaram mais de um mês ali! Eles ficaram mais de mês ali embaixo daquela escada!”

“E os outros lá nesse galpão que era negócio de sargento não sei o que (...) Sofrendo simulação de fuzilamento, sofrendo tudo isso. Tanto que tinha lá um safado que era tenente, segundo tenente, Zé Maria, não sei o nome dele todo. Zé Maria do CAM, lá no CAM, que era dentista. Deixou de ser dentista pra ser carcereiro de preso político e torturador.”

Ivan Duarte relatava também que, durante esse período no CAM, foi chamado para a Sala de Inquirição onde foi interrogado a respeito da existência de armas que estariam em posse dos operários navais:

“Me levaram lá pra cima, Sala de Inquirição, né, encima do corpo da guarda. Fui pra lá e tal. Perguntaram pelas armas. Eu digo: '- Olha aqui comandante (tava um tal de Comandante Demóstenes também, um Capitão de Fragata...), primeiro, o seguinte: se os operários navais tivessem armas vocês não dariam o golpe. Porque eram 100 mil marítimos para ir contra vocês (...) Então vocês não iam dar o golpe se nós estivéssemos com as armas que vocês dizem que a gente tinha.”

“Mas mesmo assim eles foram pra lá, depredaram tudo, quebraram até parede, pra descobrir esconderijo de arma. Depredaram, acabaram com o sindicato todo. Entendeu? E liquidaram com a categoria. Liquidaram com a categoria porque pra eles era um estorvo ter essa organização toda contra eles não ia ser mole. Se os operários navais continuassem organizados não ia ser fácil pra essa ditadura. Então eles

liquidaram, de que forma? Liquidaram com as bases. Foram lá em Mocambê, acabaram com as oficinas e montaram uma base naval. Foram lá nas docas do Loyde, acabaram com as oficinas e montaram uma base naval. Na Ilha do Viana, entregaram pra um consórcio particular de reparo naval. Liquidaram com tudo.”

O depoente relata que percorreu alguns presídios políticos: Batalhão Naval, Frei Caneca, Ilha das Flores, depois retornando à Frei Caneca e, por fim, indo para o Galpão de Neves. No Galpão de Neves ficou por 4 meses, até ser posto em liberdade viajada (com a obrigação de ir assinar o ponto de semana em semana).

“Depois de 5 anos, em 1970 fomos julgados pela Justiça Militar, primeira auditoria de Marinha, e no nosso julgamento foi considerada extinta a punibilidade, mas sem ter o direito de operar na base naval. Nós não podia trabalhar na base naval.”

José Carlos Teodoro de Almeida, 80 anos, começa explicando sua relação com o Sindicato dos Operários Navais, dizendo que não foi um participante ativo da vida política do sindicato, que era mais um simpatizante: “Então, como eu na época estudava... Eu trabalhava de dia, e de noite eu ia para o Liceu estudar.”

“Eu fui uma pessoa simpatizante do movimento sindical... Eu via ali no movimento sindical muitas conquistas... Eu me lembro muito bem que nos ônibus antigamente trabalhava criança, crianças, garotos, sendo cobrador, sendo explorado. E eu via que o sindicato é que tava dando exemplo para que se lutasse.”

Conta que, por indicações de colegas da gráfica da costeira onde trabalhava (que era, nessa oficina, uns 20 e poucos operários, segundo conta o depoente), foi indicado como representante da gráfica para o Conselho Sindical.

“Quando estourou a Revolução, o que que acontece... uns... vamos dizer assim, uns testa de ferro, vamos dizer assim, do movimento do contra, me jogaram, me indicaram, como que eu era 'Autor intelectual da agitação na costeira', na ilha (...) Dois safados lá, que eram dois irmãos, que me indicaram. Era um diretor e outro subdiretor da empresa (...) Pedro Moran era o diretor e Francisco Moran era o subdiretor, esse Francisco Moran foi que me indicou, que botou meu nome na lista lá (...) Por que? Porque os chamados IPMs, eles ganhavam por número de presos. Eles ganhavam por número de presos. Então eu fui preso.”

“Eu era recém-casado. Tinha uma filhinha de 4 meses.”

Conta que, nesse momento, em que é apontado dentro da empresa como agitador e é preso, relata que é levado para a Diretoria de Armamentos na Ponta da Areia (no CAM). Ficou lá preso, juntamente com os demais companheiros na lista. Relatava que quando ocorreu o Golpe estava de férias, por conta da criança recém-nascida, e,

portanto, em casa. Por volta de dez dias depois, voltou a trabalhar normalmente e que, após em torno de 20 dias, foi demitido e preso.

“Eles faziam, o sistema deles era o seguinte: prendiam a gente... Não, eles enganavam a gente. Quer dizer: a empresa botou a gente pra fora, como que 'Pra rua!'. Mas ai depois eles mandavam chamar a gente: como que pra ir no Rio, lá em algum departamento, pra que resolvesse a nossa situação. Ai eles mandavam a gente lá pra Diretoria de Armamentos na Ponta da Areia, como que fosse pra dar solução, e chegava lá e deixavam a gente preso.”

“Durante trinta dias [do momento da prisão], se eles conseguissem elementos pra formar um processo contra você, eles formavam. Ai te libertava. Te libertava, mas sob vigilância né (...) Mas, na lei deles lá, você não podia passar de 50 dias preso. Então, 30 dias não conseguia sair, mas ai chegou 50 e eles não tiveram jeito e me soltaram. Mas antes disso, pra completar os 50 dias, eles nos mandaram e formaram um presídio político aqui em Neves, onde é a delegacia de Neves, aquele galpão ali.”

Continua o seu depoimento relatando que não sofreu torturas e agressões físicas para além da prisão. Diz que interpreta a sua prisão, assim como a de muitos semelhantes a ele, como um recolhimento para impedir a categoria e os trabalhadores organizados de atuarem.

“Eu não tive, assim, sofrimentos, espancamentos, não tive nada. Porque era mesmo uma espécie de recolhimento, que eu interpreto que eles tinham... como se diz... medo da categoria. Vamos dizer assim, que se nós ficássemos soltos aqui foram nós poderíamos destruí-los ou algo assim.”

Relata que, após a prisão, toda semana era obrigado a ir até a Diretoria de Armamentos assinar ponto.

“Eu não tenho, assim, muita atividade não, porque eu tive pouco tempo. Eu fui uma pessoa que veio do interior, passou muita dificuldade... Chegando aqui, arranjei um emprego.... Que lá em Campos a gente vivia numa miséria danada. E vi o Sindicato, como se diz, o Sindicato melhorando a vida da gente. Então, eu era um homem agradecido ao sindicato. Politicamente eu não entendia nada, nada, nada, nada (...) E é isso. Eu era um agradecido ao sindicato.”

Por fim, o pesquisador Gabriel Cerqueira faz uma pergunta ao depoente no que diz respeito a saber se ele tinha noção de mais ou menos quantos presos haviam no CAM e no presídio de Neves no momento em que ele estava preso, e quando tempo ele haveria ficado preso em Neves.

“Lá na Diretoria de Armamentos, onde eu estava, havia mais ou menos umas 25

ou 30 pessoas que ficavam dentro do que eles chamavam de Salão dos Sargentos. Então, era... juntava, lá dentro mesmo da Diretoria de Armamentos... Então, era um salão grande, onde tinha mais ou menos uns 30 presos, sendo que alguns presos como o Jayme, era 'preso perigoso', eles viviam na maior sujeira, na maior...”

“Fiquei preso em Neves em média uns 20 dias (...) Em Neves, Neves não tinha nada não, rapaz. Era só a gente fica lá com os colegas tudo lá, né... Era só pra ficar lá depositado.”

Capítulo IV: Ilha das Flores

Em São Gonçalo, às margens da Rodovia Niterói-Manilha, encontra-se situada a atual Complexo Naval da Ilha das Flores, ligado à Marinha do Brasil. Antigo local de prisioneiros de guerra na I e II Guerra Mundiais, funcionou no mesmo edifício do antigo presídio, entre 1907 e 1966, a Hospedaria dos Imigrantes. Durante o período da Ditadura Militar, esta base, entre 1969 e 1971, comportou cerca de 200 pessoas presas²². Foi, à época, uma das instalações militares utilizadas pelas Forças Armadas para a realização de torturas físicas e psíquicas.

Foi o centro de tortura que mais concentrou esforços nos militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), criado em Niterói por volta de 1967. Segundo Luiz Carlos Souza, cerca de 40 militantes do MR-8 estiveram presos e lá foram torturados, dentre eles: Iná Meireles, Ziléia Reznik, Rosane Reznik, Umberto Trigueiros Lima, Martha Alvarez, Luiz Carlos Souza, Aloízio Palmar, Tiago Galisa, Rogério Garcia da Silveira, entre outros²³. Sabemos também, até o presente momento, que militantes da Ação Popular também estiveram presos no local, muito embora ainda não tenhamos nomes.

Ao assumir o poder, os militares desenvolveram como base estrutural as chamadas Comunidades de Informações, onde cada uma das Forças Armadas tinha um contingente informacional (CIE, CISA e CENIMAR). No caso aqui específico, destaco CENIMAR que desempenhou importante papel como órgão de repressão. A Marinha contava com algumas instalações prisionais, dentre as quais, o Presídio da Ilha das Flores, pano de fundo do objeto desse trabalho. Apesar do nome um tanto poético, o Presídio da Ilha das Flores possui peculiaridades que em nada lembram poesia. Anteriormente à instituição carcerária, no local funcionara a Hospedaria de Imigrantes, construída em meados do século XIX. Tratava-se do espaço onde os recém-chegados imigrantes permaneciam em quarentena, aguardando informações sobre o rumo a tomarem para trabalhar. Estando localizada no atual município de São Gonçalo, nas imediações do bairro de Neves, próximo à Rodovia Niterói-Manilha, a Hospedaria ficava sob a tutela do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Provisoriamente, durante a I Guerra Mundial, em 1917, a Ilha passou ao Ministério da Marinha, sendo devolvida com ressentimentos ao ministério de origem em 1919. Antes mesmo de 1964 a Hospedaria já possuía parte de seu espaço adaptado ao Presídio, passando a receber um número considerável de detidos.

Então Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores, o local centralizou a condução da investigação de três Inquéritos Policiais Militares, os famosos IPM's. Direcionados a três movimentos específicos, os dois MR-8 e à Ação Popular²⁴, esses IPM's são o registro documental das prisões realizadas na Ilha e de sua posição de destaque na estrutura repressiva coordenada pela Marinha, enquanto local de tortura. Esses três IPM's resultaram em três Ações Penais específicas, aqui brevemente resumidas.

Célebres por seus procedimentos arbitrários, pelo radicalismo de seus condutores e por abrigarem a tortura enquanto técnica investigatória, os Inquéritos Policiais Militares foram amplamente utilizados após o golpe de 1964 como mecanismos de perseguição política. Ainda que não tenham sido uma invenção propriamente dos golpistas de 1964, uma vez que era um procedimento investigativo relativamente comum da Justiça Militar, foi a partir de 1964 que começaram a serem utilizados de maneira generalizada. Só em 1964 estima-se que 760 IPM's foram instaurados pelo Brasil.²⁵

Os primeiros presos da Ilha das Flores estiveram arrolados na Ação Penal 70/69. Ao todo foram denunciadas 33 pessoas, todas elas, estiveram, em algum momento, nas celas da Ilha. O processo de inquérito, aberto oficialmente em 14 de maio de 1969, recaí sobre os integrantes do primeiro MR-8 (antes Dissidência Comunista do Rio de Janeiro, DI-RJ)²⁶, além de Jorge Medeiros Valle, conhecido à época como o “bom burguês”. Acusado de financiar, através de desvios do Banco do Brasil, movimentos de guerrilha armada, Valle foi considerado integrante do movimento em questão e, além de barbaramente torturado, foi processado e condenado como tal. Como mostra a imagem à seguir, o encarregado direto do Inquérito foi o Comandante *Clemente José Monteiro Filho*. Apesar do protagonismo do CENIMAR na condução do inquérito, sua condução coloca a Ilha das Flores no centro de uma vasta cadeia de investigação, envolvendo também a Polícia Federal do Paraná (PF-PR) e o Departamento de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR). Destacamos estes espaços, pois foram centrais na repressão à tentativa de implementação de focos de guerrilha naquele Estado, por parte do MR-8. Dessa forma, foram no DOPS-PR e na sede da PF-PR que os integrantes da frente de guerrilha no Paraná sofreram suas primeiras sessões de torturas. Torturas estas que continuariam após a transferência destes para a Ilha das Flores²⁷.

À Dissidência da Guanabara (DI-GB)²⁸ se abateu a Ação Penal 119/70. Sabemos que, para confundir os órgãos de repressão, a DI-GB, por volta de 1969, assumiu também o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Nesse momento, todos os

membros do MR-8 formado à partir da DI-RJ já estavam presos e sofrendo seus processos penais, de modo que um novo grupo assumindo ações sob o mesmo nome confundiria a estrutura de informação e repressão das forças da Ditadura. Não obstante, após sua ação mais famosa, o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, o “novo” MR-8 entra na mira da repressão e, durante sua queda, alguns de seus integrantes passaram pela Ponta dos Oitis. 26 foram inseridos nesse IPM aberto em setembro de 1969, coordenado pelo Capitão de Corveta *Almir Sarraceni* desde a Base Naval da Ilha das Flores desses, pelo menos 22 estiveram na Ilha, dos 4 indiciados restantes, destacamos José Roberto Spiegner, morto na sua tentativa de prisão²⁹. Os envolvidos nesse IPM foram, provavelmente, os últimos presos da Ilha das Flores.

Finalizada em 1974, ano do julgamento do último recurso, a Ação Penal 43/69 voltou-se diretamente para militantes da Ação Popular (AP)³⁰ e é também o último Inquérito Policial Militar centrado à partir da Ilha. Iniciado em 4 de outubro de 1969, o IPM referente à essa Ação Penal denunciou 66 pessoas, dentre elas nomes que chamam a atenção como Herbert de Souza (às vésperas do exílio) e Honestino Guimarães (que veio a desaparecer em 1973). Destes, ao menos 19 estiveram na Ilha das Flores. O Comandante *Clemente José Monteiro Filho* também foi o encarregado desse inquérito. Ao contrário dos inquéritos anteriores, o objetivo deste não era desarticular um movimento de luta armada, mas atingir diretamente o movimento estudantil. Sabe-se que a AP era muito presente nas entidades estudantis e protagonista na agitação política. Bastou para que fossem alvos diretos das forças da repressão, como pode-se observar na transcrição do testemunho de um dos presos, André Smolentzov (Ver anexo IV)

Sendo assim, os Inquéritos Policiais Militares, são fontes importantes dos dados utilizadas para a pesquisa.

13

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

1969

Rio de Janeiro, GB. 14 de maio

QUARTEL DO DESTACAMENTO ESPECIAL DE
FFNN DA FÔRÇA DE FUZILEIROS DA
ESQUADRA.

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

ENCARREGADO - CMG(FN) CLEMENTE JOSÉ MONTEIRO FILHO

ESCRIVÃO - 1º SG-ES - JOSÉ ANTUNES DA SILVA

INDICIADOS - GERARDO GALIZA RODRIGUES
LUIZ CARLOS DE SOUZA SANTOS
TIAGO ANDRADE DE ALMEIDA
ZILÉA REZNIK, E.
OUTROS.....

Figura 2: IPM 119/70

1
Sag.

AUTUAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, no Destacamento Especial de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores, autuo a Portaria número 025 de 29-9-1969, do Exm^o. Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada, determinando a instauração do presente inquérito; a cópia do ofício S/N de 29-9-1969, do Encarregado / deste Inquérito ao Exm^o. Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada; a // Portaria número 026 de 29-9-1969, do Exm^o. Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada; o ofício número 3005-A de 29-9-1969, do Exm^o. Sr. Comandante do Primeiro Distrito Naval, tendo os seguintes anexos: A) Cópia do Mandado de Busca e Apreensão, datado de 8-9-1969; B) / Auto de Busca e Apreensão realizado em 8-9-1969; C) Cópia do Mandado de Busca e Apreensão, datado de 8-9-1969; D) Auto de Busca e // Apreensão realizado em 8-9-1969; E) Cópia do Mandado de Busca e // Apreensão, datado de 9-9-1969; F) Auto de Busca e Apreensão realizado em 9-9-1969; G) Cópia do Mandado de Busca e Apreensão, datado de 10-9-1969; H) Auto de Busca e Apreensão realizado em 10-9-1969; I) Cópia do Mandado de Busca e Apreensão, datado de 10-9-1969; J) Auto de Busca e Apreensão realizado em 10-9-1969, que me foram entregues pelo Sr. Capitão-de-Corveta ALMIR SARACENI, encarregado do mesmo, do que, para constar, levo este termo. Eu, Suboficial Escrivente *Alvares de Brito da Silva* servindo de escrivão, o subscrevi.

-4-

Figura 3: IPM 119/70

MINISTERIO DA MARINHA

PORTARIA Nº 025 DE 29 DE SETEMBRO DE 1969

RESERVADO

Usando da atribuição que me confere o Artigo 114, § 1º, do Código de Justiça Militar vigente, determino ao Capitão-de-Corveta ALMIR SARACENI a instauração de necessário Inquérito Policial Militar para, no prazo legal, apurar atividades consideradas de caráter subversivo; praticadas por elementos oriundos de dissidências de Organizações comunistas clandestinas, que organizarem um "MOVIMENTO" ainda sem nome do conhecimento público, constituindo uma "FRENTE REVOLUCIONÁRIA" que adota a guerrilha como forma principal de luta com a finalidade de derrubada do regime atual institucional vigente através a luta armada, recebendo para tanto apoio de setores da imprensa; chegadas ao meu conhecimento.

Adalberto de Barros Nunes
 ADALBERTO DE BARROS NUNES
 Almirante-de-Esquadra
 CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

COPIAS:
 MM 1
 CIGIPM 1
 CEMMAR 1
 EPM 1
 1º IN 1
 M-03 1
 M-03.4 1

RESERVADO

Figura 4: IPM 119/70

9.
9. *[Handwritten]*

3 *[Handwritten]*

№ S/H

RIO DE JANEIRO, GE.,
Em 29 de setembro de 1969.

Do: Capitão-do-Corveta ALMIR SARACENI, Encarregado do IPM
Ao: Excm. Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada.

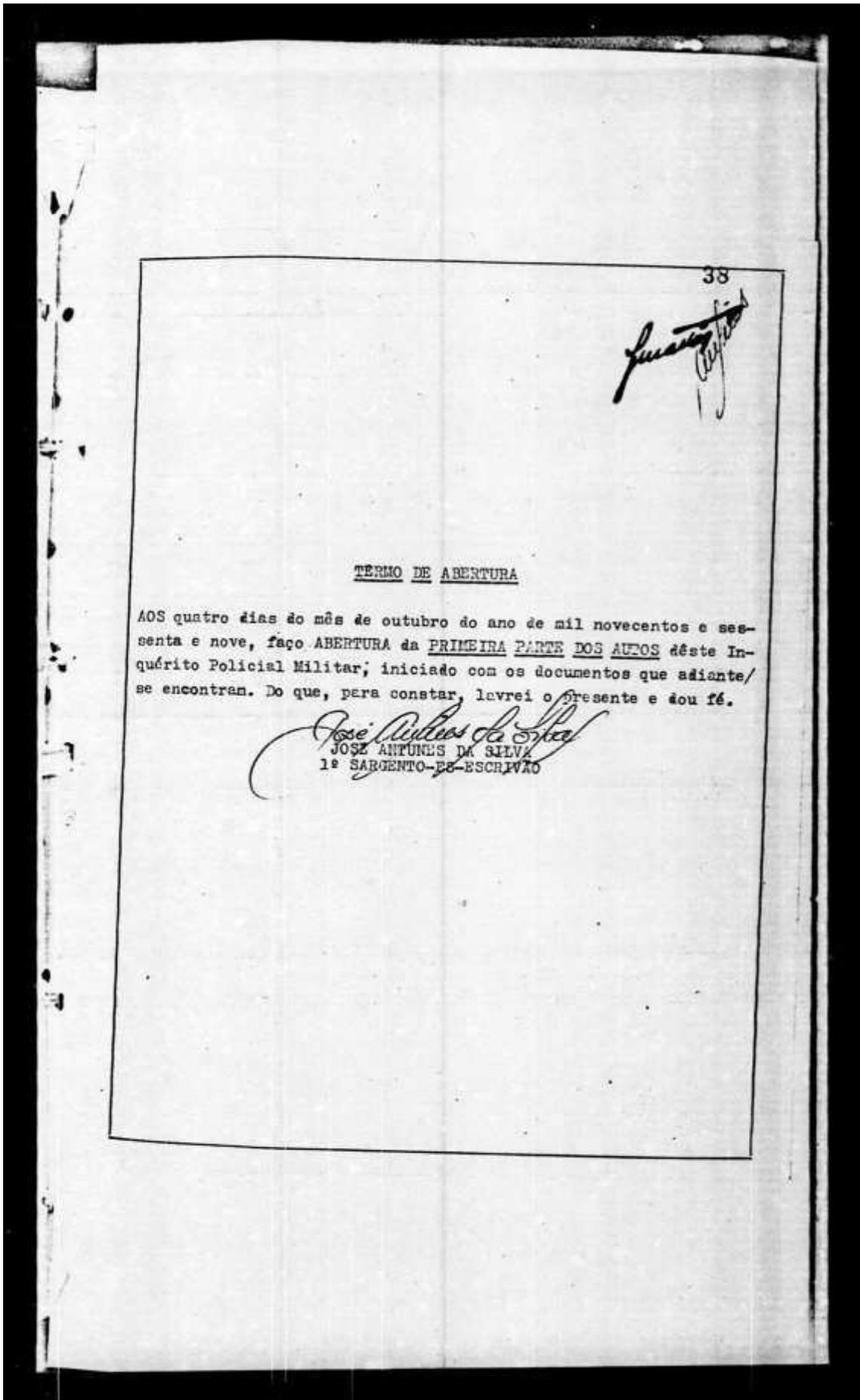
Assunto: Proposta de nomeação de escrivão.

1. De conformidade com o § 2º do art. 115 do CPM proponho para escrivão do inquérito instaurado por determinação de V. Exa. e do qual sou encarregado, o Suboficial Escrevente 47.0625.3 LEUDEDIT BASTOS DE SOUZA.

[Handwritten Signature]
ALMIR SARACENI
Encarregado do IPM

[Three vertical wavy lines drawn across the page]

Figura 5: IPM 43/69



CONFIDENCIAL

33

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESTADO-MAIOR DA ARMADA



1969

Rio de Janeiro, GB, *19 DE SETEMBRO DE 1969.*

QUARTEL DO DESTACAMENTO ESPECIAL DE FFNN DA FÔRÇA DE FUZILEIROS DA ESQUADRA

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

Encarregado: CMG (FN) Clemente José Monteiro Filho

Escrivão: 1.º SG-ES José Antunes da Silva

Indiciados: Jean Marc Frederic Charles Von Der Weid,
Solange Maria Santana,
Márcia Savaget Fiani,
Marijane Vieira Lisboa, e
outros.

Estrutura e dados sobre prisões

Tivemos a oportunidade de, junto à CNV e à CEV-Rio participar da visita de diligência ocorrida em 21 de outubro de 2014. A partir dessa visita, dos depoimentos colhidos e da pesquisa documental no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e nos arquivos do banco de dados do Projeto Brasil Nunca Mais colhemos os dados a seguir.

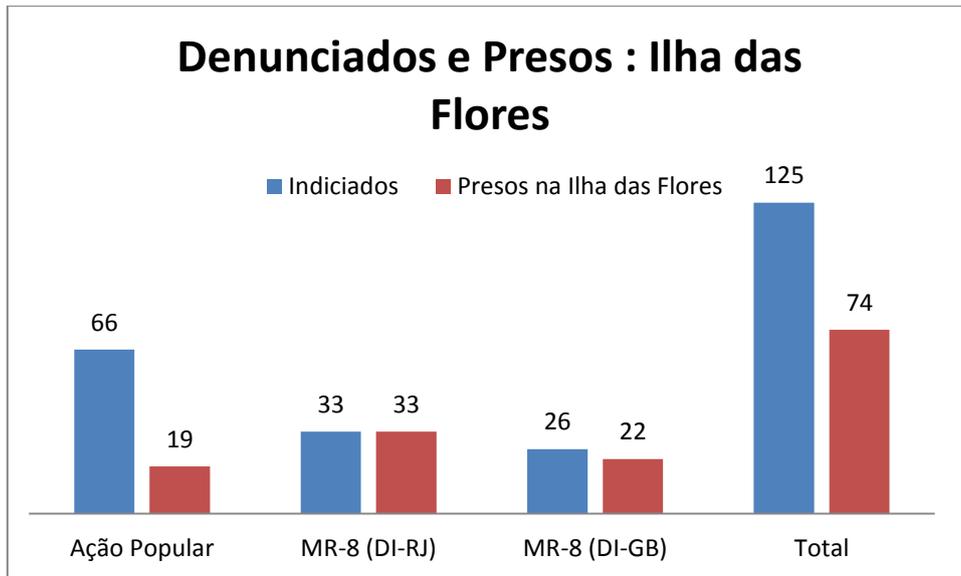
Inicialmente é importante lembrar que o período ao qual nos referimos quando tratamos das prisões e torturas de presos políticos na Ilha das Flores se restringe, pelo menos até o momento, de 1969 à 1971. Foi no início de 1969 que o Comandante Clemente José Monteiro Filho montou na, à época, Destacamento Especial de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores seu pequeno campo de concentração.

Tudo indica que o centro de tortura da Ilha das Flores deixou de existir com a criação do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), entre o final de 1969 e o início de 1970. (SCELZA, 2007, p. 4). Uma vez que o DOI-CODI tinha como objetivo principal centralizar as informações obtidas pelos centros de tortura de cada uma das Forças Armadas, tornando ações dos militares mais eficientes³¹.

Como afirmamos acima, segundo depoimentos, cerca de 200 pessoas estiveram presas na Ilha das Flores, das quais, 74 nomes confirmados pela CVN, entre integrantes do MR-8 (de ambas as formações do movimento) e da Ação Popular. Outros nomes estão podem ser confirmados até a elaboração final do nosso relatório de pesquisas levantados.

Afirmamos anteriormente que três Inquéritos Policiais Militares foram coordenados desde a Ilha das Flores. Ao todo 125 pessoas foram denunciadas por este IPMs e o gráfico à seguir mostra a proporção destas em relação aos movimentos políticos relacionados nos inquéritos. Lembramos que muitas das pessoas, embora denunciadas como integrantes de tais movimentos, podem não ter relação orgânica com eles. A Justiça Militar nem sempre prezava pela defesa dos que acusava, envolvendo, à partir de denúncias frívolas, indivíduos que nada tinham a ver com as organizações investigadas. Sendo assim, é importante ressaltar que, em relação a todas as organizações, o número de processados (não necessariamente condenados) é superior ao dos efetivamente envolvidos mais organicamente em ações armadas.

Gráfico 1

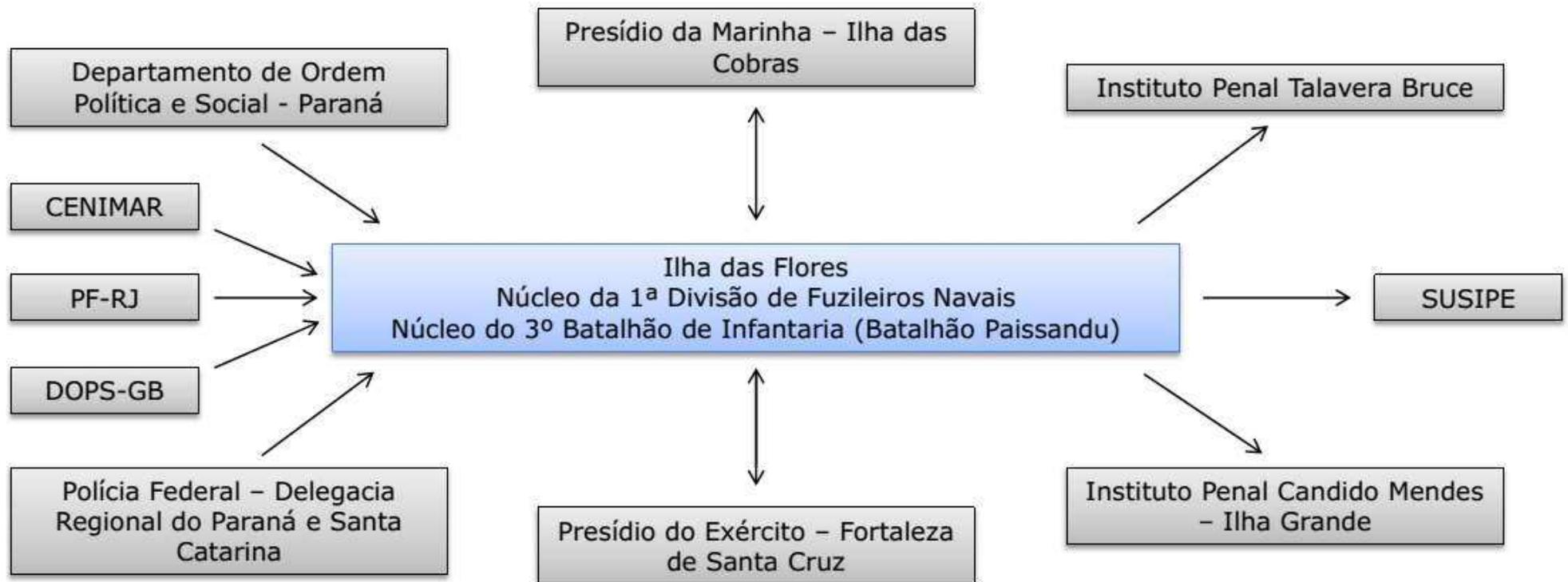


Vemos no Gráfico 1 que, dos denunciados, 53% foram como militantes da Ação Popular, 26% do Movimento Revolucionário 8 de Outubro/Dissidência do Rio de Janeiro e 21% do Movimento Revolucionário 8 de Outubro/Dissidência da Guanabara. Contudo, dos 74 nomes que pudemos comprovar como tendo sido presos ou ao menos interrogados na Ilha das Flores, 44% estavam relacionados ao MR-8/DI-RJ, 30% ao MR-8/DI-GB e 26% à AP.

Esses dados sugerem que o núcleo dos esforços da estrutura de repressão montada na Ilha foi, justamente o primeiro MR-8. Tendo sido, uma das primeiras tentativas de luta armada com enfoque em guerrilha rural no Brasil, a operação repressiva aplicada sobre o MR-8/DI-RJ, sob o comando da Ilha das Flores pode ter funcionado como um verdadeiro laboratório para as estratégias de repressão aos movimentos armados no Brasil empreendidas após a criação dos DOI-CODI. Essas estratégias “em teste” envolveram a coordenação de várias instituições dos órgãos de repressão da Ditadura, além de registrarem um nível maior de sofisticação das técnicas de tortura, contando inclusive com intercâmbio institucional de torturadores (como veremos na seção seguinte).

O *organograma 1* a seguir mostra o nível de coordenação institucional que tinha a Ilha das Flores como centro.

Organograma 1: Fluxo de presos



Conforme os depoimentos colhidos e documentos, os primeiros presos chegam no local no mês de abril de 1969 (Ver Anexo V), a partir de prisões feitas ou pela Polícia Federal ou por agentes dos DOPS da Guanabara ou Paraná. Antônio Rogério Garcia Silveira, por exemplo, foi preso em 28 de abril³²:

Fui preso no Paraná, fui para a Polícia Federal e tive uma passagem noturna no DOPS. [...] Depois fomos metidos dentro de um avião, e descemos na Ilha, ali fomos enfileirados e daí eles chamaram os fuzileiros navais e o comandante do dia fez uma preleção: “estes são terroristas perigosos, comunistas, querem destruir a nossa pátria, e foram capturados, se qualquer um tentar fugir mate”³³

A fala de Antônio Rogério se confirma com o relatório do Inspetor da Polícia Federal do Paraná *Raul Ketter* encaminhado ao Capitão de Mar e Guerra Clemente José Monteiro Filho, encarregado do Inquérito Policial Militar e Comandante da Ilha das Flores. Nesse relatório, de 23 de maio de 1969, o Inspetor apresenta uma lista dos presos na sede regional da PF em Curitiba que estavam envolvidos no IPM: Sebastião Medeiros Filho, Marco Antônio Farias de Medeiros e Ivens Marchetti, além do próprio Antônio Rogério. O período de quase um mês entre as datas da prisão do último e sua apresentação ao encarregado do IPM denuncia o nível de integração interinstitucional que envolvia a investigação. Toda a primeira abordagem, as primeiras sessões de tortura³⁴ e as primeiras informações coletadas foram feitas pela Polícia Federal do Paraná.

Figura 8: Relatório da PF-PR

820
814-
820

CONFIDENCIAL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA NACIONAL DO FURTO E DA CATAPINA
BRASÍLIA, D.F.

Of. 2.294/FI/Sec.69. Em 23 de maio de 1.969.
do Inspetor de Polícia Federal Bel. Raul Ketter.
do Sr. Encarregado do Inquérito Policial-Militar.-
assunto Apresentação de detidos (fas).

Senhor Encarregado:

Faço apresentar a V. Sa. SEBASTIÃO MEDEIROS FILHO, MARCO ANTÔNIO FARIAS DE MEDEIROS, IVENS MARCHETTI, DO MONTE LIBANO e ANTÔNIO ROBERTO GARCIA SILVEIRA, juntamente com três (3) revólveres, calibre "38", números 438.574, 438.579 e 441.941, uma (1) pistola automática italiana, marca "Beretta", nº A-18.753, ca 1ibre 7,65, uma (1) caixa contendo cinquenta balas, calibre "38" e um (1) saco de plástico contendo quarenta e cinco balas calibre "38", 22 (vinte e duas) balas calibre 7,65 (pistola), um (1) relógio de bolso para homem, marca "Omega", com a respectiva corrente, um (1) iaqueiro de metal branco, uma (1) carteira de identidade, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 5a. Região, emitida em nome de Ivens Marchetti de Monte Lima, uma (1) faca pequena com cabo de chifre e assimetrias de NCr\$. 1.285,00 em dinheiro, juntamente com dois vales de NCr\$. 20,00, cada um, correspondendo tudo a importância de NCr\$. 1.325,00 e um outro maço contendo NCr\$. 492,15 e um (1) vale de 0,85, perfazendo um total de NCr\$. 493,00, num total geral de mil e oitocentos e dezoito cruzeiros novos em dinheiro e vales.

Os detidos em apreço confessaram a autoria de assaltos praticados na cidade do Rio de Janeiro, RJ, nas a-

820
814-
820

CONFIDENCIAL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA NACIONAL DO FURTO E DA CATAPINA
BRASÍLIA, D.F.

Continuação do ofício nº 2.294/FI/Sec.69. de 26/5/1.969. - Fla. 2.-

agências do Banco Aliança (Agência Abolição), e Lar Brasileiro (Agência de Ipanema), ambas situadas na Urubatera, com o produto dos quais mantinham a sua rede de subversão.

Confessaram também haver praticado vários assaltos a mão armada a pessoas que se encontravam no interior de veículos na aludida cidade do Rio de Janeiro.

Ainda foram arrecadados em poder dos indiciados os seguintes objetos: três cintos de couro preto, dois pares de luvas pretas, uma carteira Nacional de habilitação em nome de Marcos Antonio Farias de Medeiros, documentos de uso pessoal, carteirinhas e notas de ano digo blocos de anotações, assim como duas pastas de couro sendo uma de cor preta e outra marrom.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Sa. protestos de consideração e apreço,

Bel. Raul Ketter
-Inspetor de Polícia Federal -PR/PR.

Iná Meirelles, militante do MR-8, como os anteriores, foi presa no Paraná. Após mover-se do Rio para Curitiba, passando por Foz do Iguaçu.

Em Foz do Iguaçu, durante o período que eu estava no hotel em Foz do Iguaçu (...) O Rui atravessa a fronteira e eu fico no hotel em Foz. No que eu estou no hotel em Foz, o cara da recepção do hotel me chamou, eu tinha saído, dado uma volta e tal, e falou: '- Olha só, esteve aqui um policial com sua foto procurando por uma pessoa, era outro nome, evidentemente... Eu disse que não te vi, mas eu quero que você saia daqui agora.' Assim, pra mim. Me avisou. Ai eu saí, morrendo de medo, e decidi não ir para a rodoviária, porque se eu for para a rodoviária eu ia cair na rodoviária, os caras devem estar lá... Eu fui e peguei um táxi até Medianeros, que era uma cidade próxima que eu já tinha contato. Fiz o contato que me ajudou lá. Ai depois entrei num ônibus para Curitiba. No meio do caminho entrou polícia no ônibus, não me reconheceu. Cheguei de madrugada em Curitiba, fiquei fazendo hora, entrei numa igreja e fiquei fazendo hora porque meu ponto era 9 horas da manhã na praça. Eu não ia direto para a casa porque a casa podia ter caído, né. E tinha mesmo. Ai eu fui para o ponto, mas alguém tinha aberto o ponto. Ai eu to esperando assim, vem um fusca (eles usavam fusca também, não era só a gente que usava fusca), eu achei que era o pessoal nosso... olhei assim para ver... ai eu fui pega nesse fusca pelo grupo de CENIMAR e do DOPS do Paraná [...] Fui levada para o DOPS do Paraná e lá já estavam presos o pessoal lá. A minha casa do meu tio lá também tinha sido devastada, eles roubaram tudo meu. [...] Ai dali nós fomos enviados (...) Nós viemos num avião da FAB. *E ali veio um grupo da polícia que tava lá [no Paraná] (...)* Mas o comando era do CENIMAR, era evidentemente uma ação do CENIMAR.³⁵

Iná, foi uma das ultimas integrantes do MR-8 à ser presa, portanto uma das ultimas presas a chegar na Ilha das Flores por esse Inquérito. Com efeito, seu depoimento³⁶ dado durante a prisão na Ilha data de 10 de julho de 1969 e confere, cronologicamente com um auto de apreensão do DOPS-PR de 7 de julho do mesmo ano, anexado aos autos do IPM.

Figura 9: Registro de depoimento de Iná Meireles (Medeiros) na Ilha das Flores

CONFIDENCIAL 518 -506

AUTO DE PERGUNTA AO INDICIADO

em dez dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e nove, nesta cidade do Rio de Janeiro-GR., no Destacamento Especial de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores, presente CLEMENTE de MONTIHO FILHO, Capitão-de-Mar-e-Guerra Fuzileiro Naval, Encarregado do presente Inquérito Policial Militar, comigo Primeiro Adjunto Escrevente JOSÉ ANTUNES DA SILVA, servindo de Escrivão, compareceu INÁ DE SOUZA MEDEIROS, a fim de ser interrogada sobre o fato constante do Ofício número cento e sessenta e um barra sessenta e nove, de cinco de maio de mil novecentos e sessenta e nove do Departamento de Polícia Federal da Guanabara, ao Excm^o. Sr. General Presidente da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, na Ilha das Flores. Em seguida passou a Autoridade a interrogar a referida pessoa da seguinte maneira: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão, local de trabalho. DECLAROU QUE: INÁ DE SOUZA MEDEIROS, vinte anos de idade, COLOMBO VIEIRA DE SOUZA (falecido) e INÁ MEIRELLES DE SOUZA, casada, Brasileira, natural do Estado da Guanabara, desempregada, nada consta. PERGUNTADA sobre se deu o fato narrado no expediente que originou o presente Inquérito. DECLAROU QUE: em princípios de mil novecentos e sessenta e nove, entrou para a "Organização" e efetivamente que foi presa no dia seis de julho de mil novecentos e sessenta e nove, na cidade de Curitiba, quando se dirigia a um "Ponto" de encontro na Praia de Piradentes, Estado do Paraná. PERGUNTADA sobre o que sabia da referida "Organização" e sobre a sua participação na mesma. DECLAROU QUE: quando trabalhava na Guanabara, no Jornal "O SOL" - Jornal "DOS ESPORTES" - costumava frequentar o restaurante do Calabouço com a finalidade de economia em despesas de alimentação que nesta época não participava de atividades políticas; que conheceu MARCOS ANTONIO FARIAS DE MEDEIROS (DAVID) em princípios do ano passado no referido restaurante; que MARCOS ANTONIO (DAVID) apresentou a depoente a GERARDO GALIZA RODRIGUES (LUCAS) e SERASTIÃO MEIRELLES FILHO (SANTO); que começou a namorar MARCOS ANTONIO (DAVID).

Handwritten notes:
- 518
- 506
- *Alves*
- *in*
- *folha*

Figura 10: Relatório do DOPS-PR

Casa Rua ... 392.

CONFIDENCIAL 854

CONTINUAÇÃO AUTO DE APREENSÃO

Esta pasta espada com documentos apreendidos no aparelho, situado à rua Alfereis Poli, nº 592, casa alugada por MILTON GAIA LEITE (Pist), documentos numerados e rubricados de 1 a 124, com etiquetas e planejamentos de movimentos de Guerrilha etc., objetos apreendidos na casa de nº 992 da rua Alfereis Poli, objetos apreendidos na casa de nº 992 da rua Alfereis Poli, nesta mandou a autoridade encerrar o presente auto, pelo lado da chancelaria do Comodoro, vai devidamente assinado. Em, 24 de Julho de 1962, Avílio Honorato dos Santos, o datilógrafo: *Avílio Honorato dos Santos*

862

DELEGADO: *Guarigand*

TESTEMUNHA: *James Schulz*

TESTEMUNHA: *Ar. S. S. J.*

ESCRIVÃO: *Ar. S. S. J.*

862

S.P.E.

SSP-100

CONFIDENCIAL 862

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA ORDEM POLITICA E SOCIAL. 849

AUTO DE APREENSÃO

Aos sete (7) dias do mês de julho de 1962.

Na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na Delegacia de ORDEM POLITICA E SOCIAL, em cartório, presente RACHAEL DR. CELIAS ALGAUER, ...

... a apreensão dos objetos descritos, os quais constam do seguinte:

(1) dois pares de kets usados, (1) bone tipo militar (bico de pato), (1) faca (f.i.), cabo de plástico de cor preta, com bainha de couro, (1) sobre tipo militar, com cabo de couro, bainha de plástico, com inscrição L.S.M.8-B.M.C.O., (1) fuzil, modelo 1.908, nº 4259-6.1., um balastrão de couro, (1) porta munição de lata, tipo militar, (1) bolsa, com e inscrição. Enginseer compas, com alça de metal amarelo, (1)2) cento e onze fotografias diversas, (1) uma carteira de trabalho de MILTON GAIA LEITE, (1) estajo de agulhas hipodermicas, com (9) agulhas, (5) cinco peças de diversas cores com alça, plastificadas, (1) uma escola de viagem de diversas cores com alça, plastificada, (2) duas carteiros profissionais de MARIA DA GLORIA LOPES DE OLIVEIRA, (1) uma carteira de identidade de MARIA DA GLORIA LOPES DE OLIVEIRA, (1) uma carteira de identidade do Estado Rio-Grande, (1) carteira de previdência do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Militares, de MILTON GAIA LEITE, (16) dezesseis mapas de diversas partes do Brasil, (1) um mapa da Cidade de Buenos Aires-Argentina, (1) cento e sessenta e cinco fichas do Laboratório Clinex, com diversos endereços, (94) noventa e quatro fichas de cadastro, com diversos endereços, (2) dois manuais de armarmento, (3) exemplares de revistas, (16) livros estatísticos de diversas regiões do País, (5) livros do livro Estrutura Básica, de um a cinco; (69) sessenta e nove confeccionados com fotografias de diversas revistas, de pessoas, (2) duas caixas de biscoitos Luchen, contendo a inscrição de caráter subversivo, de diversos autores; (3) três cartões de identificação de MILTON GAIA LEITE, (1) carteira de habilitação do Tráfego de nº 8.010.00.- (0189 ml) e de cruzeira nova) e documentação de nº 329.762, certificado de um automóvel, (1)2) Volkswagen, Sedan, 2 portas, de cor vermelha Gramada modelo 1957, nº do Chassis BF 57.766-37-365.146, nº da placa L-22-24-17, com o respectivo talão de seguro, uma carteira de Reporter do Jornal e Sol, expedida em nome de Inf. Meirales, um miniógrafo marca Ditado-fabricação Canadense, com nºs inutilizados, um talão de cheque, Banco Comercial do Estado do Paraná, 0160 Banco Comercial do Paraná, nº. série B.N. de nº 642931-A 642940, faltando (2) dois cheques, ...

Se compararmos ao primeiro registro documental que temos de prisão na Ilha das Flores, de 13 de junho de 1969, observamos a atuação simultânea dos órgãos de repressão coordenado à partir de lá, em dois Estados da federação, envolvendo, pelo menos três instituições: Polícia Federal, DOPS (ligados às polícias civis dos respectivos Estados) e Marinha (CENIMAR e Ilha das Flores).

Figura 11: Relação de detidos da Ilha das Flores

JAS/MA
I.P.M.



MINISTÉRIO DA MARINHA
DESTACAMENTO ESPECIAL DE FF.NH. DA ILHA DAS FLORES

Nº. 009/69 **RIO DE JANEIRO, GR.,**
13 de junho de 1969.

De: Encarregado do I.P.M.
Ass: Exm. Sr. Dr. Auditor da Auditoria da Marinha.
VIA: Exm. Sr. Dr. Corregedor.
Assunto: Prisão de indiciados.
Anexo: Onze (11) cópias de "Autos de Perguntas ao Indiciado"

1. Participo a V.Exa. que se acham presos à minha disposição, e nos termos do Artigo 47 da Lei nº 510, de 20/03/1967, de 7/05/1967 os indivíduos TIAGO ANDRADE DE ALMEIDA, LUIZ CARLOS DE SOUZA SANTOS, GERARDO GALIZA RODRIGUES, ZILÉA HEZNIK e PAULO AMARANTE BARCELLOS; desde o dia 24/05/1969 - IVENS MARCHETTI DO MONTE LIMA, SEBASTIÃO MEDEIROS FILHO, MARCOS ANTONIO FARIAS DE MEIROS, ANTONIO ROGERIO GARCIA SILVEIRA e AZIZO CORDEIRO DA FONSECA; e a partir do dia 27/05/1969 ALOISIO FERREIRA PALMAR, indiciados no Inquérito Policial Militar pela prática de delitos previstos nos Artigos 21, 23, 25, 33 incisos I, II, III e IV; 36, 38 incisos I, II e III e 42, tudo do Decreto-Lei nº 314, de 15 de março de 1967.

2. Sendo necessária a prorrogação da aludida prisão, solicito a V.Exa. a decretação da prisão preventiva dos aludidos indiciados por mais trinta (30) dias, para o que junta a confissão dos mesmos.

Aproveito o ensejo para apresentar a V.Exa. os elevados votos de estima e distinta consideração.

Clemente José Monteiro Filho
CLEMENTE JOSÉ MONTEIRO FILHO
Capitão-de-Mar-e-Guerra, (FN) Enc. do IPM.

CORREGEDORIA
- DA -
JUSTIÇA MILITAR
Aut. 530
Em 17.6.69

Outro ponto importante está contido no grifo da transcrição acima. Iná relata que, ao ser transportada para do Paraná para o Rio de Janeiro, o fez acompanhada da mesma equipe que a torturou lá. Os depoimentos colhidos por nós denunciam essa questão. Como veremos na sessão seguinte, acerca das torturas, os torturadores “stricto sensu” que atuavam na Ilha das Flores eram, em sua maioria, quadros da Polícia Federal sob a coordenação de agentes do CENIMAR (como o Capitão *Alfredo Magalhães*, conhecido pelo codinome “Maique”)³⁷

Dos militantes que atuavam no Rio de Janeiro e Niterói, destacamos os casos de Luiz Carlos de Souza Santos e Martha Alvares. Luiz Carlos, foi preso pela Polícia Federal³⁸ na madrugada de 2 de maio de 1969, em seu apartamento em Botafogo, juntamente com sua esposa e mais um companheiro.

Fui preso na noite de primeiro de maio para dois de maio. Foi preso eu e minha mulher, que também era da UFF, a Ziléia Reznik... Eu, Ziléia, Thiago [Andrade de Almeida], nós morávamos juntos... Na minha casa tinha eu, a casa estava no meu nome, tinha eu, Ziléia, o companheiro Thiago (...) Fomos todos presos na mesma hora. [...] Na ilha das flores, que eu cheguei 7 de maio, e esse pessoal do Paraná tinha sido preso em 28... Eles chegaram, talvez uns 15 dias depois, se não me engano (...) Ai pela janela eu vi eles chegando, de barco, desembarcando na Ilha das Flores. Ai eu falei: '-Ih, caramba, tamo caindo tudo...'³⁹

Luiz Carlos e seus companheiros passaram seus cinco primeiros dias de prisão na sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro, até serem transferidos para a Ilha das Flores. Já, Martha Alvarez, presa em 9 de julho, no “último grupo a ser preso”⁴⁰, passou antes pelo CENIMAR, na Ilha das Cobras:

Quando o pessoal começou a ser preso, que caiu lá no Paraná... O último grupo a ser preso foi o meu. Fui presa eu, do Ruy Xavier e do Paulo Benchimol. A gente estava na Tijuca (...), ai prenderam a gente. Não tinha mais ninguém, só tinham os simpatizantes [...] Ai quando a gente chegou na Praça Sãs Penha (...) ai a gente entrou num táxi, o Paulo entrou na frente e eu

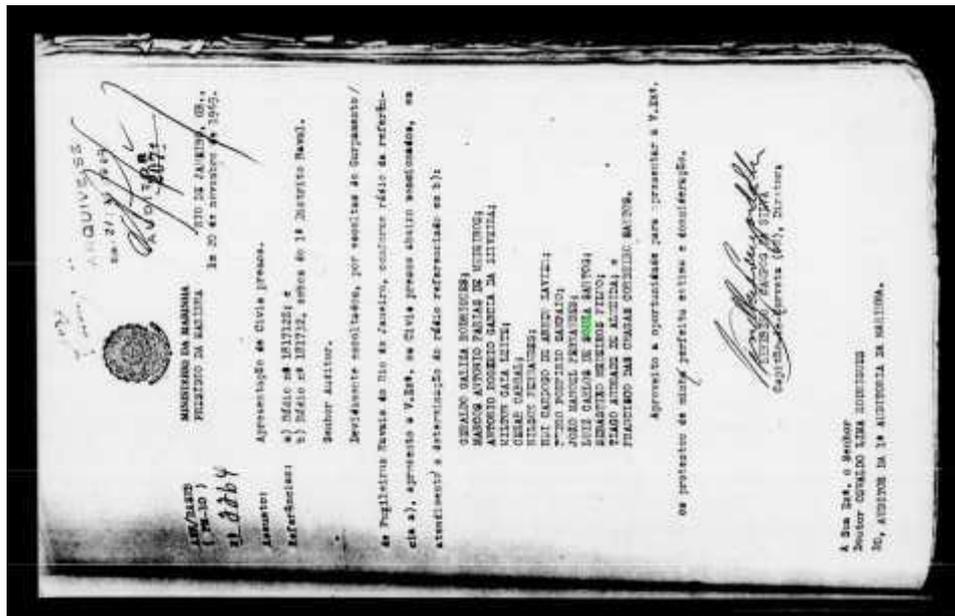
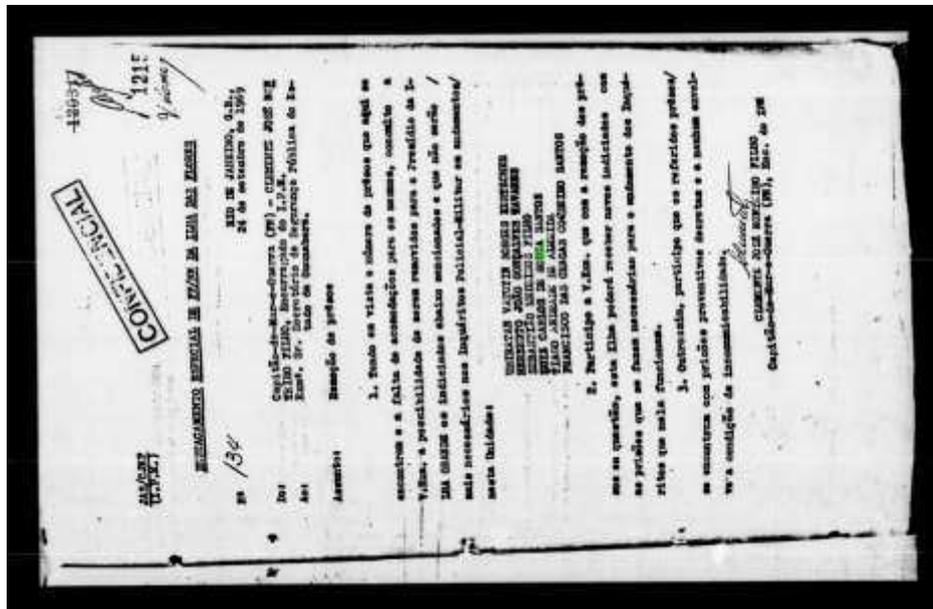
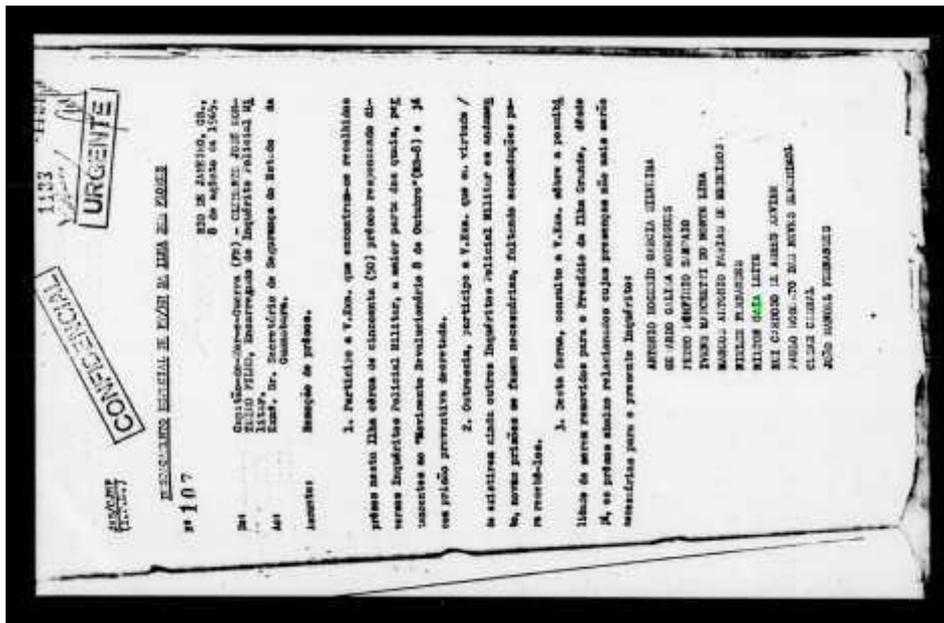
entrei com o Ruy atrás, quando nós entramos, entrou um de cada lado e pegaram a gente. E a gente era todo mundo com uma cara tão de criança que uma velinha se meteu na frente táxi e começou a gritar: '- Tão sequestrando as crianças! Tão sequestrando as crianças!' Foi um escândalo, ela só acalmou quando eles arrancaram a minha peruca, que eu tinha uma peruca loira e o cara desceu do, *o tal do Cláudio*, desceu do táxi e foi conversar com ela, dizendo que a gente era terrorista que num sei o que...⁴¹

“O tal do Cláudio”, também conhecido como “Dr. Cláudio”, era um dos codinomes de um agente da Polícia federal conhecido como “Inspetor Solimar”, que integrava as esquipes de tortura do CENIMAR, junto com Alfredo Magalhães.

Sendo assim, vemos que a desconstrução e as prisões do primeiro MR-8 ocorream de abril à julho de 1969, logo, é também o período no início das atividades na Ilha das Flores enquanto centro de tortura, e, conforme apresenta o *organograma 1*, as prisões eram executadas por outras instituições que encaminhavam os presos para a Ilha. Esse período inicial é o período de maior intensidade das torturas. Sabe-se que o período mais violento e intenso dessas ocorria logo após às prisões, durante um período de incomunicabilidade dos presos, o que confirmam diversos depoimentos. Logo, antes mesmo de qualquer registro formal da prisão, bloqueando qualquer mínima possibilidade de defesa, as sessões de tortura eram encampadas. Já em agosto de 1969 o Comandante da Ilha das Flores começa a distribuir os presos por outras unidades, alguns em definitivo, após o julgamento, nunca mais voltariam ao local, outros, ficariam alojados em outros presídios durante seus processos. Os locais preferenciais foram o Instituto Penal Candido Mendes, na Ilha Grande, e o Presídio da Marinha, na Ilha das Cobras, como exemplifica Antônio Rogério Garcia da Silveira:

Estive na Ilha das Flores e também na Ilha das Cobras, mas na Ilha das Cobras não tinha tortura, ali era um depósito que as pessoas passavam, estava intimamente ligado ao esquema do Cenimar. [...] Logo depois entramos em processo de julgamento, e depois de julgados e fomos mandados para Ilha Grande já para cumprir pena [...] Lá tinha tortura também, mas a coisa típica de presídio.⁴²

Figura 12: Relação de Presos entre a Ilha das Flores, Ilha Grande e Presídio da Marinha



Como mostra o *organograma 1*, além da Ilha Grande, os presos da Ilha das Flores, após suas condenações foram enviados também para o Instituto Penal Talavera Bruce, um presídio feminino no Complexo Penitenciário de Bangu (no caso específico das mulheres) ou para presídios ligados à Superintendência do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, a SUSIPE.⁴³ Passado o momento inicial das prisões e no correr dos processos penais, alguns dos presos ficaram no Presídio da Marinha ou na Fortaleza de Santa Cruz, então Presídio do Exército. Como foi o caso de Umberto Trigueiros Lima⁴⁴.

Figura 13: Registro de prisão de Umberto Trigueiros de Lima no Presídio do Exército, Fortaleza de Sta. Cruz

1799
JUNTA DOS AUTOS
8/1/70

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO
I Ex - 1ª EM
PRESÍDIO DO EXERCÍTO

Riterói, RJ, 08 Jan 70

Of nº -058/1

Do Diretor de Presídios do Exército

Ao Exmº Sr Juiz da 1ª Auditoria da Marinha

Assunto: Apresentação de Prisão
- F A Z -

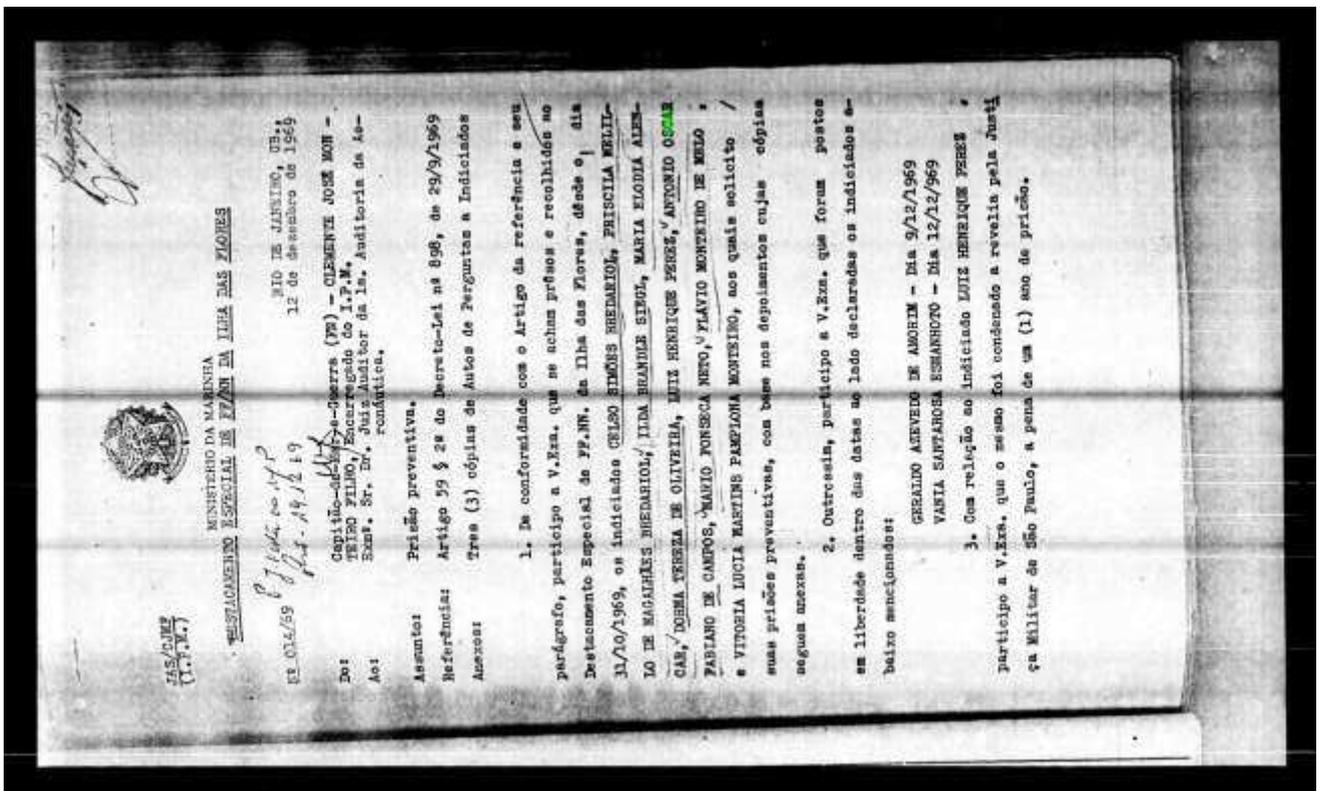
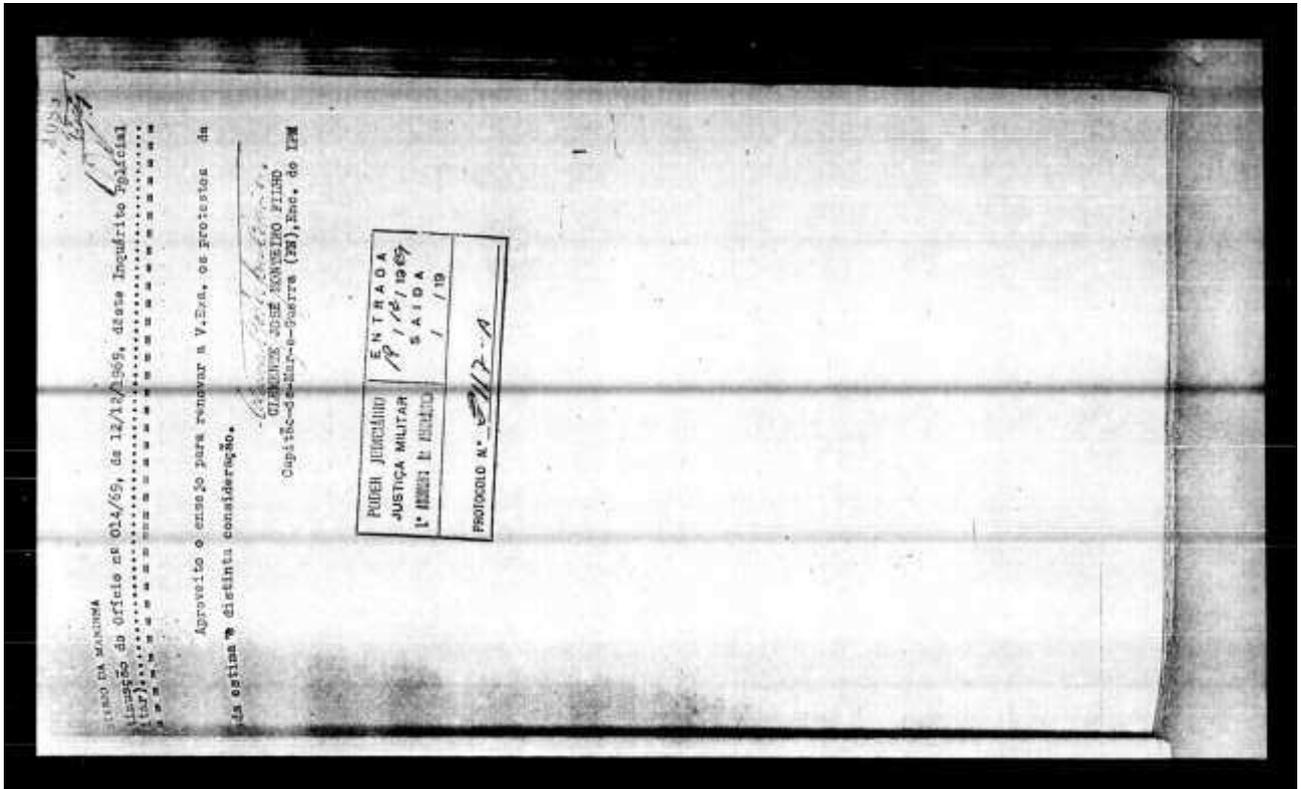
Referência: Rd a/nº, de 05 Jan 70,///
dessa Auditoria

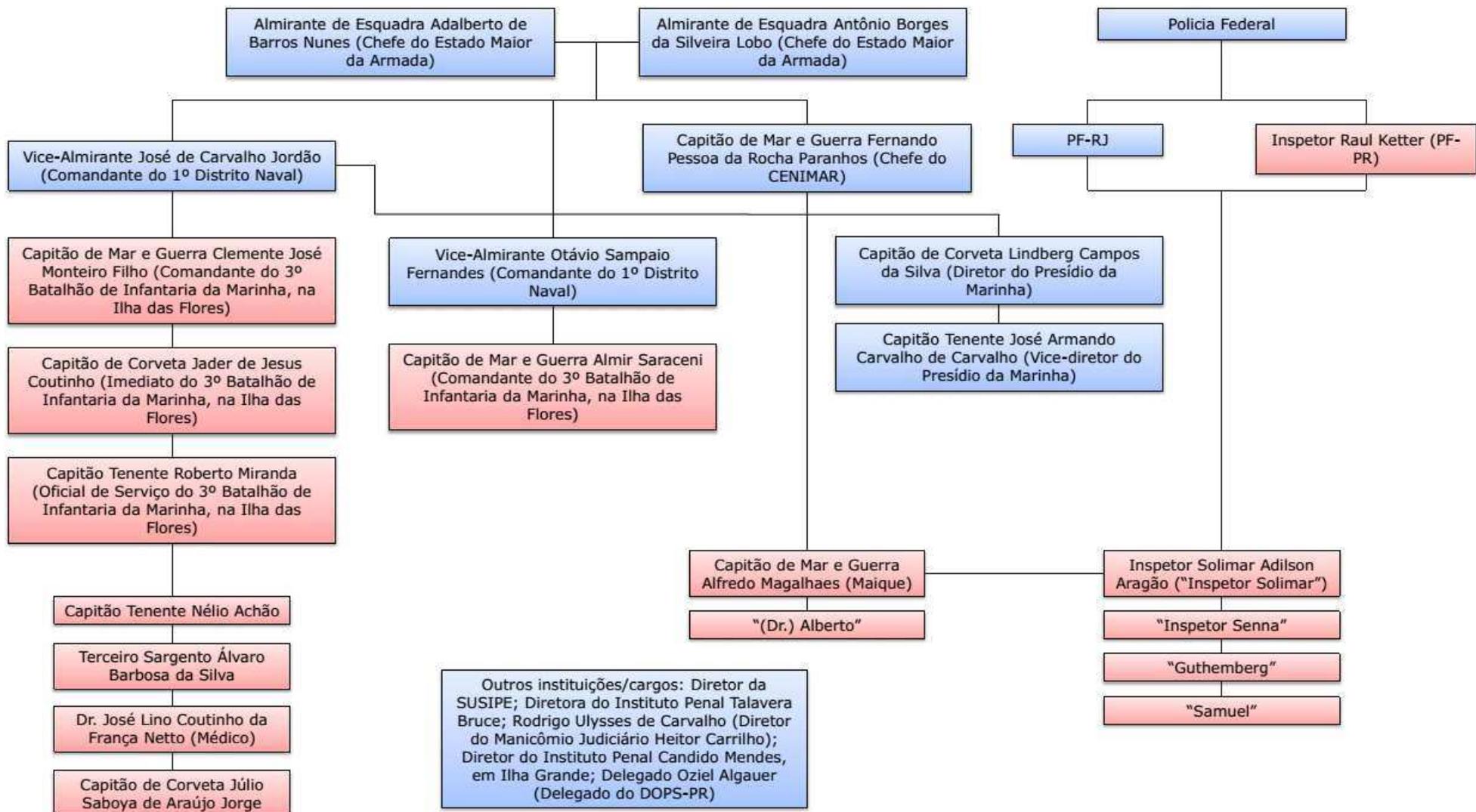
Em atenção ao documento acima referenciado, apresenta-se devidamente escolhida, e prisão UMBERTO TRIGUEIROS LIMA, que vai a essa Auditoria a fim de ser interrogado.

ADONÍS PIMENTEL MACHADO
Maj Dir F Ex

Essa mesma estrutura foi usada, em escala um pouco menor, na repressão aos integrantes da Ação Popular e do MR-8/DI-GB envolvidos nos Inquéritos Policiais Militares coordenados desde a Ilha, conforme demonstram os documentos a seguir.

Figura 14: Listagem de Presos referidos à IPM 43/69





A Tortura

Sabemos também que a tortura era prática recorrente no local. Dentre os *locais de tortura*, o ponto específico das torturas mais violentas foi identificado pelos presos na diligência e em depoimentos como “Ponta dos Oitis”, um local isolado a poucos metros das águas da Baía de Guanabara^{xlvii}. Diversos depoimentos dão conta das violências lá ocorridas. Através de trajetória de alguns dos presos no local, esperamos destrinchar a lógica das práticas de torturas praticadas da Ilha das Flores.

Umberto Trigueiros inicia seu depoimento para a Comissão da Verdade de Niterói relatando ser natural da cidade de Niterói (RJ) e que, no período imediatamente anterior ao golpe (no ano de 1963), era estudante secundarista. Participava de atividades pela Federação dos Estudantes Secundários de Niterói e nessa época se aproximou do PCB, iniciando sua militância política no movimento estudantil. Relata que, em 1964, a Federação dos Estudantes se encontrava muito ativa na cidade e adquirira evidência por conta de uma greve de longa duração que estava sendo promovida pelos estudantes, greve contendo grande gama de reivindicações.

Conta que essa Federação estudantil foi diretamente atingida pelo golpe, sendo imediatamente fechada e seus integrantes perseguidos. Relata não ter sido perseguido por não ser muito conhecido, mas que diversos companheiros da época, inclusive ser irmão, foram perseguidos por conta de atividade política e intelectual.

"Eu continuei minha militância, já com o Partido na clandestinidade, né..."

Umberto narra que, por conta do golpe, o PCB foi muito atingido em sua militância sindical e operária (tendo o PCB, na época, forte presença entre os operários marítimos na cidade de Niterói). Apesar da sua base operária profundamente atingida e perseguida, Umberto relata que a militância estudantil e de juventude não foi tão atingida, tendo permanecido em grande medida ainda ativa, apesar da necessidade do recuo das atividades políticas por conta do golpe. Parte dessa militância de juventude foi mobilizada para reconstruir o Partido, principalmente no interior, sendo essa a função do depoente à época.

Ainda narrando a questão partidária na época, Umberto relata que, durante o VI Congresso do PCB (realizado após o golpe e que buscava fundamentar toda a política do partido para a nova conjuntura), o Rio de Janeiro foi o local onde se tinha a posição contrária mais consolidada às teses que a cúpula do PCB defendia. Por volta desse

período, em 1966, Umberto Trigueiros já havia ingressado na UFF no curso de Ciências Sociais, tendo continuado sua militância estudantil pela UNE (que a época funcionava clandestinamente) e sendo eleito presidente da União Estadual dos Estudantes e Vice-Presidente da UNE.

Dentro do partido, conta o depoente, acirraram-se as divergências e o PCB veio a cindir-se, gerando as diversas dissidências. Relata que fez parte desse movimento de rompimento no Rio de Janeiro, onde grande parte da juventude, juntamente com frações operárias lideradas por Apolônio de Carvalho, fazem duras críticas às teses do Comitê Central e, por fim, rompem com o PCB. É dessa cisão, no estado do Rio de Janeiro, que nasce o MR-8 entre 1967 e 1968.

"Mais tarde a gente optou pela luta armada. E já várias pessoas começaram a ser identificadas, ou porque tinham tido uma militância de massa evidênte, né, porque eram conhecidas já, e outras, cautelarmente, entraram para a clandestinidade. Eu inclusive."

"A ideia era organizar a resistência, principalmente no campo, mas também realizar algumas ações de propaganda e agitação nas cidades."

O depoente relata que, em 1968, por conta de sua atividade na UNE, foi desligado da universidade. Recorreu da decisão, sem resultado, e já no final de 1968, por conta do AI-5, esse desligamento se consuma. Umberto relata que começa a ser perseguido e entra na clandestinidade.

"Tive um tempo aqui em Niterói mesmo, depois fui para o Rio de Janeiro, depois fui para São Paulo, depois fui para o Paraná e depois regressei, não para aqui, mas para o Rio. Mas nós continuamos tendo uma atividade política forte aqui, as chamadas ações né..."

Em seguida, perguntado a respeito, o depoente explica que nesse período iniciou-se as ações de luta armada por parte do MR-8 e que, para além de simpatizantes e pessoas que aguardavam direcionamento, haviam cerca de 30 pessoas a frente da organização em Niterói (os quadros orgânicos). Explica também que a estrutura da organização era compartimentalizada, além do núcleo dirigente, existindo os setores que faziam luta armada na cidade e o setor que fazia a luta no interior, tendo sido decidido, nessa época, realizar-se essa organização da guerrilha no interior no sudoeste do estado do Paraná.

A respeito dessa escolha pelo interior do Paraná como local onde seria organizada a guerrilha, o depoente explica que se deu a partir da tentativa da organização de unir e articular as dissidências do PCB a nível nacional, processo que

não deu resultados, mas que, por conta dele, acabou-se formando laços e contatos com pessoas que tinham atividade política na região rural do Paraná.

"Estava havendo uma expansão da fronteira agrícola [nessa região do Paraná] e havia muitos conflitos ali, de terra, entre posseiros, etc. Era uma área fronteiriça, com o Paraguai e com a Argentina, e, apesar de ser uma área plana, a gente achou que era uma área que seria importante economicamente e próxima de grandes centros (...) Curitiba, região sudeste, São Paulo... A gente achou que tinha condições favoráveis para eclodir um movimento guerrilheiro ali, achando que nós não seríamos os únicos, que outras organizações estavam trabalhando nisso em outros lugares..."

"Ai nós transferimos pessoas para lá. Alguns quadros nossos foram transferidos para lá, para estabelecer os contatos e começar o trabalho de organização desse movimento."

O depoente conta que, nesse período, esteve no Paraná várias vezes, tendo feito os primeiros contatos na região. Relata que foi para a região com Aluizio Palmar e com outros companheiros, mas que, pelo fato de ser membro da direção da organização, teve o papel de estabelecer a ponte entre o Paraná e o Rio de Janeiro, ficando alternadamente nos dois locais.

Ainda abordando o seu papel na organização, Umberto esclarece que a função do grupo que fica no Rio de Janeiro era fundamentalmente estrutural e logística: realizavam ações de expropriação e arrecadação para financiar as ações do grupo e os integrantes que estavam na clandestinidade. Relata ainda que parte dos integrantes do MR-8 viviam fora da clandestinidade e realizavam doações a partir de seus salários para a organização (por vezes, a organização recebia integralmente os rendimentos do membro e devolvia a parte necessária para a sua subsistência). Também conseguiam rendimentos para além dessa situação, como, por exemplo, o caso do assim chamado "Bom Burguês": um funcionário de banco que desapareceu com uma grande soma de dinheiro e caiu na clandestinidade, entregando o dinheiro para o grupo.

"A coisa da expropriação era assim: quando a gente começou a fazer isso, não era com a intenção transformar isso num ato político (...) Não era considerado uma ação política, era uma ação de infraestrutura."

Desse ponto em diante, o depoente continua a explicar seu papel na organização, que era o de estabelecer a ponte entre o grupo do Paraná e o grupo do Rio de Janeiro, além de ter participado de algumas ações no Rio. Conta que essa sua movimentação inicia-se no final de 1967. Por outro lado, relata também que permaneceu na diretoria da

UNE até meados de 67, vindo depois a se desligar por conta das ações como membro do MR-8.

Logo a seguir, perguntado a respeito das atividades e as relações que o MR-8 mantinha em São Paulo (pergunta feita pelo assessor da CVN em função de relatos de outros depoimentos que informavam viagens de integrantes do MR-8 à São Paulo por conta de articulações com outros grupos), Umberto explica que a organização mantinha vínculos e contatos com o grupo em São Paulo que veio à formar a ALN e contatos com um grupo que era um dissidência do PCB chamada DISP (que depois veio a formar. Para além dos contatos, relata que chegou a ocorrer ações conjuntas:

"Tinha muito contato com eles lá [em São Paulo]. De articulação política e de preparação de outras coisas (...) O Luiz Carlos chegou a fazer uma ação lá, levou umas armas para eles."

Após essa pergunta, o depoente passa a relatar a respeito da relação entre o endurecimento do regime e a radicalização do movimento político. Umberto explica que, na sua visão, historicamente havia essa relação entre o regime ditatorial e a opção pela luta armada. Mas diz que, para além disso, mesmo antes do golpe, já não se acreditava que a aliança que sustentava o governo do Jango possibilitaria a realização das pautas populares, sendo uma situação insustentável do ponto de vista das propostas progressistas de reforma encaminhadas pelo governo e defendidas pelo movimento progressista.

"Havia um entendimento de que não ia ser tranquilo você fazer uma transição para uma república mais democrática e com mais assento na mobilização popular, no atendimento à reclamação da população mais pobre brasileira, não ia ser tranquilo isso, ia haver confronto. Havia muita gente, gente que não era jovem como nós, gente como Mario Alves, Carlos Mariguela, Jacob Gorender (...) Que não acreditava na exclusividade dessa via (eleitoral) para resolver esse problema. Porque isso ia se esgotar, era uma questão de tempo. Os militares se anteciparam a essa situação e precipitaram os acontecimentos."

A partir de então, Umberto inicia seu relato da queda do MR-8 e da sua trajetória durante esses eventos. Relata que foi a primeira pessoa do MR-8 a ser presa, mas que isso não se deu por conta das atividades da organização diretamente, mas por conta de uma captura sofrida ao tentar entrar em contato com sua família indo até a cidade de Niterói.

"Eu fui a primeira pessoa a ser presa [do MR-8]. Só que eu não fui preso por causa disso. Eu já estava na clandestinidade e eu estava a muito tempo sem contato com a minha família. E eu cometi uma besteira: eu vim à Niterói para fazer um contato com a minha família, e justamente no momento em que a força de segurança, o exército, eles tinham prendido uma pessoa ligada a uma organização lá de Minas Gerais, que tinha base aqui no Rio também, chamada COLINA (...) Eles tinham tido uma informação dessa organização e começaram a desbaratar essa organização."

Explica que as forças de segurança estouraram um aparelho da COLINA em Niterói, onde morava, juntamente com seu marido, uma antiga colega de curso de Umberto da época da universidade.

"A Vera era minha colega de curso, da minha turma de ciências sociais. Eles tinham pessoas infiltradas dentro da UFF [o regime], que davam informações para eles. E eu já era uma pessoa manjada, queimada... Eles estabeleceram o vínculo entre o movimento estudantil e uma organização armada aqui em Niterói. Ai eles começaram a procurar pessoas que eles achavam que pudesse ter vínculo com isso."

"Isso naqueles dias. E foi naqueles dias que eu fui à Niterói. E ai eu fui preso."

O depoente explica que, apesar de ter sido preso, as forças de repressão não havia nada concreto que o vinculasse à atividades "subversivas" de luta armada, somente havendo evidências de sua participação no movimento estudantil.

"Eles começaram a me inquirir sobre isso, mas eles não tinham nada contra mim, a não ser minha participação no movimento estudantil, e o fato de eu ser uma liderança conhecida, e o fato de eu ter sido vice-presidente da UNE, o que já era um crime segundo a Lei de Segurança Nacional."

Umberto explica que foi preso à noite, saindo da casa de seus pais, no dia do seu aniversário. Conta que foi levado para o Terceiro Regimento de Infantaria, localizado na cidade de São Gonçalo.

"Era dia do meu aniversário, eu tava fazendo 21 anos, eles já sabiam disso né... Quando eu cheguei lá, eles já de sacanagem fizeram um corredor polonês para cantar parabéns para mim e começaram a me dar porrada."

Seguindo o relato, o depoente narra que passou uma noite no Terceiro Regimento de Infantaria e que, apesar de já haver um inquérito instaurado contra ele, o exército não tinha noção da sua atividade a partir da organização denominada MR-8. Apesar disso, diz que eles desconfiavam de que ele teria algum vínculo com alguma organização para além do movimento estudantil.

"Ai eles me levaram de lá, do Terceiro Regimento de Infantaria, para o Forte Rio Branco, ali em Jurujuba. Tinha muita gente da UFF presa lá, muita gente presa. Muitos estudantes presos lá."

"Todas as pessoas que tinham sido presidente de diretório tavam lá. E tinham outros, Edson Benigno..."

A respeito dessa sua passagem pelo forte Rio Branco, Umberto conta que ali começou a ser interrogado em separado, o que levou-o a ter suspeitas de que as forças de repressão tinham outras informações não confirmadas a seu respeito.

"Porque eles começaram a me interrogar em separado e o tratamento era diferente, entendeu?"

Relata que, nessa fase do inquérito naquele local, não foi alvo de tortura física direta. Ocorrendo, por outro lado, interrogatórios feitos para levá-lo à exaustão e profundo desgaste, interrogatórios esses levados à cabo por uma equipe própria, diferente daquela que interrogava os demais presos.

"Era uma equipe diferente da que estavam tratando com os outros. E era um interrogatório assim: começavam a me interrogar quatro horas da tarde e ia até sete horas da manhã do dia seguinte. Eles mudavam as equipes, entendeu? E eu era o mesmo."

Conta que, após ser interrogado a respeito de por onde havia ido e quais tinha sido seu percurso nos últimos tempo, sustentou a versão de que ainda morava com seus pais.

"Eu segurei essa versão. E ai eles me falaram: '- Olha, você não quer falar nada, então nós vamos mandar você para uma delegacia de polícia no interior da Paraíba. Enquanto isso se organiza que nós vamos levar você para outro lugar.' Ai me botaram num gipe e me levaram lá para esse Forte São Luiz."

Segue a narrativa explicando que, nesse Forte São Luiz, não havia basicamente nada. Conta que foi colocado numa pequena guarita, vigiado por sentinelas que revezavam de turno, onde ficou preso por cerca de 30 dias sob constantes interrogatórios e em situação de isolamento, não havendo conhecimento de sua prisão por conhecidos ou parentes.

"Me deixaram nesse lugar, me desciam para me interrogar e me levavam de volta. Eu fiquei nessa coisa num isolamento, minha família não sabia onde eu estava. Porque eu fui preso na hora que eu estava saindo de casa (...) Minha família não sabia [que ele havia sido preso]."

"E eles ficaram comigo lá nesse lugar mais ou menos uns trinta dias. Lá naquela guarita, eu fica de cueca, sem nada (...) E, de vez enquanto, iam lá me pegar para interrogatório e me botavam de volta."

Explica que conseguiu contato com sua família através de um sentinela que se compadeceu de sua situação, levando um bilhete seu até a casa de seus pais.

"Fiz meio que uma amizade com esse sentinela, que ficou assim meio apenado da situação (...) Ai eu pedi para ele um pedaço de papel, fiz um bilhete e perguntei se ele levaria para os meus pais."

"Na próxima guarda em que ele chegou, ele me disse que tinha ido, que tinham dado um dinheiro para ele. E ele chegou com uns maços de cigarro, e o cigarro era da marca que eu fumava, não tinha como ele ter inventado aquilo ali (...) Foi assim que eu consegui avisá-los da minha prisão."

A partir dessa parte, Umberto relata como foi levado desse local para a Fortaleza de Santa Cruz e a sua situação nesse local.

"Ai, a partir desse inquérito, não conseguiram materializar nada, e eu sai de lá e fui mandado para a Fortaleza de Santa Cruz. Ai eu fiquei na área dos oficiais lá da Fortaleza. Tinha uma parte dos oficiais e suboficiais, e tinha uma parte mais lá embaixo onde estava preso o pessoal... praças e soldados, e o pessoal da guerrilha do Caparaó, estavam presos lá."

A respeito dessa parte em que estava preso, a área dos oficiais e suboficiais, Umberto explica que eram casas adaptadas para prisão.

"Eram umas casas adaptadas para cela que você ficava. De dia você ficava ali no pátio, ou na casa, onde você quisesse, e almoçava no rancho, né, era levado para almoçar no rancho e voltava, numa área restrita. E, seis horas da tarde, você voltava, era trancado na casa. Ficava trancado com grade na casa. A casa não tinha banheiro. Você tinha que, se tivesse que defecar, tinha que por um jornal ou uma garrafa e eles recolhiam de manhã."

"E eu tinha visita, assim. Uma vez por semana eu tinha visita."

Nesse ponto, relata o depoente, foi apresentado uma denúncia contra sua pessoa na Auditoria da Aeronáutica. Conta que, nesse período, ainda não estavam ocorrendo as quedas no MR-8 (que se iniciaram em final de abril e começo de maio).

"Tanto que o pessoal que morava comigo, no aparelho onde eu morava no Rio... eu tinha uma companheira, eu morava com ela e com outro companheiro... Eles voltaram para o aparelho. Quando souberam da minha prisão (...) Ai abandonaram tudo."

Mas nada aconteceu, eles foram lá, observaram, viram que nada tinha sido descoberto, e voltaram para lá."

O depoente explica também que, nesse período, de final de abril e início de maio, fez contato com a organização através de sua família. Sua companheiro foi visitado na Fortaleza de Santa Cruz. Conta que foi levado à auditoria para se pronunciar nela, na Segunda Auditoria da Aeronáutica.

"E nessa época, mais ou menos, que o pessoal do MR-8 caiu."

Umberto relata, em seguida, que nessa sua primeira passagem pela Fortaleza de Santa Cruz não houve tortura. Ficou preso juntamente com Darcy Ribeiro e outras pessoas como Baiar Boaté, alguns oficiais que participaram da guerrilha do Caparaó e oficiais que tinham cometido crimes comuns.

"É que quando você vai lá fazer essa visita aí que eles oferecem [visita atualmente oferecida à Fortaleza Santa Cruz e que é organizada pelo próprio quartel], essa área, onde tinham presos políticos na época de 64, não está disponível para visitação. O que está disponível é só o forte antigo, essa parte não está disponível."

A partir dessa parte, o depoente conta que seu nome apareceu num inquérito e que, por conta disso, foi enviado para a Ilha das Flores. Relatava também sua chegada à ilha e o local para onde inicialmente foi levado.

"Aí eu fui enviado para a Ilha das Flores, eu acho que em maio, mais para o final de maio. Eu soube que já tinham pessoas que tinham caído e que estavam sendo muito torturadas, e o meu nome... Aí um belo dia, eu to lá e aparece uma escolta para me levar para a Ilha das Flores. Eu fui de Niterói. Na época ainda era uma ilha mesmo, você só chegava de barco."

"Quando eu cheguei lá (...), o sargento que me levou... porque você, ao longo do tempo, vai criando intimidade, né, com as pessoas ali... Os caras vão trabalhar todo dia, você vai conhecendo, conhecem sua família, as pessoas levam comida... E você gera um laço. Aí ele, quando eles chegaram lá [os militares da Fortaleza Santa Cruz que o levavam até a Ilha das Flores], eles mesmo ficaram apavorados. O sargento falou: '- Caralho, você vai ficar aqui?!...!' A ilha, eles tinham cavado uma trincheira em volta de toda a ilha, com sacos de areia... Um negócio que parecia filme, assim, uns holofotes, cachorro... Aí ele chegou lá para me entregar... E falou: '- Oh rapaz, fique com Deus... Boa sorte aí.' Aí ele saiu. Ele com a escolta."

"Eu cheguei na ilha. Eu já imaginava o que que era... Eles me levaram para uma guarita que tinha lá, que ficava isolada numa espécie duma colina (...) Me levaram para

essa guaritra que era um isolamento... Um lugar pequenininho, todo pintado de vermelho, com o chão de cimento, todo pintado de vermelho, com uma janelinha pequena. Sem nada. Me tiraram a roupa toda. E ai me enfiaram nesse buraco ai."

Relata também que, nesse momento em que chega na Ilha das Flores e é colocado nessa pequena guarita, avistou os demais prisioneiros fazendo fila para o banho de sol. Logo em seguida, conta que é levado para o interrogatório.

"Ai começaram os interrogatórios. Ai o pau comeu né..."

"Ai que a coisa pegou, né... E eles na verdade nem precisavam ter feito isso, né, porque eles já tinham todas as informações. Eles já sabiam tudo: ou por depoimentos das pessoas, que foram arrancados à força, ou por... eles tiveram com certeza, pelo menos, uma infiltração dentro da nossa organização. Com certeza, uma. É possível que tenha tido mais outras."

Perguntado se essa pessoa infiltrada teria sido a mesma que foi citada em outro depoimento de integrante do MR-8 à CVN, Umberto afirma que sim.

"Chamava Wanderly Pinheiro dos Santos. E essa pessoa está anistiada. Está recebendo anistia. Isso saiu publicado na revista Época (...) A gente fez contato com a Comissão de Anistia, mandou denúncia, ficaram de apurar e de fazer alguma coisa, mas ele tá anistiado."

Seguindo o relato a respeito desses interrogatórios e as sessões de tortura que se iniciavam nesse momento na Ilha das Flores, o depoente explica que a equipe que o torturava era a mesma que torturou os demais integrantes presos nessa ilha, a equipe do CENIMAR.

"As mesmas pessoas: Comandante Mike, etc."

Conta que, depois dessa primeira sessão de interrogatório e tortura, foi mandado para o convívio. Explica também que, após esse primeiro momento de inquérito, tortura e, posteriormente, convívio, é mandado de volta para a Fortaleza de Santa Cruz pelo fato de já estar cumprindo pena pela condenação em primeira instância no inquérito da Aeronáutica por conta do movimento estudantil.

"Depois eu fui mandado para o convívio, né. Lá para o pavilhão, para o convívio. Onde estavam todos. As celas grandes... como era muita gente, tinham várias celas."

"E começou o inquérito, a parte judicial do inquérito. E eu fui mandado de volta para a Fortaleza de Santa Cruz. Porque eu já estava cumprindo pena, eu tinha sido

condenado a um ano e meio de prisão pela coisa do movimento estudantil (...) Eu já estava condenado, em primeira instância.”

“Ai eu fui mandado de volta para a Fortaleza de Santa Cruz. Só que quando eu voltei para a Fortaleza já não voltei para o mesmo lugar. Eu fui lá para baixo, para o buraco, chamado Buraco do Rato. Umás galerias que tinham lá embaixo.”

Explica que esse local fica na “Fortaleza antiga”, o velho forte que atualmente é aberto para visitaçãõ periódica conduzida pelo Exército no local. Mas que essas galerias, esse local denominado “Buraco do Rato”, localiza-se mais abaixo das galerias vistas nesse percurso, num local que não se acessa durante a visitaçãõ.

“Tinha um pavilhãõ para praças... e presos políticos, também tinha. E tinha uma galeria para suboficiais e presos políticos. Eu fiquei numa dessas ai.”

Relata que ficou preso na Fortaleza Santa Cruz enquanto corria o inquérito, sendo algumas vezes conduzido até a auditoria da Aeronáutica e também para a auditoria da Marinha. Conta que ali ficou preso durante um longo tempo, juntamente com integrantes da guerrilha do Caparaó e da organizaçãõ denominada MAR, e explica mais detalhadamente como era o local dessa prisãõ no interior da Fortaleza.

“Tem um lugar, parece que chamam de Praça de Armas. A visita termina ali, numa galeria, parece uma gruta assim, enorme, grande né, toda de pedra, onde tem umas bandeiras, enfim... A visita termina ali. As galerias eram assim [as galerias onde Umberto ficou preso juntamente com os demais presos políticos], com aquelas bordas, todas elas sãõ assim. É maior do que aquela, elas sãõ maiores, mas sãõ assim. Mas como é lá embaixo, mais perto do mar, é mais úmida, é muito úmido, muito úmido.”

“Tem uma rampa que você desce, tem um portãõ e ai, dentro desse portãõ, tem um pequeno pátio e duas galerias (...) O pátio é aberto e dá para o mar, assim. O pátio era muito alto, muito alto (...) Tem uma ponte passadiça que passa encima dessa galeria, circular, dentro da Fortaleza (...) Ai tinha uns sanitários ali. Tudo isso foi adaptado depois, por eles né. Tinha umas solitárias também, ali.”

A respeito das pessoas que encontrou e da composiçãõ dos presos no local onde ficou preso durante esse segundo cárcere na Fortaleza de Santa Cruz, Umberto explica o que se recorda.

“Nessa parte, quando eu voltei, tinha: um grupo de Caparaó, não vou me lembrar de todos os nomes, porque eram muitas w. Tinha o Amadeu Felipe, que era uma das lideranças lá do movimento do Caparaó. Eram todos eles militares, a maioria. O subtenente Itamar, que era subtenente paraquedista, Almeida, Noronha, Serezo, Capitãõ

Joarez, o pessoal do grupo chamado MORENA, Severino, Araquem... Adail Ivan de Lemos, do MAR, que ele foi para lá depois... E pessoas que estavam respondendo inquéritos militares por crimes comuns também, sargentos e praças, entendeu?”

“Eram mais ou menos umas trinta pessoas em cada galeria, era uma galeria grande, né...”

Perguntado, em seguida, a respeito de qual teria sido a duração do período em que ficou preso e foi torturado na Ilha das Flores, Umberto relata que teria ficado por volta de três meses na Ilha das Flores.

“Fiquei lá mais ou menos uns três meses (...) Junho, julho e agosto. O período do inquérito.”

Explica também que, durante esse três meses na Ilha das Flores, o período de tortura durou por volta de vinte dias.

Após responder essas perguntas e esclarecer esses pontos, o depoente segue a narrativa a respeito desse seu segundo período de prisão na Fortaleza de Santa Cruz, após sua passagem pela Ilha das Flores. Relata, então, que ele, juntamente com demais presos, em decorrência do conhecimento que tinham de ficariam presos ali por vários anos, decidem por organizar uma fuga.

“Na Fortaleza teve esse negócio, começamos a organizar uma fuga. Conseguimos fazer entrar várias coisas lá: corda, coisas assim... Não sei se essa fuga ia ser bem-sucedida não... Mas a gente tava decidido a fazê-la (...)”

“Só que uma das pessoas que estava envolvida na fuga era um dedo-duro. Era um cara chamado Alveri Vieira dos Santos. Que depois esteve envolvido na traição que levou à morte de cinco pessoas lá no Paraná (eles vieram do Chile para Argentina pra entrar no Brasil... quem armou essa arapuca foi ele). Era ex-sargento... Ele tava preso [na Fortaleza de Santa Cruz], mas era um preso que foi utilizado para... Então ele entregou essa fuga, o que a gente veio a confirmar depois (...) Ai eu fui interrogado... Ai levei porrada lá na Fortaleza Santa Cruz para entregar como tinha sido armado isso e quem tinha trago as coisas. Só que ai minha situação era assim: não tinha como, não tinha volta. Porque quem tinha levado as coisas era minha família. Aquilo ali não tinha volta, era pátria ou morte.”

“Por sorte minha, um preso, um ex-tenente do exército chamado Nilo... ele foi preso como pombo-correio do Brizola lá no Sul, ele morava no Uruguai e trazia coisas. Só que ele era foragido da prisão, não por um crime político (...) Ele era oficial do CPOR em Porto Alegre e tinha tido uma altercação, uma discussão, com o comandante,

alguma coisa violenta, ele respondeu... parece que o comandante puxou a arma para ele, e ele revidou e matou o comandante. Isso em 62, por aí... Foi preso e condenado à vinte anos de prisão militar. Mas um pouco antes do golpe ele conseguiu fugir. Fugiu e foi embora para o Uruguai (...) Mas, depois, com esse negócio de pombo-correio ele foi recapturado e foi mandado para lá [Fortaleza de Santa Cruz]. E ele, como era militar, gozava de umas certas regalias, então ele ficou doente e levaram ele pro hospital do exército, e numa dessas idas ele armou e fugiu. Ele tava envolvido na fuga também, mas como era muito mais fácil sair da rua do que sair do lado de dentro, ele fugiu. Então a minha sorte foi que eles confiaram de que esse cara podia ter a ver com isso (...)"

Umber explica que a suspeita que se recaiu sobre esse ex-militar somado ao fato e que o comandante responsável pelo presídio considerava uma coisa problemática, embaraçosa, ter sido possível entrar tantas coisas e equipamentos para a fuga no seu presídio... Por conta desses fatores, o inquérito foi arquivado como que sem resultados. Entretanto, relata que durante esse período de investigação sofreu tortura com violência física e que foi mandado para solitária durante um mês.

“Levei porrada... E fiquei trinta dias na solitária... Solitária lá era foda, um troço assim exíguo, cheio de rato... era barra pesada.”

A respeito dos nomes dos envolvidos nesse inquérito, Umberto explica que não se recorda: ainda que tenha havido, de fato, tortura, não era propriamente o tipo de tortura sistemática para arrancar informações ou coisa do tipo, foi mais um espancamento. Logo, não foi algo prolongado e sistemático, tal qual as torturas pela qual passou na Ilha das Flores.

Após encerrado esse inquérito, foi enviado para Ilha Grande, porque a pena que estava cumprindo na Fortaleza Santa Cruz havia se encerrado. Mas, por fim, o pesquisador Francisco Julião faz uma pergunta à Umberto a respeito da confirmação ou não de informações de pesquisas realizadas por historiadores que apontavam que teria havido médicos atuando na Fortaleza de Santa Cruz, durante esse período, que juntamente com a diretoria do presídio estava realizando experiências psicológicas com os presos ali presentes. Pergunta que o depoente responde negativamente. Afirmou que médico auxiliando em tortura, que ele tenha visto

“Eu não sei disso não. Não quer dizer que não tenha havido, né... Pelo contrário, eu lá, na época que eu estive lá, tinha um médico (...) Um médico que tava lá nessa situação [prestando serviço militar praticando a profissão que cursou na graduação] que era um cara de esquerda, um cara militante. Levava informações pra gente (...) Já na

Ilha das Flores não, na Ilha das Flores tinha um médico, Coutinho, que nós inclusive denunciávamos ele... Que ele dava assistência na tortura.”

Umberto segue então narrando sua transferência para o presídio de Ilha Grande.

“Eu fui para Ilha Grande já em 70, já em meados de 70. Você ia primeira para o presídio de Arigonas. Ficava ali na Frei Caneca, era um presídio de triagem. Esperava o comboio e ai ia pra Ilha Grande né... Botavam a gente num camburão que chama coração de mãe e tal, um bolo de gente, levava lá pra Mangaratiba e de Mangaratiba para Ilha Grande.”

“E ai foi meu último presídio.. Eu sai de lá para o exílio.”

Relata que permaneceu preso durante todo o ano de 70, até que foi liberto, juntamente com um grupo de seis presos, e banido para o exílio no Chile. Foi liberto juntamente com o grupo de 70 presos que foram trocados pelo embaixador americano sequestrado pela luta armada.

“Nós saímos daqui do Brasil e fomos banidos no dia 14 [de janeiro]... a gente deve ter saído de lá [do presídio de Ilha Grande] no dia quatro, deis a onze dias antes, ai ficamos presos no batalhão de guarda.”

“Fui pro Chile, fui banido, eu sai com aquele grupo de 70 presos. Ai ficamos no batalhão de guarda, esperando o término das negociações que foi complicado essa negociação ali desse sequestro (...) E de lá fomos para a base área, da base área ficamos lá um dia inteiro esperando, e no dia seguinte a gente foi.”

Por fim, Umberto conta que ficou no Chile durante seis meses e que de lá foi para Cuba. De Cuba foi para a Coréia do Norte. Depois para Moscou e, posteriormente, retornou à Cuba. Em 1972 retorna ao Chile, onde fica até 74, quando eclode o golpe militar em setembro, quando cai na clandestinidade e, posteriormente, se refugia no campo de refugiados das Nações Unidas montado nas imediações. Após se exilar nesse campo de refugiados, fica aguardando um visto para sair, quando em fevereiro retorna à Cuba. Fica em Cuba até 1978, quando se muda para a Suécia juntamente com sua companheira, que era chilena e cuja família já estava morando na Suécia durante o exílio. Milita na formação e atuação de diversos comitês de anistia pela Europa, quando participa como representante da Escandinávia num grande congresso dos movimentos de anistia, ocorrido em Roma. Em agosto de 1979, antes do processo de anistia no Brasil, nasce seu primeiro filho. Quando ocorre a anistia no Brasil, não teve condições de voltar devido ao filho recém-nascido e a falta de condições financeiras. Aguarda, trabalhando, até maio de 1980, quando retorna ao Brasil. O reconhecimento de sua

anistia, no entanto, só ocorre em 2004, após várias ações movidas junto à Comissão de Anistia.

Relata que conseguiu, antes da anistia oficial, seu habeas data junto à ABIN. Em seu habeas data constava que permaneceu sendo monitorado até 1988.

“Teve em tal lugar, não sei que lá, fez isso'... Eu fui diretor do sindicato trabalhista no Rio de Janeiro, ai tinha lá o relato das assembleias do sindicato...”

Após esse último relato, Umberto Trigueiros encerra seu depoimento para a Comissão da Verdade de Niterói.

Luiz Carlos de Souza Santos, conhecido como “Bocão”, inicia o depoimento se apresentando. Conta que nasceu e cresceu em Niterói, filho de funcionário público, tendo ingressado na primeira turma do curso de Economia da Universidade Federal Fluminense. Explica também que tinha pouco envolvimento com a militância quando era secundarista e que esteve mais envolvido com o movimento estudantil a partir de 63, mas sem nenhuma filiação política específica e de modo ainda tímido.

Antes do golpe, em 63, ingressou na faculdade de Economia da UFF, ainda sem ser filiado à nenhuma organização de esquerda. Conta que, após o golpe, no final de 1964, se aproxima e adere ao PCB. Relata que foi nesse período que se iniciaram os assim chamados “rachas” no interior do PCB, tendo ele naquele momento se vinculado à “dissidência do Rio de Janeiro”, fração do partido com inspiração “foquista” localizada em Niterói. Essa dissidência era composta basicamente, relata Luiz Carlos, de estudantes (ainda que conta-se com alguma entrada no movimento operário organizado). Relata também a influência que exercia, nessa dissidência, as perspectivas e trajetórias de Che Guevara, Fidel Castro e da revolução cubana em geral, assim como da noção de “foco guerrilheiro”.

A partir de então, Luiz Carlos Narra a escolha do Paraná como estado a ser realizado a construção da luta armada por parte dessa dissidência do PCB localizada em Niterói e da qual “Bocão” era integrante (dissidência nomeada, a essa época, de MR-8). Conta que havia, no interior da organização, integrantes que tinham contato com o Paraná e que, após decidido o Paraná enquanto local a ser construído o foco guerrilheiro, uma parte dos integrantes foi para lá realizar trabalho de base e construir a estrutura para a guerrilha (aluguel de residências, compra de sítios, etc). Relata também que a outra parte dos integrantes da organização compuseram o chamado “grupo de fogo”, ficando sediados em Niterói e no Rio de Janeiro (que eram os integrantes que realizam as expropriações para financiar a guerrilha).

“Eu fiquei no comando do Grupo de Fogo.”

A respeito do período em que se forma o MR-8 e que se dá a organização da guerrilha, o depoente relata que essa movimentação inicia-se em 67 (mesmo ano em que se forma em economia pela UFF). Nesse mesmo momento do depoimento, conta também a respeito da queda da organização em 1968, onde quase todos foram presos: a queda inicia-se primeiramente no estado do Rio de Janeiro, com a prisão de Umberto Trigueiros quando ia visitar os pais na data do seu aniversário. A essa prisão, seguindo-se as demais prisões, como no estado do Paraná. Perguntado a respeito pelos assessores presentes, explica que a organização continha algo próximo de 40 pessoas diretamente engajadas e que foram praticamente todas presas e condenadas dentro de um mesmo processo. Relata também que no período em que se desencadeiam as prisões já não havia mais ninguém da organização na cidade de Niterói, estando todos na cidade do Rio de Janeiro e realizando operações por lá, tendo ele próprio sido preso no Rio.

“Fui preso na noite de primeiro de maio para dois de maio. Foi preso eu e minha mulher, que também era da UFF, a Ziléia Reznik... Eu, Ziléia, Thiago, nós morávamos juntos... Na minha casa tinha eu, a casa estava no meu nome, tinha eu, Ziléia, o companheiro Thiago (...) Fomos todos presos na mesma hora.”

“E tinha o Galiza, que foi um cara do Piauí que veio se juntar à gente, e o Wanderly, esse é uma história complicadíssima, depois eu quero detalhar. Foram presos também, num aparelho alugado em meu nome, né, na rua Voluntários da Pátria.”

O depoente explica que, posteriormente, ser o Wanderly um agente da repressão infiltrado nas organizações que lutavam contra o regime:

“O Wanderly era um contato antigo nosso, desde a época do PCB em Brasília (...) E confiou-se nesse cara. Confiou-se nesse cara e ele foi colocado nesse aparelho da rua Voluntários da Pátria. E hoje está mais do que comprovado, nos arquivos do SNI e nos arquivos da ABIN, tem ficha dele onde consta: 'Profissão: Agente do SNI'.”

“Esse cara fez um estrago, fez um estrago terrível... Ele veio a Niterói, buscou contato comigo através de Niterói, encontrei com ele na praça XV, em frente a sede a Polícia Federal. Polícia essa federal que uma semana depois me pegou.”

“Eu senti a perseguição, despistei o máximo que pude. Tinha uma missão importante para fazer na sexta-feira, que era uma expropriação num banco (...) Todo o planejamento pronto, a polícia pegou tudo aquilo assim encima de uma mesa...”

“Eu não queria abandonar a casa, eu achava que devia fazer aquilo primeiro [a missão] e depois abandonar a casa. Porque tava visível a minha perseguição. Eu já tinha

sentido, dentro de ônibus, eu andava de ônibus... Eu tinha um esquema de saltar de repente, ai de repente alguém saltava junto comigo (...) Percebi claramente que eu estava sendo seguido."

Relata que, nesse processo, percebeu que o dito Wanderly poderia ter entrado a posição dele e de seus companheiros. Mas relata que a encenação seguiu-se mesmo após a prisão e tortura do grupo:

"Ele foi preso junto conosco, fingiu ser torturado, ele deu uns gritos, inclusive, para a gente ouvir a voz dele. Eu fui barbaramente torturado. Galiza foi barbaramente torturado. Galiza foi preso com ele [Wandely], ai a polícia foi com ele na minha casa. Ai me pegou, pegou Thiago e pegou Ziléia. Pegou nós três."

Bocão conta que sempre desconfiou do dito Wanderly, e que sempre falava disso com seus companheiros e companheiras de organização, embora quase ninguém lhe desse ouvidos. Relata também que recentemente ele e demais ex-companheiros do MR-8 descobriram que Wanderly Pinheiro dos Santos estava sendo anistiado e que receberia dinheiro a partir de um processo na Comissão de Anistia, levando a decisão de abrirem eles um processo explicando à Comissão de Anistia tratar-se ele de um agente infiltrado e não de um perseguido político.

"Eu falava para todo mundo, mas ninguém me dava ouvido, pouca gente. O Thiago não, o Thiago morava comigo, falou: '- Não traga esse cara pra cá!' (...) Mas ai resolveu-se levar ele para esse outro lugar na Voluntários."

"O pior de tudo é que descobri, através de uma reportagem da Revista Época de 2011, que esse canalha estava sendo anistiado e recebendo salário por isso. Eu chamei alguns companheiros e disse: '- Olha, é um absurdo o que está acontecendo...'. (...) Ai eu escrevi para a Comissão de Anistia, pedi o cancelamento da anistia dele. Eu fiz com os outros companheiros assinando, com todo o pessoal do MR-8 e com quem desejou ou quem eu encontrei que quisesse assinar."

Retornando a narrativa a respeito de sua prisão e tortura, assim como da queda do MR-8 de modo geral, Bocão relata que no momento da queda do MR-8 no Rio de Janeiro os órgãos de repressão já tinham conhecimento do foco de guerrilha no Paraná.

"O Wanderly sabia dessa ação no Paraná, o Wanderly sabia da nossa ação no Rio de Janeiro e, tinha mais um complicador, ele sabia que eu tinha acabado de chegar de São Paulo para fazer alguma coisa lá."

O depoente conta que, nessa ida a São Paulo por conta de uma tarefa na organização, foram enviados ele e o companheiro Reinaldo Pimenta. Tendo o Reinaldo

sido posteriormente assassinado pela repressão e ele, Bocão, muito torturado por conta dessa ida a São Paulo.

"O Wanderly não sabia do que se tratava, mas sabia que eu tinha ido com o Reinaldo."

"Para mim foi uma barra pesado, quando o pessoal foi para Ilha Grande, eu fiquei na Ilha das Flores, ainda, sendo interrogado."

Sobre essa trajetória após sua prisão, Bocão relata que foi colocado inicialmente na sede da Polícia Federal no dia 7 de maio. Relata que foi muito torturado nessa passagem pela sede da Polícia Federal.

"Fica na cela, só com uma caneca de água (...) Nú, sem a roupa do corpo."

"Eles falaram [no interrogatório] sobre companheiros meus de São Paulo. Me perguntavam se eu conhecia, pelo nome de guerra. Perguntavam pelo nome de guerra (...) Então eu percebi a ligação que os aparelhos do Paraná com o do Rio. Alguém já tinha feito essa ligação."

Relata também que, após interrogatório sob tortura na sede da Polícia Federal, foi enviado para o Senimar, durante uma noite, e enviado em seguida para a Ilha das Flores.

"7 de Maio cheguei à Ilha das Flores, morto de fome. Porque até ali só tinham me dado água. Ai me deram a roupa no qual eu fui preso, ai saí, vesti, cheguei na marinha."

"Na ilha das flores, que eu cheguei 7 de maio, e esse pessoal do Paraná tinha sido preso em 28... Eles chegaram, talvez uns 15 dias depois, se não me engano (...) Ai pela janela eu vi eles chegando, de barco, desembarcando na Ilha das Flores. Ai eu falei: '-Ih, caramba, tamo caindo tudo...!'"

Seguindo seu relato da passagem pela Ilha das Flores, informa que todos os integrantes presos do MR-8 passaram em algum momento pela Ilha das Flores, sendo ele o que ficou lá mais tempo, por conta de sua ida a São Paulo. Conta também que a Ilha Grande era como um depósito e que, apesar das condições horríveis do presídio, era visto pelos companheiros como uma coisa boa, pois era significava o fim do interrogatório e da tortura.

Conta também que o presídio de Ilha Grande foi objeto de muita agitação política e reivindicações por parte deles quando chegaram lá e começaram a organizar por melhores condições e denunciavam o tratamento sofrido pelos presos. Conta inclusive que ali foi o local de uma experiência muito importante na vida dele e de

diversos compnheiros, que foi a organização, por parte deles juntamente com os demais presos, de um curso supletivo no presídio, que posteriormente foi reconhecido e legalizado pela Secretaria de Educação.

A respeito do tempo e das experiências passadas antes de chegar à Ilha Grande por conta da condeção de 4 anos de prisão que sofreu em seu processo, Bocão explica que ficou na Ilha das Flores de 7 de maio até a sua condeção, após passagem pelo Cenimar e pela Polícia Federal, e que ficou na Ilha das Flores mais do que os demais companheiros.

"Ai da Ilha das Flores, ficou essa coisa de tortura e interrogatório. O pessoal que veio do Paraná levou uma grande porrada na Ilha das Flores... Veio uma equipe de torturadores do Paraná interrogá-los e torturá-los."

"E ai depois, quando acabou a fase de interrogatório, concluiu o inquérito, ai o comandante Clemente, que era o comandante ali da Ilha das Flores, assessorado por um capitão de fragata, Alfredo Magalhães (foi denunciado isso dai em vários documentos. Tinha o codinome de 'Mike', era o nome de guerra dele. Foi difícil descobrir quem era esse 'Mike', mas hoje já está absolutamente descoberto), eles que chefiaram o inquérito (...) Ai dali foi o depósito, Ilha Grande."

"Ilha das Flores na realidade... A chamada 'Ponte dos Oitis', foi um grande centro de tortura."

O depoente explica só foi liberado de interrogatório e finalmente levado para Ilha Grande, tal como os demais integrantes da organização, quando os interrogadores se convenceram que ele de fato não conhecia o endereço e a natureza do local que havia visitado em São Paulo. A esse respeito, Bocão explica que isso na verdade era uma mentira, mas uma mentira que havia se esforçado tanto para sustentar sob tortura que de fato acabou por apagar da sua memória o verdadeiro motivo de sua ida a São Paulo, não se recordando hoje do local ao qual foi enviado à época.

"Olha, mas eu menti tão bem que eu mesmo não sei hoje. Eu esqueci cara (...) A única coisa que eu ainda sei era a casa. Era uma casa grande, tinha um ribanseira assim, casa boa, grande... Só isso. Mas não sei rua, não sei bairro, não sei nada."

Em seguida, perguntado a respeito do tempo que teria ficado na Ilha das Flores e também quantas pessoas passaram por lá, assim como sobre a descrição da estrutura do local, Bocão explica que ficou na ilha das flores de 7 de maio à outubro.

"Nesse período [maio à outubro] eu diria que umas 40 pessoas passaram por lá. Tinha tudo, tudo quanto é organização, estudante.."

Explica também que, na sua passagem por lá, todos que por lá viu foram torturados na Ilha das Flores. Entre as organizações daqueles que passaram por lá, Bocão cita AP, MR-8 e a dissidência da Guanabara.

Em seguida, perguntado se recordava-se de outros nome de comandantes e torturadores diretos que estavam presentes na época, o depoente cita alguns: o imediato, Capitão de Coverneta, Jader. Também cita o dito Tenente Coutinho (médico que atuava nas torturas. Foi processado e caçado pelo CREMERJ). Sobre a origem e composição da equipe de tortura, relata que não era uma equipe do local (da própria Ilha das Flores), sendo uma equipe treinada no exterior, com integrantes oriundos da PF, do DOPS e do CENIMAR. A respeito do DOPS, cita a presença, ao longo das torturas sofridas na Ilha das Flores, do Inspitor Solimar, integrante do DOPS. A respeito da PF, cita a presença do Inspetor Sena, integrante da PF.

Após o relato a respeito da equipe de tortura, Bocão narra que, antes e após ser mandado para o presídio de Ilha Grande, era levado para diversas audiências militares, que compunham seu inquérito e julgamento, e que, durante essas idas e vindas, pousava na Ilha das Flores e também na Ilha das Cobras.

Por fim, encerrando seu depoimento, o depoimento responde a pergunta a respeito de quais integrantes do MR-8 acabaram mortos pela repressão, para além do Reinaldo Silveira Pimenta. Cita que houve mais um integrante do MR-8 morto, chamado Navor Bolívar. A respeito da versão "oficial" da morte de Reinaldo Silveira Pimenta, que tipificava suicídio, Bocão comenta tratar-se de, obviamente, uma morte forjada. Diz que a narrativa a respeito de sua morte é complicada, pois Reinaldo foi assassinado em junho, tendo a grande queda do MR-8 ocorrido em abril e maio (onde 33 integrantes doram identificados e presos): a possível testemunho, Adelaide (última pessoa a ver Reinaldo vivo), que carregava um neném no colo e estava sendo abrigada no apartamento ocupado por Reinaldo, foi retirada do apartamento pela polícia momentos antes de sua morte. Respondendo a esse tópico, Bocão encerra seu depoimento para a CVN.



Ponta dos Oitis, local de tortura, Arquivo da Comissão da Verdade em Niterói



Por dentro, quarto onde era realizada a tortura, Arquivo da Comissão da Verdade em Niterói



Por dentro, banheiro utilizado na aplicação dos choques elétricos. Arquivo da Comissão da Verdade em Niterói

Outros pontos reconhecidos pelos ex-presos e por Heleno Cruz, ex-soldado que servia no local à época: as alas feminina e masculina do presídio; uma guarita em frente ao presídio, utilizada como ponto de punição e isolamento de encarcerados; o local de triagem e interrogatórios de prisioneiros, atual comando da base naval; a sala em que os presos podiam receber visitas de familiares, e que atualmente é a sala de ginástica do complexo; e o principal local de tortura da ilha.

Dentre as *torturas realizadas* no local estavam: choques, palmatória, pau de arara, “telefone”^{xlvi}. Em fala durante a diligência, Iná Meirelles, identifica *torturas específicas direcionadas às mulheres*: comum as mulheres serem torturadas despidas e submetidas a agressões com toalhas molhadas e a abusos e ameaças sexuais. Em outra fala, também durante a diligência Umberto Trigueiros Lima trata das *torturas psicológicas*: os homens eram obrigados a agachar-se em frente à guarita do antigo presídio para serem humilhados pelos agentes da repressão diante de suas companheiras.

Sobre a *estrutura de agentes e instituições* envolvidas nas práticas de tortura na Ilha das Flores, pudemos averiguar até o momento: eram conduzidas por oficiais do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), de onde vinham a maioria dos presos. Além da equipe do CENIMAR, as torturas também eram realizadas por servidores da Polícia Federal e por agente ligados ao DOPS/RJ. Sobre a PF, é importante ressaltar que alguns agentes vinham diretamente da sede do Paraná. Isso se deu, porque alguns presos da Ilha das Flores estiveram, primeiramente, na sede da PF no Paraná, dada a sua atuação militante no respectivo estado, como membros do MR-8.

A Ilha das Flores, portanto, esteve no centro da elaborada rede de repressão construída para a persecução de inimigos políticos da Ditadura com funções explícitas direcionadas à tortura.

Nomes de torturadores e envolvidos na tortura (colhidos nos depoimentos):

Comandante Clemente (Responsável pela base naval da Ilha das Flores)

“*Maique*” ou “*B(P)oer*” (Torturador CENIMAR)

“*Guthemberg*” (Torturador, PF-PR)

“*Samuel*” (Torturador, PF-PR)

Inspetor Solimar (Dops-RJ)

Inspetor Senna (PF-RJ)

“Alfredo” (Torturador, CENIMAR)

“Magalhães” (Torturador, especialmente nos primeiros 20 dias, CENIMAR ou PF)

Capitão Achão (Ilha das Flores)

Dr. Coutinho (Médico responsável por supervisionar as torturas)

Anexos

Anexo I:



Anexo 1 - A Tribuna
24/04/1964

PRESTIGIADOS PELO GOVÊRNO COLOCAREMOS O ESTADO EM ORDEM



O Secretário de Segurança Pública, coronel Hugo de Sá Campêlo Filho, concedeu, ontem, entrevista coletiva à imprensa, dizendo que foram apreendidas no Estado do Rio muitas armas gemadas e as chamadas bombas MCLOTOVS, que estão sendo reservadas para as lotas de guerrilhas.

Disse que o governador Roderger Silveira tem colaborado ao máximo, dando todos os recursos à Secretaria de Segurança, inclusive verbas. Sobre os xadrezes, que na sua opinião eram verdadeiros campos de concen-

tração, já estão sendo remodelados e humanizados com a su-

(Conclui na 3ª página)



Prestigiados

xílio também do Governo.

CRIME

Proseguindo, o Tenent-Coronel destacou a colaboração de todos os delegados especializados, no combate não só aos comunistas e agitadores, como também aos marginais. Prometeu acabar também no Estado do Rio com os crimes e os assaltos, "pois a polícia existe para isso."

O sr. Sá Campêlo revelou que está dando ainda todo apoio ao delegado de Cordeiros, sr. Milton Nunes Loureiro, para acabar no Estado do Rio com toda e qualquer modalidade de jogo de azar.

Sobre a Delegacia de Economia Popular, disse que ela vem exercendo rigorosa fiscalização ao comércio, punindo os infratores e restabelecendo a confiança do povo nas autoridades. As fianças pagas pelos comerciantes presos como incursores na Lei de Economia Popular já ultrapassaram, por outro lado, a casa de Cr\$ 1 milhão.

A Delegacia de Furtos e Roubos, segundo ainda o Chefe de Polícia, está atuando com destaque, tendo conseguido, nos últimos dias, recuperar carros que haviam sido roubados, além de levantar dezenas de delitos a ela afetos, praticados no interior do Estado e na capital.

Também a Delegacia de Vigilância, que está atuando em entrosamento com a DOPS para banir os comunistas do Estado do Rio, merece citação de Coronel Hugo de Sá Campêlo que elogiou a equipe comandada pelo delegado Inácio Paqueira Leal.

MAIS A VONTADE

O delegado de Homicídios, sr. Alberto Sodré, de acordo ainda com as declarações do secretário já está trabalhando mais a vontade, contando, para a elucidação de crimes até então tidos como misteriosos, com mais recursos técnicos e com sua apoio total.

— "Encontrei a Radiopatrulha somente com uma viatura, mas já consegui fazer retornar ao serviço normal 10 de veículos que estão estacionados nos pontos-chaves de Niterói e São Gonçalo; estou, também, providenciando a recuperação de mais três veículos, pois acho esse serviço imprescindível ao reaparelhamento da máquina policial", salientou.

Mais adiante disse o tenente-Cornel que já solicitou ao Governo a liberação de uma verba de Cr\$ 43 milhões para reaparelhar em todo o Estado do Serviço de Radiopatrulha, principalmente em Nova Iguaçu, Cavinas e São João de Meriti.

NUMERO DE PRESOS

O chefe de Polícia, em resposta a uma pergunta, revelou que tem sob seu controle, em todo o Estado do Rio, um número aproximado de seiscentas "Presas" que estão recebendo de outra parte um tratamento humano que condiz com os fe-

ros de civilização do país".

As visitas aos presos, segundo o secretário, podem ser feitas às quintas-feiras e domingos, das 14,30 às 16,30.

Os presos estão tendo assistência de todos os médicos do Estado, tomam banhos diários e recebem uma alimentação sã. Estão divididos entre a Polícia Militar, o Ginásio Caio Martins e Centro de Armamento da Marinha, além dos que aguardam interrogatório na própria Secretaria de Segurança Pública.

MATERIAL

O material subversivo apreendido nas residências de comunistas e agitadores e nas sedes dos Sindicatos e Associações de caráter filo-comunistas estão sendo transferidos para a Subsistência do Exército. São submetidos a exames por um grupo de oficiais peritos no assunto. Nesse material incluem-se prospectos de propaganda comunista, livros de cunho subversivo, armas, uniformes de guerrilheiros cubanos e uma farta quantidade de retratos de pelegos e líderes comunistas.

A entrevista coletiva (concedida pelo secretário Hugo de Sá Campêlo Filho) estiveram presentes jornalistas e representantes de emissoras de rádio e televisão, tendo sido dada ampla liberdade aos presentes para formularem toda e qualquer espécie de pergunta.

Anexo II

Lista de Presos, confirmados, no Estádio Caio Martins

Nome	Profissão	Local de Nasc./Av. Pul	Precedentes de
Abelardo Maranhães Burretto			Dops-GB
Acy Ribeiro			Dops-GB
Adolfo Simão Araújo			Dops-GB
Adolpho Simões de Araújo	Operário Naval (?)		Dops-GB
Affonso Cascon (Caisean?)	Bancário		CAM
Agapito Ferreira Damasceno		Inhorrat	Dops-GB
Agenor Jorge de Sena			CAM (of. 0717)
Ailton Alves			Dops-GB
Ailton Coutinho da Silva			Dops-GB
Ailton Pereira da Silva	Advogado		PMERJ
Akimasa Yamada			Dops-RJ (mem. 6/64)
Alberto Vieira de Souza			CAM (of. 0717)
Alebrhades Vieira			Sec. Justiça do Est. GB
Alecmir de Azevedo			CAM (of. 0717)
Alecmdino Silva			CAM
Aleides Fernandes Ribeiro			Dops-RJ (mem. 6/64)
Aldo Rossi	Engenheiro		PMERJ
Alfredo Alves Barbosa	Lavrador	Cachoeiras de Macacu	Sec. Justiça do Est. GB
Algenir Silvestre Barci			Dops-GB
Aloisio José de Araújo		Inhorrat	Sec. Justiça do Est. GB
Aloisio Magalhães Costa			Dops-RJ (mem. 10/64)
Aluir João Batista da Costa			Dops-RJ (mem. 8/64)
Alvaro Acioli de Oliveira	Médico		PMERJ
Alvaro da Costa Ventura Filho			Sec. Justiça do Est. GB
Anastácio Raal	Operário Naval (?)		
André Trifino Corrêa	Coronel Reformado		PMERJ
Anibal de Souza Rezende			Sec. Justiça do Est. GB
Anires Alves Braga			Sec. Justiça do Est. GB
Anísio Pires de Oliveira		Cachoeiras de Macacu	Dops-RJ (of. 261/64)
Antonio Alves			Dops-RJ (mem. 8/64)
Antonio Barbosa de Castro Leitões			Sec. Justiça do Est. GB
Antonio Barbosa de Jesus (?)			

Antonio Bonifacio Vieira	Operário Naval (?)	Caxias	Dops-RJ (of. 261/64)
Antonio Carneiro da Silva			Dops-GB
Antonio de Azevedo Barcelos		Trjano de Moraes	Dops-GB
Antonio Januário da Silva	Operário Naval (?)		Dops-GB
Antonio Jorge Fernandes			Dops-RJ (mem. 6/64)
Antônio José de Matos Junior			Dops-RJ (of. 261/64)
Antonio Lopes			Sec. Justiça do Est. GB
Antonio Lopes da Silva			CAM (of. 0717)
Antonio Miguel de Melo			CAM
Antonio Napoleão			Sec. Justiça do Est. GB
Antônio Pereira Bitencourt			CAM
Antônio Pereira da Silva	Técnico de Contabilidade		Sec. Justiça do Est. GB
Antônio Pires da Estevan	Funcionário Público	Silva Jardim/Rio Bonito	PMERJ
Antonio Rocha			PMERJ
Antonio Rosa			Dops-GB
Antonio Silva (?)			CAM
Antonio Teófilo	Operário Naval (?)		Dops-GB
Arcy Lopes Estrella			Sec. Justiça do Est. GB
Argemiro Fernandes Moreira (?)			
Arlindo Ferreira		Cachoeiras de Macacu	Dops-RJ (of. 261/64)
Arlindo Moreira Drummond Filho			CAM
Arnaldo Alexandre Ribeiro			CAM (of. 0717)
Arnaldo José Bezerra			CAM (of. 0717)
Aroldo de Souza Rezende			Sec. Justiça do Est. GB
Artur de Carvalho Santos			CAM
Ary Gonçalves Pereira			Dops-GB
Ary Silverio Gonçalves			Dops-GB
Aryswaldo de Simens			CAM (of. 0717)
Ataliba Ferreira	Operário Naval (?)		Dops-GB
Azila Jorge Monleiro			CAM (of. 0717)
Azushi Imoto			Dops-RJ (mem. 6/64)
Augusto Antonio da Cunha	Médico		PMERJ
Auto Rodrigues do Santos			Dops-GB

Avelino Carneiro da Costa				Dops-GB
Benedito Joaquim dos Santos				Sec. Justiça do Est. GB
Benedito Pinheiro Pereira			"municípios da 2ª região policial"	Dops-RJ (mem. 6/64)
Benedito Silvestre de Souza				CAM
Benício Medeiros de Carvalho				Dops-RJ (mem. 6/64)
Brivaldo José Firas				CAM (of. 0717)
Cário Batista da Silva				CAM (of. 0717)
Carlos Alves de Moura		Advogado		PMERJ
Carlos da Silva Chaves				Dops-RJ (mem. 6/64)
Carlos Ignácio Amorim (?)				
Cesar Fernandes				CAM
Charles Netto da Costa			Cachoeiras de Macacu	Sec. Justiça do Est. GB
Cid Corrêa Dias				Dops-GB
Cival Atagiba Nunes				CAM
Claudionor de Oliveira				Dops-GB
Claudionor Ferreira				CAM
Clovis Avelino Corrêa		Farmacêutico	Silva Jardim e Rio Bonito	PMERJ
Custódio Pires de Aquino			Duque de Caxias	Dops-GB
Daniel Ferreira das Neves (?)				
Dário de Souza Geraldelli		Operário Naval (?)	S. João de Meriti	Dops-GB
Délcio Pereira			Cachoeiras de Macacu	Dops-GB
Délio de Almeida Martins			Nova Friburgo	Sec. Justiça do Est. GB
Demerval Silva (?)				
Derly Moraes Paes			Três Rios	Sec. Justiça do Est. GB
Deusedit dos Santos				CAM
Dilais Gomes				Sec. Justiça do Est. GB
Dirceu Alves				CAM
Djalma Gomes da Costa				CAM
Domicio José da Costa (?)				
Dorvil José Alívino				CAM
Durval Ribeiro				CAM
Edemar Rodrigues da Silva				CAM (of. 0717)

Éden Almeida				Dops-GB
Edwiges José Venâncio		Caxias		Dops-GB
Eldino Nazareth Mello				CAM (of. 0717)
Elias Barbosa Netto				CAM (of. 0717)
Elizário de Santana				Dops-GB
Eloreal Cuervo Vizil				CAM (of. 0717)
Emanuel Dias de Souza				Dops-GB
Emílio Bonfant de Maria				Dops-RJ (of. 261/64)
Eneri Cândido Marins				Sec. Justiça do Est. GB
Enis Gama Moreira				Sec. Justiça do Est. GB
Ennes Alves				Dops-RJ (of. 261/64)
Ermani Ferreira				Dops-RJ (of. 261/64)
Ervino Haveer Ewasink		Piloto de linhas aéreas		PMERJ
Eugênio (Melo da) Silva		Duque de Caxias		Dops-GB
Eugênio Ferreira de Menezes		Trajano de Moraes		Dops-GB
Everaldo Valadares (?)				
Eziqiuo Correia de Araújo				Dops-RJ (mem. 10/64)
Fausto de Azevedo		Canta Galo		Dops-GB
Fernandes Ferreira Buchardt (?)				
Fernando Hilton Valente de Oliveira				
Firmino Silveira de Moura		Dentista		PMERJ
Flávio Bertoluzze de Oliveira		Prefeito de Terezópolis		Dops-RJ (mem. 6/64)
Floreal Garcia		Advogado		PMERJ
Francisco Alves da Costa		Ex-deputado		PMERJ
Francisco de Assis				Dops-GB
Francisco de Souza		Niterói		
Francisco Felismino Pinto				Dops-GB
Francisco Fernandes de Araújo (?)				
Francisco Ferreira de Souza		Operário Naval (?)		Dops-GB
Francisco Machado da Silva				CAM
Francisco Pereira Xavier		Silva Jardim e Rio Bonito		Dops-GB
Francisco Rodrigues				CAM (of. 0717)
Francisco Xavier		Operário Naval (?)		Dops-RJ (mem. 10/64)

Frascusi Pinho Pereira (?)						
Gabriel Alves de Oliveira						Dops-RJ (of. 261/64)
Gentil Pereira da Costa				S. João de Meriti		CAM
Geraldo Achiles do Rosário Reis (?)						
Geraldo Alcino de Moura						Dops-RJ (of. 261/64)
Geraldo dos Santos Mello						CAM
Germinal Furtado						Dops-RJ (mem. 8/64)
Gerson Cavazes de Oliveira						CAM
Getúlio Pereira (Moreira) dos Santos				Paulo de Frontin		CAM (of. 0717)
Gilberto Monteiro Pinto						CAM (of. 0717)
Givan Carneiro da Cunha						Dops-RJ (of. 261/64)
Guilherme Renner Arantes (?)						
Harrison de Oliveira		Advogado				PMERJ
Heitor Julio da Silva (?)						
Helio Barbosa Lima						Dops-RJ (of. 261/64)
Helio Estrela (?)				Caxias		
Helio Gomes de Medeiros						CAM
Hercilio Soares de Rezende		Operário Naval (?)				CAM
Hermades Matos Leal						CAM (of. 0717)
Honório Gil Rege		Engenheiro				PMERJ
Horácio da Silva Goulart(?)				Vassouras		
Horatio Alves da Silva						Dops-RJ (of. 261/64)
Huge Fant						CAM
Humberto El-Jaik		Advogado		Nova Friburgo		PMERJ
Ignacio Pereira da Cunha						Sec. Justiça do Est. GB
Irênio de Mattos Pereira		Engenheiro				PMERJ
Irineu Joaquim Magalhães						CAM
Irineu Silva Marins		Dentista				PMERJ
Isidoro Caldeira Brito						Dops-GB
Ismael Rodrigues Lopes				Magé		CAM
Israel Jacob Averbach		Engenheiro				PMERJ
Itamar Guimarães Faria (?)						
Jacinto Francisco Paiva Netto		Professor				PMERJ

Jandir Frós	Advogado			PMERJ
Jarbas de Albuquerque Mello	Técnico de Contabilidade	Cabo Frio		PMERJ
João Bernardino Filho	Engenheiro			PMERJ
João Correa de Paula(o)		Itaboraí		Sec. Justiça do Est. GB
João Ferreira Campos Sobrinho				CAM
João Gusmão de Souza (?)				Dops-GB
João Leite Caldas				Sec. Justiça do Est. GB
João Nepomuceno Duarte				Dops-RJ (mem. 6/64)
João Pereira da Silva				CAM
João Pereira Lima (da Lira)		Itaboraí		CAM
João Perez Quevedo Filho				CAM
João Ramos da Silva				CAM (of. 0717)
Joaquim Delgado Filho (?)		Cachoeiras de Macacu		
Joaquim Moreira de Mattos		Trajano de Moraes		CAM
Job Coêlho Gomes				Dops-RJ (mem. 6/64)
Jorge de Oliveira				CAM (of. 0717)
Jorge El-Jaik	Advogado	Nova Friburgo		PMERJ
Jorge Granda Mendes (?)				
Jorge Marques de Oliveira				CAM (of. 0717)
Jorge Moreira Lansky				CAM (of. 0717)
Josafá dos Santos		Cachoeiras de Macacu		Dops-GB
José Afrânio de Oliveira				Dops-GB
José Alcino de Souza	Operário Naval (?)			Dops-GB
José Alves de Moraes		Trajano de Moraes		Dops-GB
José Amaral da Silva (?)				
José Augusto Ferreira				CAM (of. 0717)
José Cabral				Dops-RJ (mem. 6/64)
José Carneiro de Araujo				CAM (of. 0717)
José Clementino (?)				Dops-RJ (mem. 6/64)
José Constantino dos Santos		S. João de Meriti		CAM (of. 0717)
José Cordeiro Sobral (?)		Caxias		Dops-GB
José Custódio de Souza				
José Cyro Marques de Almeida		Cachoeiras de Macacu		CAM
		Cabo Frio		Dops-GB

Levy Carlos Ribeiro				Dops-GB
Levy dos Santos Moreira			Silva Jardim e Rio Bonito	Dops-GB
Lites da Silva Amaral		Operário Naval (?)		CAM (of. 0717)
Lourival Pinto Garcia				Dops-RJ
Lúcio Xavier de Almeida				Dops-RJ
Luiz de Almeida Mateus				CAM (of. 0717)
Luiz Diogo (?)				
Luiz José Marques de Almeida				Sec. Justiça do Est. GB
Luiz Tubenchlak		Médico	Niterói	PMERJ
Luiz Vilela Ferreira				CAM (of. 0717)
Magno da Silveira Couto				Sec. Justiça do Est. GB
Manoel Batista de Sales			Canta Galo	Dops-GB
Manoel Benedito Gomes				Dops-RJ (mem. 8/64)
Manoel de Oliveira				Sec. Justiça do Est. GB
Manoel Delmiro de Amuedo Cima				Dops-GB
Manoel Escobar Sobrinho			Caxias	Sec. Justiça do Est. GB
Manoel Francisco				CAM (of. 0717)
Manoel Gomes da Costa				CAM
Manoel José Rodrigues				
Manoel Lourenço de Azevedo		Operário Naval (?)		Dops-RJ (mem. 6/64)
Manoel Martins		Advogado		PMERJ
Manoel Menezes dos Santos				Dops-GB
Manoel Picanço Goulart				Dops-RJ (of. 261/64)
Manoel Ribeiro de Aquino (?)				
Mário Cacicano de Medeiros (?)				
Mário Coutinho				CAM (of. 0717)
Mário de Souza Rangel				Dops-RJ (of. 261/64)
Mário Garcia Carlos				Dops-GB
Mário Garcia Carrio (?)				
Mário Gorgonha			Caxias	Dops-GB
Mário Ribeiro Serafim				Dops-RJ (of. 261/64)
Mário Rodrigues (?)				

Maury da Silva Flóres		"municípios da 2ª região policial"	Dops-RJ (mem. 6/64)
Maury Ribeiro			Dops-GB
Miguel Ferreira de Archanjo			Dops-GB
Milton Coura			Sec. Justiça do Est. GB
Milton Luiz Scarcetti			Dops-RJ (mem. 8/64)
Moacyr Alcantara Santos			Dops-RJ (mem. 8/64)
Natanael do Couto Pifta			CAM (of. 0717)
Nazareno da Silva Freitas			Dops-GB
Nélcio Soares de Aguiar	Técnico de Contabilidade	Cabo Frio	PMERJ
Nelson Corrêa de Oliveira	Médico		PMERJ
Nelson Francisco Xavier (?)			
Nelson Peixoto Ribeiro Filho (?)			
Nelson Pereira Mendonça	Operário Naval (?)		Sec. Justiça do Est. GB
Nereu Almeida			Dops-GB
Newton Pires Monssores	Operário Naval (?)		CAM (of. 0717)
Ney Carlos dos Santos		"municípios da 2ª região policial"	Dops-RJ (mem. 6/64)
Nilo de Azevedo			Sec. Justiça do Est. GB
Nilson Amaro Biais			CAM (of. 0717)
Nilton Mendes de Vasconcellos			CAM (of. 0717)
Nilton Teixeira Bastos	Operário Naval (?)		Dops-RJ (mem. 6/64)
Nilton Teixeira Bastos			Dops-RJ (mem. 6/64)
Nilton Ursula			Dops-RJ (mem. 6/64)
Odair Barros de Oliveira			Dops-GB
Olinto de Oliveira			CAM (of. 0717)
Orlando Francisco Azevedo			Dops-GB
Ormindo Pereira da Fonseca	Operário Naval (?)		CAM (of. 0717)
Osmar Joaquim Soares	Operário Naval (?)		CAM (of. 0717)
Oswaldo Gonçalves Dias			Dops-RJ (mem. 6/64)
Oswaldo Martins da Silva		Caxias	Dops-RJ (mem. 6/64)
Oswaldo Farias de Albuquerque		Trajano de Moraes	Dops-GB
Otaclício Domingos de Oliveira	Operário Naval (?)		CAM (of. 0717)

Otavio Agostinho de Souza				Dops-GB
Otávio Ferreira de Azevedo				Dops-RJ (mem. 6/64)
Otevaldo da Silva				Dops-RJ (mem. 8/64)
Paulo Cesar Pimentel	Médico			PMERJ
Paulo Dias	Advogado			PMERJ
Paulo Perez Quevedo	Engenheiro			PMERJ
Paulo Perez Quevedo (?)				
Pedro Afonso Menezes de Albuquerque Mello Filho	Operário Naval (?)			Dops-GB
Pedro Alves Filho (?)				
Pedro Gomes dos Santos				Dops-GB
Rafaelis Faria	Advogado		Cabo Frio	PMERJ
Reginaldo José Tourinho Sobrinho				Dops-RJ (of. 261/64)
Ricardo Moacyr Leite e Santos	Médico			PMERJ
Roberto Bussinger de Figueiredo	Funcionário Público			PMERJ
Roberto José da Silva				Dops-RJ (of. 261/64)
Roberto Paiva Mumiz	Advogado			PMERJ
Roberto Senra Pessanha	Advogado			PMERJ
Ruy Cavalcanti Pessoa				CAM
Ruy Jorge Dancort (Dancuart)			Nova Friburgo	Dops-GB
Salvador Alves de Almeida				CAM (of. 0717)
Sebastião (Aciolly de Lima) Lopes				Dops-GB
Sergio Manzino				CAM (of. 0717)
Severino de Oliveira	Jornalista		Itaboraí	PMERJ
Severino Viegas dos Santos				CAM
Silvio Ribeiro da Cruz				CAM
Sinfrônio Mumiz Correa (?)				
Stanislau Antonio Soares				Dops-RJ (of. 261/64)
Tarcisio Tupinambás Gomes	Advogado			PMERJ
Tasso Chaves de Moura	Professor			PMERJ
Telênes Basílio de Nascimento				Dops-GB
Teodoro José Pupo				Sec. Justiça do Est. GB
Uruzima Rodrigues				CAM (of. 0717)
Vitório Gomes de Carvalho				Dops-GB

Waldemar Ferreira da Silva	Médico		PMERJ
Waldemar José Ribeiro			Dops-GB
Waldemir Luiz Antonio			Dops-GB
Waldemiro Cruz			CAM (of. 0717)
Waldir Curvelo			CAM
Waldir Perez Quevedo	Médico		PMERJ
Walter Quaresma Costa			CAM
Walther Batista dos Santos			CAM (of. 0717)
Walther Machado			CAM (of. 0717)
Werne Lowenthal	Médico		PMERJ
White Abraão (Withé Abraão)	Professor	Duque de Caxias	PMERJ
Wilson Sampaio Menezes			Dops-GB
Yone Nunes			Dops-GB
Yoshya Yakaoka			Dops-GB
Zalmir Silva			CAM

¹ Além do Estádio Caio Martins, depoimentos dão conta de que foram usados um Galpão Ferroviário no Bairro de Neves, São Gonçalo, e o Navio Princesa Leopoldina, ancorado na Baía da Guanabara.

² Esta imagem nos foi gentilmente cedida pelos pesquisadores da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), a quem agradecemos todo o apoio dado.

³ Em Niterói, na casa 651 da rua Visconde do Rio Branco.

⁴ Ver decretos 19.770 de 19 de março de 1931, e 24.694 de 12 de julho de 1934.

⁵ Depoimento de Jayme Navas à CVN, em 18/07/2014.

⁶ Depoimento de Jayme Navas à CVN, em 18/07/2014.

⁷ Entrevista de Irineu José de Souza à Fernando Manoel Peres e Robson Raymundo da Silva em 18/12/1996 e 15/01/1997. Arquivo Sonoro LABHOI/UFF. Série: “Niterói: Os operários navais”. Ver: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/a_epoca_dos_operarios_navais_angela_de_castro_gomes.pdf

⁸ Depoimento de Benedito Joaquim dos Santos à CVN, em 30/04/2014.

⁹ Entrevista de Irineu José de Souza à Fernando Manoel Peres e Robson Raymundo da Silva em 18/12/1996 e 15/01/1997. Arquivo Sonoro LABHOI/UFF. Série: “Niterói: Os operários navais”. Ver: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/a_epoca_dos_operarios_navais_angela_de_castro_gomes.pdf , p. 54

¹⁰ Depoimento de Jayme Navas à CVN, em 18/07/2014.

¹¹ Depoimento de Célio de Souza Ribeiro à CVN, em 30/04/2014.

¹² Entrevista de Rosalvo Constâncio Fellipe à Paulo César Araújo e Stalin Che Guevara S. Melo em 01/12/1993 e 01/13/1997. Arquivo Sonoro LABHOI/UFF. Série: “Niterói: Os operários navais”. Ver: http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/a_epoca_dos_operarios_navais_angela_de_castro_gomes.pdf , p. 101.

¹³ Diário Oficial de 06/08/1964, Seção 1, Parte 1. Ver documento em Anexo 1

¹⁴ Depoimento de Walter Batista à CVN, em 30/04/2014.

¹⁵ Boa parte dos estaleiros funcionava nas Ilhas de Mocanguê e Ilha do Viana. Esta ultima sede da famosa Companhia Nacional de Navegação Costeira, uma das primeiras grande companhia de indústria naval do Brasil.

¹⁶ Depoimento de Benedito Joaquim dos Santos à CVN, em 30/04/2014.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem

²¹ Além do Estádio Caio Martins, depoimentos dão conta de que foram usados um Galpão Ferroviário no Bairro de Neves, São Gonçalo, e o Navio Princesa Leopoldina, ancorado na Baía da Guanabara.

²² Contudo, esse número é impreciso e há a probabilidade de ser maior. Comissão Nacional da Verdade, Relatório, Tomo 1, p. 746.

²³ Depoimento de Luiz Carlos Souza à Comissão da Verdade em Niterói (CVN), em 07/10/2014.

²⁴ Uma explicação mais pormenorizada sobre a ação e organização de cada um desses movimentos pode ser encontrada ao final deste capítulo, nas sessões respectivas.

²⁵ MOTTA, R. P. S. **As Universidades e o Regime Militar:** Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. eBook Kindle. Posição 910-925.

²⁶ Ver pagina ???

²⁷ Ver página ???

²⁸ Ver pagina ???

²⁹ As Forças Armadas sustentam que Spiegner foi morto em um tiroteio ao tentar reagir à bala a sua tentativa de prisão. A versão oficial, portanto, é de morte por Auto de Resistência (ver anexo 2). No entanto, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu, após laudo pericial, que Spiegner foi morto enquanto se encontra detido por agentes dos órgãos de segurança, sob custódia do Estado. “O relator do caso na CEMDP, ao analisar o processo, ressaltou a estranha demora de sete horas entre o horário da morte e a entrada no IML. A verdade dos fatos foi obtida do próprio laudo do IML, que detalha os ferimentos no corpo. José Roberto recebeu vários tiros, sendo que dois deles contestam a versão oficial. Examinando as fotos de perícia de local, verifica-se que o corpo fora encontrado em uma sala com o piso acarpetado, onde não havia espaço para que pudesse ter sido atingido, de longe, na coxa. O outro ferimento é sintomático de execução.” (Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007, p. 117). Spiegner morreu aos 21 anos, em 17/02/1970, no Rio de Janeiro, na rua Joaquim Silva, nº 53, entrada 5, quarto 8, por agentes do DOICODI/RJ.

³⁰ Ver pagina ???

³¹ Somente em 1978, a Marinha se transfere definitivamente para a Ilha das Flores (SCELZA, 2007, p. 4). Atualmente, é mantida na ilha uma Base de Fuzileiros Navais e Tropa de Reforço.

³² Depoimento de Antônio Rogério Garcia da Silveira à CVN, em 14/11/2014.

³³ Idem.

³⁴ Ver página ???

³⁵ Depoimento de Iná Meirelles à CVN, em 25/02/2015. Grifo nosso.

³⁶ Os depoimentos registrados nos autos dos IPM's, não raro, foram colhidos sob intensas torturas. De modo que são, também, um registro do período de atividade de torturadores no local.

³⁷ Alfredo Magalhães foi citado como uma das 377 pessoas envolvidas com as autorias de graves violações aos direitos humanos pela Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, Vol. 1, cap. 16, pag. 876.

³⁸ Depoimento de Luiz Carlos de Souza Santos à CVN, em 07/10/2014.

³⁹ Idem. Grifo nosso.

⁴⁰ Depoimento de Martha Alvarez à CVN, em 25/02/2015.

⁴¹ Idem. Grifo nosso.

⁴² Depoimento de Antônio Rogério Garcia da Silveira à CVN, em 14/11/2014.

⁴³ Ver anexo II.

⁴⁴ Depoimento de Umberto Trigueiros Lima à CNV, em 04/03/2015.

⁴⁵ Para uma noção geral das condenações ver anexo apLC1a5)

⁴⁶ Ver anexo ???

^{xlvii} Ver também: *Relatório sobre a visita ao Complexo Naval da Marinha na Ilha das Flores*, CNV, 2014 http://www.cnv.gov.br/images/pdf/laudos/relatorio_complexo_naval_marinha_ilhas_flores_rj.pdf

^{xlviii} Depoimentos de Luiz Carlos de Souza e Rogério Garcia da Silveira à Comissão da Verdade em Niterói, em 07/10/2014 e 14/11/2014, respectivamente.